



**Marcos Silva
Mateus Alves
Paloma Xavier
Thiago Andrade
(Editores)**

**ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
FILOSOFIA ANALÍTICA**

SÉRIE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

**ANAIS DA VIII CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
FILOSOFIA ANALÍTICA**

Marcos Silva
Mateus Alves
Paloma Xavier
Thiago Andrade
(Editores)



Pelotas, 2026.



Editora UFPel

Chefia:

Ana da Rosa Bandeira | EDITORA-CHEFE

Seção de Pré-produção:

Isabel Cochrane | ADMINISTRATIVO

Suelen Aires Böettge | ADMINISTRATIVO

Seção de Produção:

Eliana Peter Braz | PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Marisa Helena Gonsalves de Moura | CATALOGAÇÃO

Anelise Heidrich | REVISÃO

Suelen Aires Böettge | ADMINISTRATIVO

Fernanda Figueredo Alves | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carolina Abukawa (Bolsista) | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Angélica Knuth (Bolsista) | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Seção de Pós-produção:

Madelon Schimmelpfennig Lopes | ADMINISTRATIVO

Eliana Peter Braz | ADMINISTRATIVO



CONSELHO EDITORIAL DO NEPFIL online

Prof. Dr. João Hobuss
Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)
Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz (UFSC)
Prof. Dr. Rogério Saucedo (UFSM)
Prof. Dr. Renato Duarte Fonseca (UFSM)
Prof. Dr. Arturo Fatturi (UFFS)
Prof. Dr. Jonadas Techio (UFRGS)
Profa. Dra. Sofia Alborno Stein (UNISINOS)
Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton (UNISINOS)
Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)
Prof. Dr. Manoel Vasconcellos (UFPEL)
Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)
Prof. Dr. Evandro Barbosa (UFPEL)
Prof. Dr. Ramón del Castillo (UNED/Espanha)
Prof. Dr. Ricardo Navia (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mônica Herrera Noguera (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mirian Donat (UEL)
Prof. Dr. Giuseppe Lorini (UNICA/Itália)
Prof. Dr. Massimo Dell'Utri (UNISA/Itália)

COMISSÃO TÉCNICA (EDITORIAÇÃO)

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)
Prof. Dr. Rodrigo Lastra Cid Reis (Editor)

DIREÇÃO DO IFISP

Profa. Dra. Elaine Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prof. Dr. Sérgio Strefling

© **Série Investigação Filosófica, 2026.**

Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Filosofia
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia
Editora da Universidade Federal de Pelotas

NEPFil online

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010-770 – Pelotas/RS

Os direitos autorais estão de acordo com a Política Editorial do NEPFil online. As revisões ortográficas e gramaticais foram realizadas pelos organizadores. Os direitos autorais dos autores aqui apresentados são de responsabilidade única e exclusiva dos organizadores do volume.

Primeira publicação em 2026 por NEPFil online e Editora da UFPel.

Dados Internacionais de Catalogação

N123 Anais da VIII Conferência da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica. [recurso eletrônico] - Organizadores: Marcos Silva, Mateus Alves, Paloma Xavier e Thiago Andrade – Pelotas: NEPFIL Online, 2026.

312p. - (Série Investigação Filosófica).

Modo de acesso: Internet
<wp.ufpel.edu.br/nepfil>
ISBN: 978-65-998644-3-8

1. Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica 2. Filosofia I. Silva, Marcos. II. Alves, Mateus. III. Xavier, Paloma. IV. Andrade, Thiago. COD 100



Série Investigação Filosófica

A Série Dissertatio Filosofia, uma iniciativa do **Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia** do Departamento de Filosofia da UFPel e do **Grupo de Pesquisa Investigação Filosófica** do Departamento de Filosofia da UFOP, sob o selo editorial do NEPFil online e da Editora da Universidade Federal de Pelotas, tem por objetivo precípuo a publicação de obras autorais. O objetivo geral da série é disponibilizar materiais bibliográficos relevantes tanto para a utilização enquanto material didático quanto para a própria investigação filosófica.

EDITORES DA SÉRIE

Juliano Santos do Carmo (NEPFIL/UFPEL)

Rodrigo Lastra Cid Reis (SIF/UFOP)

COMISSÃO TÉCNICA

Juliano Santos do Carmo (Editor)

ORGANIZADOR DO VOLUME

Marcos Silva

Mateus Alves

Paloma Xavier

Thiago Andrade

CRÉDITOS DA IMAGEM DE CAPA.

Imagem criada pelos organizadores do volume.



Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica

Diretoria (2023-2024) e Comitê Organizador

Presidente

Marcos Silva (UFPE)

Vice-Presidente

Beatriz Sorrentino (UFMT)

Secretária Geral

Nara Figueiredo (UFSM)

Secretário Adjunto

Giovanni Rolla (UFBA)

Tesoureiro

Tarik Prata (UFPE)

Conselho Fiscal

Juliele Sievers (UFAL)

Ludovic Soutif (PUC-Rio)

Eros Carvalho (UFRGS)

Apoio institucional e financeiro:



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PPGFiL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



Apresentação

O presente ebook reúne os resumos da VIII Conferência da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica (SBFA), realizada em Olinda, Pernambuco, entre os dias 22 e 26 de julho de 2024. A publicação deste ebook celebra o resultado dos esforços da SBFA em realizar uma conferência acadêmica com claro objetivo de ser acolhedora, plural e com compromisso social.

A VIII Conferência Olinda 2024 contou com a participação de pesquisadores internacionais (EUA, Alemanha, Argentina, Polônia entre outros) e nacionais, de diversas regiões do Brasil. As conferências foram versadas por temas que englobam as diversas áreas da Filosofia Analítica, a saber: *The ignorance of what things are*, André Abath (UFMG); *Hinge Trust*, Annalisa Coliva (UC-Irvine); *Topic Continuity, Realism, and The Objects of Philosophical Inquiry*, David Plunkett (Dartmouth College); *Knowledge, algorithmic predictions and action*, Eleonora Cresto (SADAF-Bueno Aires); *Facing Contradiction: a history of paraconsistency from Heraclitus of Ephesus to Newton da Costa*, Ítala M. Loffredo D'Ottaviano (UNICAMP); *Singular thought, mental files, and the normative view of acquaintance*, Ludovic Soutif (PUC-Rio); *Cooperation and Human Cognition*, Michael Tomasello (Duke University); *Pragmatic and Modal Anti-Exceptionalism about Logic: Newton da Costa's Way*, Otávio Bueno (Miami University); *Evans on Transient Truth*, Paulo Estrella Faria (UFRGS); *Explanation of Consequences via Movements within Language*, Ruy de Queiroz (UFPE).

O evento também contou com comunicações orais, abrangendo diversos temas atuais. Tivemos a participação de quase 200 pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e de outros países. Foram realizados Simpósios, Workshops e Mesas durante a semana de evento em Olinda. Entre eles, podemos destacar: o *Novas Epistemologias da Lógica*, o III

Workshop Gaps and Gluts 3, uma mesa redonda sobre *Elizabeth Anscombe*, *Metodologias da Filosofia: Encontro Brasileiro de Filosofia Analítica* (EBFA), e o *I Simpósio sobre Desacordos Profundos*. Além disso, fomos anfitriões da *XI Conferência de Epistemologia Social* e *IV Colóquio Internacional de Epistemologia Analítica*.

A SBFA compreende que a filosofia analítica tem muitas vozes, gêneros, raças e regiões. Nesta perspectiva, a VIII Conferência SBFA Olinda 2024 se esforçou para preservar a pluralidade, acolhendo pesquisadoras e pesquisadores de todos os âmbitos acadêmicos nacionais e internacionais. Além disso, foi assegurado alojamentos, alimentação para dezenas de participantes, bem como a isenção total da taxa de inscrição para portadores do CadÚnico.

Estamos convictos que o leitor terá em mãos excelentes trabalhos em filosofia analítica e que neles encontrará temas atuais e relevantes para a pesquisa nacional e internacional. Agradecemos às agências de fomento (Capes e CNPq) pelo incentivo financeiro, bem como à Editora UFPel e ao NEPFIL Online por gentilmente aceitarem a publicação dos Anais da VIII Conferência SBFA Olinda 2024. Desejamos uma boa leitura!

Recife, novembro de 2024.

Editores
Marcos Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CNPq)

Mateus Alves
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Paloma Xavier
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

Thiago Andrade
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Keynote Speakers

André Abath

Universidade Federal de Minas Gerais

André Abath é professor associado no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui doutorado em Filosofia pela Universidade de Sheffield (2007), mestrado em Filosofia da Linguagem e da Consciência pela Universidade de Lisboa (2003), graduação em Filosofia e Comunicação social pela Universidade Federal da Paraíba. Suas áreas de especialidade são a epistemologia, a filosofia da mente (incluindo abordagens fenomenológicas) e a filosofia da linguagem. Seus interesses de pesquisa incluem conceitos, a semântica e a pragmática das atribuições de conhecimento, a ignorância e o trabalho de John McDowell e Merleau-Ponty. Foi diretor da Revista *Kriterion* (2014-2016) e tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) em Filosofia da UFMG (2016-2018).

Annalisa Coliva

UC-Irvine

Annalisa Coliva é professora de filosofia na Universidade da Califórnia em Irvine. Ela foi nomeada Professora de Excelência Inclusiva (2022–2024), Mentor Decade (2023–2024) e Mentor de Excelência Inclusiva no Departamento de Filosofia (2022–2025). Também atuou como Co-diretora do Minor em Humanidades Médicas. Anteriormente, foi Presidente do Departamento de Filosofia (2017–2022), Chancellor Fellow (2019–2022), Mentor Decade da Escola de Humanidades (2022–2023) e Diretor da Ênfase de Pós-Graduação em Humanidades Médicas (2022–2023). Atualmente é Editor-chefe do *Journal for the History of Analytic Philosophy*.

David Plunkett

Dartmouth College

David Plunkett obteve seu doutorado em filosofia na Universidade de Michigan. Atualmente é professor do Departamento de Filosofia do Dartmouth College. As principais áreas da sua pesquisa incluem ética (especialmente metaética), filosofia do direito, filosofia da linguagem, metodologia filosófica, epistemologia e filosofia social/política.

Plunkett é pesquisador no Wissenschaftskolleg (Instituto de Estudos Avançados) em Berlim para o ano acadêmico de 2023-2024.

Eleonora Cresto

SADAF-Buenos Aires

Eleonora Cresto é formada em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires e doutora em Filosofia pela Columbia University (NY). Professora de graduação e pós-graduação nas universidades Torcuato di Tella, UNTREF e pesquisadora independente do CONICET. Publicou mais de 45 artigos especializados, alguns deles no *The Journal of Philosophy*, *The Journal of Philosophical Logic*, *Synthese*, *Studia Logica*, *Studies in History and Philosophy of Science*, e muitas outras revistas internacionais. Sua pesquisa atual concentra-se em questões de epistemologia formal, particularmente em alguns aspectos da teoria do conhecimento, filosofia da ciência, lógica epistêmica e teoria da decisão e dos jogos. Ela é editora associada das revistas *Erkenntnis* (Springer) e *Ergo* (sediada na Universidade de Toronto).

Itala D'Ottaviano

UNICAMP

A Professora Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano nasceu em Campinas, SP, em 1944. Ela é professora titular em lógica e fundamentos da matemática na Universidade Estadual de Campinas, onde foi mestre e doutora, em 1982, orientada por Newton da Costa. Realizou pós-doutoramento nas universidades da Califórnia, Stanford e Oxford. É a primeira mulher latino-americana eleita para Académie Internationale de Philosophie des Sciences.

Ludovic Soutif

PUC-Rio

Ludovic Soutif atualmente é Professor Associado do PPG em Filosofia da PUC-Rio e Presidente da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica (gestão 2021-2023). Possui Agrégation em Filosofia pela Universidade de Paris Ouest-Nanterre (1994), Mestrado (1997) e Doutorado (2005) em Filosofia pela Universidade Paris 1-Panthéon Sorbonne. Foi Visiting Fellow com bolsas Fulbright e Arthur Sachs em Harvard University (2000-2001), pensionnaire com bolsa Lavoisier da Maison Française d'Oxford (2001-2002) e Visiting Researcher nos Wittgenstein Archives of the University of Bergen (2002, 2003, 2004) com bolsa ARI da União Europeia. Fez pós-doutorado com bolsa FAPESP na

Universidade de São Paulo (2008-2010). Foi pesquisador associado ao Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) da UNICAMP, com bolsa PDS do CNPq (2021-2022). Tem experiência na área de filosofia, com ênfase em filosofia da linguagem e da mente, epistemologia e história da filosofia analítica, atuando principalmente nos seguintes temas: referência singular, significado expressivo, pensamentos de re, indexicalidade, dinâmica cognitiva, intencionalidade, percepção espacial.

Michael Tomasello

Duke University

Michael Tomasello nasceu em 1950 nos Estados Unidos. Ele obteve seu doutorado em psicologia experimental na Universidade de Geórgia, em 1980. Após concluir seu doutorado, ele ingressou no Departamento de Psicologia da Universidade Emory, onde trabalhou por mais de duas décadas antes de se mudar para o Instituto Max Planck, na Alemanha, em 1998. Durante sua carreira, Tomasello recebeu inúmeros prêmios e honrarias por suas contribuições para a psicologia cognitiva, do desenvolvimento, linguística e antropologia. Atualmente ele é professor de psicologia e neurociência na Duke University. O programa de pesquisa de Tomasello concentra-se nas origens naturais e sociais da cooperação humana e das habilidades sociais e cognitivas de crianças humanas e primatas não-humanos. Ele é autor dos livros "Why We Cooperate" (2009), "A Natural History of Human Thinking" (2014), "A natural History of Human Morality" (2018), "Becoming Human: A Theory of Ontogeny" (2019) e, recentemente, "The Evolution of Agency: Behavioral Organization from Lizards to Humans" (2022).

Otávio Bueno

University of Miami

Otávio Bueno é professor de filosofia na Universidade de Miami. Ele possui graduação e mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Filosofia pela Universidade de Leeds, na Inglaterra, em 1999. Atualmente é Cooper Senior Scholar in Arts and Sciences da University of Miami e membro do corpo editorial da Synthese (Dordrecht. Online). Ele ensina e publica nas disciplinas de lógica, filosofia da matemática e da linguagem.

Paulo Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Paulo Estrella Faria atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994). Foi pesquisador visitante na Universidade de Nova York (1995), na Universidade Rutgers (1995-1996), no Instituto Jean Nicod em Paris (2005-2006), na Universidade de Chicago (2014) e novamente na Universidade de Nova York (2014). Foi fundador (2008) e Vice-Presidente (2010-2012) da Associação Latinoamericana de Filosofia Analítica (ALFAn). Suas áreas de atuação são a metafísica e a epistemologia, as filosofias da lógica e da linguagem, e a história da filosofia analítica.

Ruy Queiroz

Universidade Federal de Pernambuco

Ruy de Queiroz atualmente é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco. Possui graduação e mestrado em Informática pela UFPE e doutorado pela Imperial College of Science, Technology and Medicine, em Londres (1990). Ele é co-editor-in-Chief do Logic Journal of the IGPL (Oxford Univ Press), Associate Editor do JCSS (Elsevier), Membro do corpo editorial da série LNCS-FoLLI. De 2006 a 2008 foi membro eleito do Council da Association for Symbolic Logic. Criou em 1994 (e mantém desde então) a série internacional WoLLIC de encontros científicos em lógica (nível "B" segundo o CORE 2021). Em 2006 foi premiado com uma cátedra de "Edward Larocque Tinker Visiting Professor" - Dept Philosophy, Stanford Univ, por indicação de Solomon Feferman e Grigori Mints. Integrou o "advisory group" do "Nominating Committee" para o "Rolf Schock Prize in Logic and Philosophy 2022" concedido pela Royal Swedish Academy of Sciences, tal qual ocorreu em 2008, 2011, 2014, 2017, 2019, 2021, 2022. Atua na área de Ciência da Computação, com ênfase em teoria da computação, sobretudo em temas relacionados a: teoria da prova, teoria da computação, lógica matemática, teoria de modelos, e fundamentos da segurança computacional. Integrou o comitê científico do "E.W. Beth Dissertation Prize" de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012. Integrou o IEEE John von Neumann Medal Committee em 2020, 2021 e 2022.

SUMÁRIO

1.	KEYNOTE SPEAKERS	16
2.	SYMPOSIA	30
2.1.	Simpósio Desacordos profundos (SiDeP).....	31
2.2.	Novas epistemologias da lógica.....	37
2.3.	Gaps and Gluts 3.....	47
2.4.	XI Conferência de Epistemologia Social e IV Colóquio Internacional de Epistemologia Analítica.....	69
2.5.	Elizabeth Anscombe.....	97
2.6.	Metodologias da Filosofia: Encontro Brasileiro de Filosofia Analítica (EBFA).....	102
3.	TALKS	104
3.1.	Epistemology and Philosophy of Science.....	106
3.2.	Analytical Aesthetics.....	144
3.3.	Analytical Ethics.....	150
3.4.	Philosophy of Cognitive Science.....	163

3.5.	Philosophy of Language.....	172
3.6.	Philosophy of Mathematics.....	205
3.7.	Philosophy of Mind.....	214
3.8.	Analytical Political Philosophy.....	247
3.9.	History of Analytical Philosophy.....	253
3.10.	Logic and Philosophy of Logic.....	260
3.11.	Analytical Metaphysics.....	284
4.	INDEX NOMINUM	306

1. KEYNOTE SPEAKERS

The ignorance of what things are

André Abath

Universidade Federal de Minas Gerais / CNPq – Doutor/Universidade de Sheffield

In this talk, I introduce the idea of ignorance concerning what things are, with a focus on both natural and social kinds. I will argue that ignorance of what things are constitutes a form of erotetic ignorance, understood as the lack of knowledge of answers to questions. I will then examine the conditions under which one is culpably ignorant about what a given thing is. For instance, during the COVID-19 pandemic, certain public officials were criticized for not knowing what COVID-19 is. Perhaps their ignorance was culpable. But why is that the case? This discussion of culpable ignorance will lead me to develop a view regarding our obligations to know what things are. Engaging with recent work by Sanford Goldberg, I will argue that, in some cases, such obligations stem from the institutional roles we voluntarily occupy, while in others, they arise from the legitimate expectations that members of a community have towards others as epistemic subjects. I will conclude by discussing a view recently proposed by Neil Levy, which suggests that ignorance of what things are may be harmless as long as we outsource our beliefs to other members of the community, such as experts on a given topic. I will argue that outsourcing has its limits. The legitimate expectations of community members towards others may indicate what these limits are.

Keywords: Ignorance; Knowledge; Obligations.

Hinge Trust

Annalisa Coliva
University of California, Irvine

By looking at Wittgenstein's *On Certainty*, I first offer a characterization of trust in its most basic form and claim that it enters epistemology not just when testimony is concerned, but also in the process of acquiring hinges that are essential to all our epistemic practices (§1). As will become clear, trust is a specific kind of stance which comes before the ability of forming justified beliefs for or against empirical propositions, which may be directed not only at people but also at perceptual and cognitive faculties, objects, artifacts, and various features of one's environment. Given the basicness of such a stance and the fact that it manifests itself in the clearest form when we are considering its role with respect to hinges, I call it "hinge trust". Yet, this is just a "catch phrase". For hinge trust – I claim – is just trust and not a subspecies of it.

I then consider its bearing onto current debates about trust (§2) and make a case for a "trust-first" redressing of those debates. That is, for ceasing to analyze trust as "reliance +" some other factor, such as goodwill, benevolence, commitment, or reactive attitudes like betrayal. By analogy with to what happens in the "knowledge first" literature, I argue in favor of taking trust to be a primitive notion, characterized as a specific kind of stance, which can then be used to explain complex normative relations, especially between people, in which goodwill, benevolence, commitment, and reactive attitudes do play a role. While these further notions may and often do combine with trust, and may justify certain reactive attitudes, neither the former nor the latter are constitutive of trust, in my view.

Afterwards, I also consider the relation between trust and distrust (§3), arguing in favor of a "trust-first" approach, according to which trust is prior to, and axiologically better than distrust. Once again, this may be obscured by the fact that in many real-life situations we are preoccupied with determining the trustworthiness of other people, where the stakes may be very high, such that it may be advisable to start with neither trusting nor distrusting, and to trust only once their trustworthiness has been ascertained (to a reasonable degree).

Finally, in closing (§4), I look at the role of trust with respect to testimony and within hinge epistemology more generally.

Keywords: hinge; *On Certainty*; trust

Topic Continuity, Realism, and The Objects of Philosophical Inquiry

David Plunkett
Dartmouth College
Tristram McPherson
Ohio State University

Consider the following three familiar philosophical issues: the nature of consciousness; what distributive justice requires; and what constitutes knowledge. These issues – as well as countless others throughout many subareas of philosophy – are object-level ones directly about certain relevant things themselves (e.g., consciousness, distributive justice, and knowledge), rather than representational-level ones about how we think and talk about these things (e.g., what our concept <consciousness> consists in, what people mean by the term ‘justice’, or what pattern of judgments about “knowledge” people have). How should one identify what such objects are that philosophers aim to study, and how are they related to descriptive, representational-level facts about how people think and talk? A lot of philosophical argument rests (often implicitly) on the idea that the objects of “object-level” philosophical inquiry are (or at least should be) things that we can smoothly identify using the intuitively corresponding words and concepts. For example, in epistemology, a common idea is that when philosophers study knowledge, they are (or at least should be) studying something that our current term ‘knowledge’ refers to. In this paper, we argue for an alternative view. On our view, objects of “object-level” philosophical inquiry are, in the first instance, tethered to facts about topics, rather than to facts about our words and concepts. We advance this view using a notion of topics that draws on our recent work about “topic continuity” within “conceptual engineering”, which, put roughly, concerns what it takes to preserve a given topic over linguistic and conceptual change. We advance our view about object-level inquiry in philosophy both as a descriptive and normative proposal. Roughly, we propose that it both helps us understand important existing parts of such inquiry and also provides a good model for how important parts of such inquiry should proceed. Our proposal has a number of important payoffs. First, it helps illuminate – and explain the substantive importance of – aspects of a range of meta-philosophical debates, including ones about realism, pragmatism, and the methodological role of conceptual analysis. Second, it helps illuminate interesting ways in which philosophical work on conceptual engineering connects to other parts of philosophical inquiry. Third, it helps provide an interesting framework for thinking about metaphysical debates (e.g., about such issues as realism, nihilism, and mind-dependence) across different subareas of philosophy, including in ethics, philosophy of math, and philosophy of race.

Keywords: consciousness; distributive justice; knowledge; conceptual engineering; realism

Knowledge, algorithmic predictions and action

Eleonora Cresto

Instituto De Investigaciones Filosóficas - SADAF

I discuss the epistemic status of algorithmic predictions in the legal realm, in the context of the recent discussion on biases and impossibility results for predictive algorithms. I argue that algorithmic predictions do not give us knowledge -- not even probabilistic knowledge; rather, we have to settle for justified beliefs and justified credences. In the light of this, I suggest a secondary criterion for algorithmic fairness, which I call conditional fairness. This is not meant as yet another attempt at an objective definition of algorithmic fairness, as I believe there is no such a thing, but a criterion that may help us boost the justification of particular credences based on the outcomes of a the algorithm (and hence it may boost the justification of the decisions we make on the basis of the corresponding credences). I finally argue that conditional fairness relates to a weak sense of intersectionality.

Keywords: algorithmic predictions; conditional fairness; knowledge.

Facing Contradiction: a history of paraconsistency from Heraclitus of Ephesus to Newton da Costa

Itala M. Loffredo D'Ottaviano

Centre for Logic, Epistemology and the History of Science / University of Campinas

In this talk, by analyzing the historical precedents of paraconsistent logic before the 20th century, we will discuss how a truly paraconsistent perspective was constituted, as well as how logical principles, rules, and systems have expressed the various concepts of paraconsistency.

Diverse authors have investigated the phenomena of contradiction, looking for identifying, understanding, and neutralizing its consequences for rational knowledge. In this way, we may ask ourselves if logical principles and rules, according to which not everything may be deduced from a contradiction, or something may be rejected, were conceived and evoked within certain contexts and theoretical traditions.

We will discuss important contributions to the history of paraconsistent logic and will present some ideas of important paraconsistent authors and of those that could be considered paraconsistent, explaining the theoretical circumstances in which each paraconsistent position has been introduced. We will evaluate such contributions all along the history of the Western thought.

From ancient Greek logic, from some paraconsistent positions in Mediaeval logic, and on the trail of contemporary logic, some modern authors, and the prelude to the so-called non-classical logics, we will devise contemporary paraconsistency – Newton da Costa and the foundation of paraconsistent logic.

Keywords: logic; paraconsistency; Newton da Costa.

References

DA COSTA, N. C. A., Krause D., Bueno, O. (2006). Paraconsistent logics and paraconsistency. *Philosophy of Logic*, volume of **Handbook of the Philosophy of Science**. Edited by D. Jacquette. Elsevier: 791- 911..

D'OTTAVIANO, I. M. L. (1990). On the development of paraconsistent logic and da Costa's work. *The Journal of Non-Classical Logic*, 7 (1/2): 89–152..

GOMES, E. L., D'Ottaviano, I. M. L. (2017). **Para além das Colunas de Hércules, uma história da paraconsistência:** de Heráclito a Newton da Costa [*Beyond the Columns of Hercules, a history of paraconsistency: from Heraclitus to Newton da Costa*, in

Portuguese]. Campinas: Unicamp Editorship, Series Unicamp Year 50, v. 50; Coleção CLE, v. 80, 712p.

Singular thought, mental files, and the normative view of acquaintance

Ludovic Soutif

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

I discuss Recanati's attempt, in *Mental Files* and other writings, to reconcile two seemingly contradictory claims: that acquaintance is a necessary condition for singular thought, and that we can have acquaintanceless singular thoughts (i.e., thoughts directed at particulars as particulars). Central to this attempt is a normative interpretation of the acquaintance constraint. I argue that this attempt fails for three main reasons. First, within Recanati's mental file framework, the norm governing the use of descriptive names lacks determinate conditions of satisfaction. Second, the mental simulation involved in applying the norm is inaccurately described as a 'local lapse into fiction'. Third, the proposal fails to address the conditions of satisfaction for the acquaintance norm over time. Despite these shortcomings, I argue that the challenges facing simulationist theory should be seen as opportunities to repair the mental framework within which it is formulated, rather than as reasons to reject it. I will suggest possible ways in which this can be done.

Keywords: Singular thought; acquaintance; mental simulation, mental files.

Cooperation and Human Cognition

Michael Tomasello
Duke University

Humans are biologically adapted for cooperation and cultural life in ways that other primates are not. The cognitive dimension of these adaptations first emerges at around nine months of age, as youngsters begin to coordinate their intentions and attention with others in species-unique collaborative and communicative activities. Acquiring linguistic conventions facilitates this coordination, such that by three to four years of age young children are able to conceptualize different perspectives on the same thing simultaneously, which enables the construction of a variety of objective and normative concepts. Humans' nearest primate relatives understand much about others' mental states, but they are not adapted for socially and mentally coordinating with others in human-like ways.

Keywords: attention; cognition; cooperation.

Pragmatic and Modal Anti-Exceptionalism about Logic: Newton da Costa's Way

Otávio Bueno
University of Miami

In memory of Newton da Costa, who showed the way

Anti-exceptionalism about logic is the view according to which logic is not special: its theories and methods are continuous with the sciences; it is not a priori; its truths are not analytic; logical theories are revisable on the same grounds as those invoked for scientific theories, and they are justified by abductive arguments (see Hjortland [2017] and [2019]; see also Quine [1951], Maddy [2002], Priest [2006], Williamson [2013], and Russell [2014]). Quine [1951] offered the initial motivation for the view, especially regarding the continuity between scientific and logical theories, as well as logic's non-apriority, non-analyticity, and revisability, but without fully working out the details of the proposal. Most features of anti-exceptionalism—excluding, quite rightly, the abductive methodology—have been developed by Newton da Costa well over two decades before the recent revival of the view (see da Costa [1980]). Recently, Jonas Arenhart [2022] argued that da Costa's anti-exceptionalism, despite its many attractive features, is unstable, since it requires “sometimes that a logic [be] dependent on a context, and in other cases, that the nature of the context [be] dependent on a logic” (Arenhart [2022], p. 1191). In this paper, I distinguish two kinds of anti-exceptionalism—a pragmatic and a modal—and although da Costa would have supported the former, the latter, which I favor (Bueno [2021]), overcomes Arenhart's challenge and is perfectly in the spirit, if not the letter, of da Costa's approach.

Keywords: Anti-exceptionalism; logic; Newton da Costa.

References

ARENHART, J. (2022). Newton da Costa on Hypothetical Models in Logic and on the Modal Status of Logical Laws, *Axiomathes* 32, pp. 1191-1211.

BUENO, O. (2021). Modality and the Plurality of Logics. in: O. Bueno and S. Shalkowski (eds.). **Handbook of Modality**. London: Routledge, pp. 319-327.

- DA COSTA, N.C.A. (1980). **Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica** [in Portuguese; Essay on the Foundations of Logic]. São Paulo: Hucitec.
- HJORTLAND, O.T. (2017). Anti-Exceptionalism about Logic. *Philosophical Studies* 174, pp. 631-658.
- HJORTLAND, O.T. (2019). What Counts as Evidence for a Logical Theory?. *Australasian Journal for Logic* 16, pp. 250-282.
- MADDY, P. (2002). A Naturalistic Look at Logic. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 76, pp. 61-90.
- PRIEST, G. (2006). **Doubt Truth to be a Liar**. Oxford: Oxford University Press.
- QUINE, W.V. (1951). Two Dogmas of Empiricism. *Philosophical Review* 60, pp. 20-43.
- RUSSELL, G. (2014). Metaphysical Analyticity and the Epistemology of Logic. *Philosophical Studies* 171, pp. 161-175.
- WILLIAMSON, T. (2013). **Modal Logic as Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press

Evans on Transient Truth

Paulo Estrella Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Gareth Evans claimed that tense logic lacked a semantic justification – in particular, that an explanation was missing of the notion of ‘truth at a time’ as it features in the regimentation of tenses as intensional operators, on a par with modal adverbs. In the posthumously published paper ‘Does Tense Logic Rest Upon a Mistake?’, Evans rehearses three possible construals of the phrase ‘true at time t ’ and finds all of them wanting. The examination is aimed at showing that the structural similarities between tenses and modal operators are superficial and hide deep differences, which have not been taken into account in the development of tense logic. The outcome of the discussion is that either the semantics of tense logic is in a shambles, or else it is importantly deviant from the standard set by possible worlds semantics for modal logic. I show that neither horn of this dilemma is compelling.

Keywords: Tense logic; tensed propositions; transient truth; modalities; Gareth Evans; A. N. Prior.

Explanation of Consequences via Movements within Language

Ruy de Queiroz
Universidade Federal de Pernambuco

In order to make sense of what we claim constitutes a common thread of Wittgenstein's view on the connections between meaning, use and consequences, going from the *Tractatus* (and earlier writings) to later writings and back, and take this as the basis for a proposal for a formal counterpart of a 'meaning-as-use' (dialogical/game-theoretical) semantics of the language of predicate logic, we shall need to bring in key excerpts from Wittgenstein oeuvre (including the *Nachlass*) and from those formal semanticists who defend a different perspective on the connections between proofs and meaning. The aim is to consider the so-called rules of proof reduction as a formal counterpart to the explanation of the (immediate) consequences of a proposition. This contrasts markedly to a different view by the verificationist theories of meaning as put forward by Heyting, Gentzen, Dummett, Prawitz, Martin-Löf and many others, since we suggest an approach which has more of a 'pragmatist' slant to the semantics of predicate logic. Accordingly, we consider several passages from Wittgenstein's published as well as unpublished writings (esp. Bergen Project *Nachlass*) to build a whole picture of a formal counterpart to 'meaning is use' on the basis of the idea that explanations of consequences via 'movements within language' ought to be taken as a central aspect to Wittgenstein's shift from 'interpretation of symbols' to 'use of symbols' which underpins his 'meaning is use' paradigm. As in the *Investigations* "every interpretation hangs in the air together with what it interprets, and cannot give it any support. Interpretations by themselves do not determine meaning", as well as in a remark from his transitional period (1929-30): "Perhaps one should say that the expression "interpretation of symbols" is misleading and one should instead say "the use of symbols"."

Keywords: predicate logic; semantic; Wittgenstein.

2. SYMPOSIA

2.1 Simpósio desacordos profundos (SiDeP)

Paloma Xavier

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A discussão sobre os desacordos profundos teve início com a publicação do artigo "The Logic of Deep Disagreements" (1985, 2005) de Robert Fogelin. Esse tipo de desacordo possui um caráter peculiar em comparação aos desacordos normais, pois surge a partir do choque entre "framework propositions" (proposições estruturantes) ou certezas fulcrais. Fogelin baseia-se na leitura de "Sobre a Certeza" (1969) de Wittgenstein, onde as certezas fulcrais fundam nossa imagem de mundo. Por essa razão, os desacordos profundos são resistentes à resolução. Fogelin vai além, defendendo que esses desacordos não são passíveis de resolução argumentativa racional, pois minam as condições essenciais para o processo de argumentação. Assim, os meios de resolução seriam a persuasão ou a conversão. Ele atribui essa defesa a Wittgenstein. Embora Fogelin tenha cunhado o termo "desacordos profundos", a discussão transcendeu seu texto. Alguns argumentam que esses desacordos podem ser solucionados por meio da argumentação racional; os defensores dessa visão são chamados de otimistas. A perspectiva de Fogelin, por outro lado, é considerada pessimista. Essa divisão não resolve os problemas, mas ajuda a visualizar os desafios enfrentados. Uma questão certa é que a possibilidade de ruptura comunicacional é um desafio para ambas as interpretações. Será que os discordantes conseguem se comunicar e se entender, ou os desacordos profundos estão destinados à ruptura comunicacional? O presente simpósio discutirá diferentes perspectivas e interpretações sobre os problemas que permeiam os desacordos profundos e as questões acima mencionadas. Dessa maneira, pretendemos contribuir com abordagens recentes difundidas na literatura dos desacordos profundos.

Palavras-chave: desacordos profundos; Wittgenstein; Fogelin; racionalidade.

Ainda sobre desacordos profundos

Camila Jourdan

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O debate sobre desacordos profundos surge na contemporaneidade situado nos estudos sobre o pensamento tardio de Wittgenstein, particularmente a partir da publicação do artigo *The Logic of Deep Disagreements*, de Robert Fogelin. Fogelin parte de uma leitura das proposições fulcrais (*Hinge Propositions*) do *Da Certeza*, pela qual estas moldariam nossas visões de mundo, nossos valores e princípios éticos. Tratar-se-iam de conflitos resistentes à resolução argumentativa ou por meio do fornecimento de evidências científicas, que parecem se dirigir diretamente a um desacordo não sobre a verdade ou falsidade das afirmações em questão, mas sobre o próprio sentido destas. Embora a discussão sobre desacordos profundos surja por meio dos exemplos relativos à noção de *certeza fulcral*, que Wittgenstein aborda em *Da Certeza*, sua importância ultrapassa em extensão e compreensão os estudos exegéticos sobre o pensamento do filósofo austríaco, permitindo a discussão direta de exemplos concreto, bem como o diálogo com outras tradições de pensamento. Nesta palestra, pretende-se focar a questão considerando-a do ponto de vista da possibilidade de *transformações profundas*, buscando responder a questão: o que resta aos historicamente tomados como *loucos; não-sujeitos ou hereges*? Nossa estratégia de resposta parte da existência de uma assimetria no funcionamento da negação em contextos fulcrais, e defende que transformar tais certezas seria um expediente muito mais *performativo* do que argumentativo, no sentido de dar ou pedir razões. Neste contexto introduzimos a noção de ‘transicionar’ como expressão conceitual das modificações profundas, e buscamos nas noções de: *ver algo como e visão de aspectos* alguns elementos fundamentais envolvidos nas transformações das *metáforas* a partir das quais julgamos.

Palavras-chave: Wittgenstein; desacordos profundos; metáforas.

Cosmovisão (*Weltbild*) e Desacordos Profundos

Marcus José de Souza
Universidade Federal de Alagoas

A comunicação tem como proposta avaliar o papel do conceito de cosmovisão (*Weltbild*) a partir das ocorrências no *Da Certeza* de Wittgenstein nas articulações da proposta de explicação epistemológica do filósofo. Nesta avaliação, pretende-se argumentar que este conceito joga um papel importante na determinação dos desacordos profundos e de sua superação, indicando que a depender da amplitude lógica que der ao conceito de cosmovisão afeta a possibilidade ou não de superação dos desacordos profundos. Assim, é necessário retomar o status conceitual das proposições fulcrais (*Hinge Propositions*) no contexto da cosmovisão e deste último conceito relacionado ao conceito de forma de vida. Por fim argumentar pela possibilidade de existir cosmovisões em desacordo participando de uma mesma forma de vida, o que exigirá uma configuração consistente do conceito de forma de vida.

Palavras-chave: Hinge propositions; Cosmovisão (*Weltbild*); Desacordo profundo; Forma de vida.

Desacordos Profundos existem?

Paloma Xavier

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Wittgenstein aborda o conceito de certezas fulcrais em *Sobre a Certeza* (1969). Essas são proposições das quais raramente falamos, mas que são fundamentos para nosso sistema de crenças. Wittgenstein nos apresenta um exemplo de desacordo entre certezas fulcrais no §92. Nele, G.E. Moore encontra-se com um rei que acredita que a terra nasceu com ele. Desacordos certamente não são novidade na história da filosofia. No entanto, quando se trata de certezas fulcrais, o desacordo parece assumir outra dimensão. Os participantes de um desacordo entre certezas fulcrais discordam das crenças mais fundamentais. Esse tipo de discordância envolve visões de mundo completamente ou quase completamente diferentes. Trata-se de um desacordo no qual os discordantes entram em conflito sobre coisas muito significativas, o que faz com que não abandonem suas convicções por razão alguma. Fogelin em *The Logic of Deep Disagreements* (1985,2005) defende que esse é um desacordo profundo, um tipo peculiar de desacordo que não é resolvido por meio da razão, pois os discordantes não compartilham um solo comum. Entretanto, destacamos um problema na caracterização de desacordos profundos de Fogelin: se um desacordo profundo, de fato, não tem nenhum tipo de solo comum compartilhado, como seria possível haver um desacordo? Dito de outra maneira: como pode haver um desacordo onde nem a comunicação é possível? É sabido que, para que seja possível um desacordo, é preciso que se tenha, pelo menos, um ponto em comum. Seja compartilhamento de crenças, seja um reconhecimento, mas é imprescindível que se tenha algum tipo de acordo mínimo para que seja possível discordar. Dessa forma, o desacordo profundo parece ser diluído. Em outras palavras, se a caracterização da noção de desacordos profundos for a de Fogelin, a consequência será: não existem desacordos profundos.

Palavras-chave: desacordos profundos; certezas fulcrais; argumentação; racionalidade; diluição.

Pluralidade gramatical e antirrelativismo epistêmico no contexto dos desacordos profundos: como vivem os lenhadores de Wittgenstein?

Vinícius Perenha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Situado no campo das questões relacionadas à chamada *hinge epistemology* e, portanto, da controvérsia entre leituras que atribuem ou negam à epistemologia do *Sobre a Certeza* um tipo de relativismo epistêmico, o problema dos desacordos profundos, tal como formulado por Robert Fogelin, é o horizonte mais amplo deste trabalho. Isto, no entanto, não significa que a perspectiva epistemológica predomine diante da questão do sentido linguístico, uma vez que mesmo posto no centro de uma discussão a respeito da distinção entre certeza e conhecimento, entende-se que a preocupação principal de Wittgenstein seja o tratamento das condições mais fundamentais para nossos jogos de linguagem no nível das formas de vida e, portanto, da garantia do sentido linguístico e da comunicação. Partindo de um recorte limitado ao famoso exemplo dos lenhadores (*RFM*, I, 148-150), a presente comunicação discutirá criticamente uma controvérsia exegética surgida na tradução de E. Anscombe para as *Remarks on the Foundations of Mathematics* e explorará algumas possibilidades interpretativas a partir da retificação de um expediente utilizado pela tradutora. Trata-se da passagem de número 151 da primeira parte do livro, cujo texto original encontra-se em Ts-222, de 1938. No trecho em questão, Wittgenstein oferece ao leitor uma pista enigmática a respeito dos lenhadores, por meio da menção ao conto *Die klugen Leute*, compilado pelos irmãos Grimm, que foi substituído, na tradução inglesa, pela fábula *The wise men of Gotham*, do folclore britânico. O uso desse exemplo como possível pista interpretativa para a noção de 'forma de vida' não será novidade para leitores de Wittgenstein, mas poderá ganhar amplitude se considerarmos a sugestão de J. Conant, de que a passagem 151 das *Remarks* poderia auxiliar na compreensão do sentido do exemplo, que a antecede imediatamente. Nosso objetivo, assim, é o de seguir a recomendação de que não se deve desprezar a alusão literária feita no §151 das *Remarks* como chave para a compreensão do exemplo dos lenhadores sem, no entanto, nos comprometer com a tradução de Anscombe. A recuperação da menção originalmente feita por Wittgenstein poderá abrir caminho para a exploração da hipótese de que o exemplo dos lenhadores seja evidência textual a favor da tese da diversidade de formas de vida e da possibilidade de desacordos profundos, ao mesmo tempo em que situa o exercício de imaginação oferecido pelo autor do *Sobre a*

Certeza no âmbito das discussões acerca do antirrelativismo epistêmico e do antifundacionalismo.

2.2 Novas epistemologias da lógica

Evelyn Erickson

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFRN

Epistemologias tradicionais da lógica apontam que conhecimento lógico é proveniente de intuições, vindas de uma faculdade mental ou através de proficiência linguística. Ambas essas visões assumem uma dicotomia já defasada, entre o *a priori* e o *a posteriori* ou entre o analítico e sintético, para conceder às tais leis lógicas um status especial enquanto conhecimento. Alinhada a famosa crítica quineana a essas dicotomias, as epistemologias tradicionais também se encontram em uma situação precária perante a difusão das lógicas não-clássicas, pois não conseguem explicar a pluralidade de lógicas disponíveis. Por influência da tendência naturalista iniciada por Quine, ou então em direta oposição a ela, novas epistemologias da lógica surgem alegando que o conhecimento lógico está integrado nas nossas práticas epistêmicas e não é excepcional. Onde exatamente se encaixam nossas teorias lógicas e que relevância elas têm para outras teorias ou para nossas atividades cotidianas ainda está em disputa. Alguns alegam que uma teoria lógica é descritiva de alguma realidade, outros que é normativa dentro de um certo âmbito. Diferentes posições mapeiam o debate, proliferando “ismos”. Embora disputas lógicas tenham se tornado o centro da discussão, há alguns pontos de concordância: fora do confortável escopo cartesiano, é necessário considerar a lógica como uma prática humana, e buscar uma nova justificação para tal conhecimento lógico. Embora não consideremos mais a lógica como irrevogável, ela é tão pouco efêmera. A busca por novas epistemologias para a lógica se faz necessária para re-ancorar, de certa forma, o resto do nosso conhecimento; desse excepcionalismo a lógica não escapa. O presente simpósio busca discutir tópicos de epistemologia da lógica que permeiam as questões discutidas acima, contribuindo, em particular, com posições críticas ao representacionismo popular em muitas das abordagens recentes difundidas no estrangeiro.

Palavras-chave: lógica, filosofia da lógica, epistemologia

Convenções na Lógica

César Frederico dos Santos
Universidade Federal do Maranhão

Na filosofia da lógica, o convencionalismo é geralmente apresentado como a tese segundo a qual as chamadas “leis lógicas” são estabelecidas arbitrariamente, seja por um ato da vontade individual que opta por submeter-se a certas regras, seja por acordos coletivos, frutos de usos e costumes adotados arbitrariamente por uma comunidade em algum momento esquecido do passado. O componente arbitrário do estabelecimento de convenções aparece claramente, por exemplo, no Princípio da Tolerância de Carnap, que afirma que “todos são livres para construir sua própria lógica”, bastando que “apresentem seus métodos claramente” por meio de regras sintáticas bem definidas. Tal modo de conceber o convencionalismo torna-o uma tese frágil diante do que ocorre na prática lógica. Afinal, na prática, os lógicos parecem não gozar de um grau de liberdade criativa compatível com total arbitrariedade. Ademais, mesmo na vida cotidiana de quem precisa validar inferências e argumentos, a tese convencionalista tradicional não parece plausível—um argumento não se torna válido somente por que alguém prefere uma regra em vez de outra. Nesta fala, defenderei uma outra visão do convencionalismo lógico, menos frágil que a tradicional, segundo a qual convenções não resultam de escolhas livres, totalmente arbitrárias, mas sim de escolhas limitadas por um leque de possibilidades pré-determinadas pelos objetivos que se têm em vista e pelos meios disponíveis para a realização desses objetivos. Essa visão também difere do convencionalismo tradicional porque rejeita a tese de que a lógica seja totalmente convencional, embora abra espaço para que convenções cumpram importantes papéis em sistemas lógicos. A ideia é que, para certos objetivos que se espera que um sistema lógico ajude a alcançar, possa acontecer de os meios disponíveis serem muito restritos, não restando escolha: somente um modo de atingir aquele objetivo é efetivo. Nesse caso, não há espaço para convenções. Para outros objetivos, porém, pode haver um grande leque de meios disponíveis, todos igualmente efetivos. É nesses casos que abre-se espaço para que escolhas sejam feitas e convenções estabelecidas. Assim, para investigar o papel que as convenções desempenham na lógica, é preciso identificar, para cada lógica e seus aspectos, quais deles são “forçados” pelos objetivos e pelos meios disponíveis, e quais deles não o são, sendo frutos de escolhas dentre um leque de alternativas viáveis. Trarei exemplos para ilustrar aspectos obrigatórios e convencionais de sistemas lógicos.

Palavras-chave: convencionalismo lógico; metafísica da lógica; Carnap.

Além da circularidade: uma proposta de justificação empírica para a validade lógica

Daniel Durante

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A justificativa semântica tradicional para a validade lógica é reconhecidamente circular. Por um lado, define-se que os argumentos válidos são aqueles nos quais as premissas de que se parte garantem infalivelmente a conclusão a que se chega. E isso equivale a dizer que toda interpretação na qual as premissas são verdadeiras, a conclusão também é. Então parece que as interpretações são o árbitro da validade lógica. São elas que decidem a validade dos argumentos. Mas, por outro lado, as interpretações possuem características, limites, regras que não podem ser violadas, e que são fornecidas exatamente pelos princípios da lógica da qual as interpretações pretensamente são árbitros. No âmbito da lógica clássica, por exemplo, não se aceita interpretações que contenham contradições. Então, as interpretações decidem quais são os princípios lógicos aceitáveis e os princípios lógicos decidem quais são as interpretações aceitáveis. Essa circularidade não é necessariamente problemática. Ela fica meio escondida na matemática da lógica matemática e significa apenas que a lógica é uma disciplina autossuficiente, que não é determinada nem pode ser reduzida a nenhuma outra disciplina. A lógica tem que dar conta de si mesma. Mas isso não é privilégio da lógica, é uma característica de toda a filosofia. Suas outras disciplinas básicas também não são redutíveis e têm que dar conta de si mesmas. Apesar de aceitável, essa circularidade deixa no ar, sem resposta, a justificação epistêmica dos princípios lógicos. Como podemos saber e justificar a verdade dos princípios lógicos? Algumas versões de justificação diferentes são encontradas na história da filosofia, a maioria delas apelando para supostas propriedades excepcionais da lógica em relação às demais ciências, como a necessidade, analiticidade, aprioridade. Pretendo, nesta comunicação, defender uma abordagem empírica à justificação da validade lógica. Argumento que o fundamento último para a aceitação dos princípios lógicos é a experiência. Defendo ainda que o mesmo tipo de justificação empírica pode ser buscado para as outras disciplinas filosóficas de um modo similar ao proposto por Quine em sua famosa teia de crenças.

Palavras-chave: justificação epistêmica; justificação empírica; validade lógica; circularidade; teia de crenças.

Línguas naturais e o projeto dialeteísta

Ederson Safrá Melo

Universidade Federal do Maranhão - Doutorado/UFSC

Jonas R. Becker Arenhart

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFSC

Tentativas de lidar com alguns problemas que surgem em línguas naturais muitas vezes foram determinantes para o desenvolvimento de sistemas lógicos e de interpretações para os mesmos. Em especial, paradoxos formulados em línguas naturais têm sido tomados como argumentos para algumas lógicas paraconsistentes e, mais particularmente, para a tese dialeteísta de que há contradições verdadeiras. Nessa linha, um dos argumentos em favor do dialeteísmo é que as línguas naturais nos impõem que há contradições verdadeiras. Mais explicitamente, dialeteístas como Graham Priest defendem que as línguas naturais, devido as suas capacidades expressivas, naturalmente derivam contradições verdadeiras. Esse argumento ficou conhecido como argumento do vernacular para o dialeteísmo. Em nossa comunicação, pretendemos apresentar tal argumento e defender que, mesmo se pudéssemos “derivar” contradições usando recursos das línguas naturais, não há razões para garantir que essas contradições sejam verdadeiras. Como resultado, apontamos que os “fatos” sobre as línguas naturais sozinhos (se há tal coisa) não determina a natureza das contradições. Além disso, argumentaremos que, quando levamos em consideração fatores de natureza pragmática, a abordagem clássica, em que as contradições são falsas, apresenta vantagens quando lida com as contradições que surgem em línguas naturais.

Palavras-chave: filosofia da lógica; lógica paraconsistente; dialeteísmo; paradoxo.

Uma epistemologia imperfeita para lógica

Evelyn Erickson

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFRN

O trabalho argumenta a favor da plausibilidade de revisão de lógica via equilíbrio reflexivo. Em *Considered Judgment* (1996), Catherine Elgin elabora uma taxonomia de tipos de conhecimento, de acordo com o qual adquirir conhecimento pode ser um procedimento perfeito, imperfeito ou puro. Uma epistemologia de procedimento puro não permite espaço para erro: se uma sentença é verdadeira, ela deve ser auto-evidente ou derivada de outras sentenças verdadeiras via uma cadeira inferencial. Uma epistemologia de procedimento imperfeito não é tão rigorosa: podemos contar como conhecimento sentenças que acabarão sendo falsas, já que podemos revisar nossas alegações de verdade. Uma epistemologia de procedimento puro não possui medida externa de sucesso: um campo de investigação impõe seus próprios padrões e decide por consenso, não há nada além disso para haver conhecimento. Elgin argumenta que a posição mais adequada para epistemologia é a imperfeita, em que o método de revisão adequado a ela é o equilíbrio reflexivo, ao mesmo tempo em que lógica é tida como o exemplo paradigmático de procedimento puro. A presente apresentação irá explorar o tópico de revisão de lógica sob essa perspectiva, expandindo uma epistemologia para a lógica na direção de um procedimento imperfeito, e propondo o equilíbrio reflexivo como método de revisão da lógica. Abordagens críticas argumentam que lógica não pode ser revisada via equilíbrio reflexivo, porque o método favorece sempre lógicas mais fracas, sub determina a escolha teórica, valoriza mas considerações teóricas em detrimento a prática, não consegue explicar desacordos e não consegue sustentar um processo contínuo de revisão. Tais análises são falhas, pois não incorporam a perspectiva de que a revisão de teorias não ocorre apenas via novas evidências ou via comparação direta, a nível individual; ao invés, princípios lógicos são revisados como parte de sistemas cognitivos inteiros, que são propriedade comunitária construídas historicamente, e não estão sujeitas a escolhas individuais.

Palavras-chave: epistemologia da lógica; equilíbrio reflexivo; revisão de teorias.

Anti-excepcionalismo metodológico: uma abordagem epistemológica da lógica

Jéssica Caren da Silva Melo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Na epistemologia tradicional da lógica temos que a justificação dos conhecimentos da lógica não provém por meio de nenhuma forma empírica. As evidências lógicas possuem um caráter básico e *a priori*. Desse modo, a lógica requer um tipo de justificação distinta de outras áreas, o que a torna excepcional em comparação as demais áreas. Os relatos epistemológicos tradicionais de evidências lógicas que prevaleceram no cenário filosófico afirmam que as evidências seriam derivadas através de intuições ou que são determinadas por meio de convenções linguísticas, esses relatos são considerados como excepcionalistas lógicos. Uma posição na filosofia da lógica, designada de anti-excepcionalismo sobre a lógica (AEL) defende que a lógica não é excepcional, isto é, não possui um estatuto epistêmico ou metodológico especial em relação às ciências empíricas. O artigo do Hjortland, "*Anti-exceptionalism about logic*" (2017), tornou o tema amplamente discutido dentro da filosofia da lógica, sua posição é determinada por duas teses principais: a lógica não possui caráter apriorístico e as teorias lógicas rivais podem ser escolhidas com base no mesmo processo de avaliação utilizado para escolha de teorias científicas. Assim, a lógica não teria nenhum lugar de privilégio em comparação com as demais ciências empíricas, pois existe a aceitação de evidência *a posteriori* como modo de justificação do conhecimento dos princípios da lógica e uma continuidade entre a lógica e as ciências. Martin e Hjortland (2021) apresentaram uma versão de AEL metodológico, na qual a investigação lógica utiliza-se de uma metodologia científica. E recentemente, Martin e Hjortland (2022), inserem o AEL metodológico em uma nova configuração de variedades do AEL. Nessa nova configuração do AEL, ele é apresentado em termos da rejeição de determinadas propriedades tradicionais que tornam a lógica excepcional. E como há inúmeras propriedades diferentes acerca da lógica, essas propriedades levaram a correntes distintas do AEL. São defendidas duas variedades: AEL metafísico e AEL epistemológico. O AEL metodológico foi inserido no AEL epistemológico. O AEL epistemológico é descrito como a rejeição dos atributos que sustentam o caráter epistemológico especial da lógica, pois o processo de justificação do conhecimento lógico é visto como menos notável do que se acreditava ser. Na literatura são encontradas duas metodologias que a lógica partilha com a ciência, o abduativismo lógico e preditivismo

lógico. Assim, o designio da comunicação é apresentar o AEL metodológico enquanto uma abordagem epistemológica da lógica, explicitando como as duas metodologias importadas da ciência estão sendo utilizadas na lógica e algumas dificuldades que elas enfrentam.

Paraconsistent reasoning, without paraconsistent logic

Jonas R. Becker Arenhart

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFSC

Hitoshi Omori

Tohoku University

According to current disputes on the appropriate epistemology of logic, logical theory choice must be based on some sort of evidence. Scenarios where inconsistencies appear, it is said, provide evidence favoring paraconsistent logics to account for the paraconsistent reasoning exhibited in such cases. As is well known, paraconsistent logic is typically defined in terms of a consequence relation that rejects *ex contradictione quodlibet*. 'Paraconsistent reasoning', on the other hand, is sometimes implicitly conflated with use of a paraconsistent logic for drawing inferences, although the term is not formally defined in the literature. For our purpose in this talk, we understand paraconsistent reasoning, whatever this is, as reasoning that does not allow one to reason from a contradiction to any arbitrary conclusion. The aim of this talk is to address the connection implicitly assumed in the literature between paraconsistent reasoning and paraconsistent logic. The problem may be put in terms of the following question: do we need paraconsistent logic for paraconsistent reasoning? Our answer is to the negative. In fact, classical logic may be an appropriate tool for paraconsistent reasoning in certain circumstances! This claim will be backed up by the presentation of a formal system that is meant to capture paraconsistent reasoning, by building on (a very standard) classical logic. The formulation of the system is inspired by Graham Priest's system meant to model the account of negation as cancellation, as presented in (1999), and our suggestion can be understood as a simplified version of Priest's system. After presenting some notable features of the system, we shall discuss some of its less technical implications for the epistemology of logic and the notion of paraconsistent reasoning. More specifically, we will build on the following remark made by David Makinson:

As already emphasized, there is nothing wrong with classical logic. Moreover, we need to understand and use it when trying to understand other kinds of reasoning. In effect, we will show how the 'good old relation of classical consequence' may be deployed in certain ways to define stronger relations that are of practical value, but happen to

fail monotony. Rather than talk of non-classical logics, it is more illuminating to speak of more sophisticated ways of employing classical logic, which generate non-monotonic behaviour.” (Makinson 2005, p.184).

Our basic idea is to identify “sophisticated ways of employing classical logic” as various forms of reasoning, and in particular, paraconsistent reasoning, to be precisely those that generates paraconsistent behavior that is of practical value in the context in which consistency fails. We will also discuss the variation of Makinson's idea in light of the distinction of logic and reasoning proposed by Gilbert Harman and applied fruitfully in the context of subclassical logic by JC Beall. The discussion will constitute evidence that a proper understanding of the idea of application of logic may bring interesting consequences on the philosophical disputes between different systems of logic. We may be able to apply classical logic in scenarios where it is usually thought that a non-classical logic is required.

Key-words: paraconsistent logic; classical logic; reasoning; consequence; paraconsistent reasoning; logical disputes.

References

- MAKINSON, D. (2005). How to go nonmonotonic. In D. Gabbay and F. Guentner, editors, **Handbook of Philosophical Logic**, volume 12, pages 175-278. Amsterdam, Springer, 2 edition.
- PRIEST, G. (1999). Negation as Cancellation and Connexive Logic. *Topoi*, 18, pp.141-148.

2.3 Gaps and Gluts 3

A six-valued first-order information based logic extending Belnap-Dunn four valued logic

Abílio Rodrigues
Universidade Federal de Minas Gerais

Logics of evidence and truth (LETs) are paraconsistent and paracomplete logics that extend the logic of first-degree entailment (F DE), also known as Belnap-Dunn four-valued logic, with a unary operator 'o' that recovers excluded middle and explosion for sentences in its scope.

LETs have been conceived with the purpose of formalizing the deductive behavior of positive and negative evidence, which can be conclusive or non-conclusive. Thus, according to the intended intuitive interpretation, a sentence 'oA' means that there is conclusive evidence, either positive or negative, for A. It is assumed that conclusive evidence behaves classically and 'o' is called a classicality operator. LETs can also be interpreted as information-based logics, which are logics suitable for processing information in the sense of taking a database as a set of premises and drawing conclusions from these premises in a sensible way. In this case, 'oA' means that the information conveyed by A, positive or negative, is reliable.

In this talk we introduce the sentential logic LETF+ and its quantified version QLETF+, together with a six-valued deterministic semantics obtained by means of twist structures. The six values extend the four-valued semantics of F DE and have the following intuitive meaning:

$v(A) = T0$: unreliable positive information A,

$v(A) = F0$: unreliable negative information A,

$v(A) = N$: no information about A,

$v(A) = B$: contradictory information about A,

$v(A) = T$: reliable positive information A,

$v(A) = F$: reliable negative information A.

The four values of FDE define the logical lattice L4. The six values of LETF+ define a lattice we call L6 that extends the lattice L4 with two more values, T as a new top and F as a new bottom.

The logic QLET+ enjoys several nice properties that do not always hold for non classical logics: prenex normal forms, disjunctive and conjunctive normal forms, replacement property. (Joint work with M. Coniglio)

A Teoria Clássica das Funções Computáveis desde um Ponto de Vista Intuicionista

André Porto
Universidade Federal de Goiás

Em nossa apresentação iremos investigar como um intuicionista veria a Teoria da Funções Computáveis clássica. Em primeiro lugar é preciso registrarmos que, tanto a noção clássica de “função computável”, quanto a Tese de Church-Turing não são aceitáveis, desde um ponto de vista intuicionista. No entanto, como todas as teorias clássicas, a Teoria das Funções Computáveis pode ser formulada em um contexto intuicionista e essas formulações, nos parece, lançam luz sobre a própria tese de Church-Turing e as discordâncias entre intuicionistas e clássicos.

Some considerations on da Costa's philosophy of paraconsistency

Ederson Safrá Melo
Universidade Federal do Maranhão - Doutorado/UFSC

According to the typical textbook definition, a system of logic is paraconsistent if it violates some form of the so-called. What that means, intuitively, is that a contradiction does not entail any formula, i.e., we may have inconsistency without triviality. Those willing to embrace a paraconsistent logic are also expected to advance an account of the meaning of the contradictions that are being kept under control by such logics. Here we deal with the meaning of contradiction in two scenarios: the dialetheist approach and the epistemic one.

According to dialetheist interpretations, the contradictions used to motivate a counter-example to the rule of explosion are to be read in terms of true. The epistemic interpretation, on the other hand, is skeptical of true contradictions, and understands the presence of a contradiction in terms of the availability of propositions for which we have conflicting evidence. In this latter sense, contradictions are not accepted as true, but as provisory parts of our efforts in developing better versions of our theories. The debate, as we find it in the literature, seems to require that we adopt a kind of preferred reading for a contradiction, once a paraconsistent logic is adopted. However, in our presentation, we shall suggest a different line of approach to the meaning of a contradiction and its relation to paraconsistent logics. Instead of disputing whether it is more fruitful to interpret paraconsistent logics and the contradictions they accommodate in epistemic or alethic terms, we consider that paraconsistent logics are applied to deal with inconsistencies in distinct scenarios. The meaning of a contradiction is only available once we consider a particular domain of application of a paraconsistent logic, be it inconsistent information, inconsistent evidence, paradoxes, and so on. We motivate this approach by considering a rather neglected claim by Newton da Costa according to which reliance on a paraconsistent logic may be motivated by the demands of science. That is, rather than having a philosophically motivated account of contradictions to approach paraconsistent logic, da Costa suggests that we use science to motivate paraconsistency. What is actually surprising in da Costa's approach is that he advances a claim to the effect that the reality being described by our best science may be contradictory, so that use of a paraconsistent logic is mandatory, and the reading is purely alethic. So, another way to put what will be discussed here is as follows: da Costa may be seen as a precursor in offering, even if not

always defending, a version of dialetheism. (Joint work with Jonas R. Becker Arenhart (UFSC)).

Lógicas Brasileiras: uma proposta de heurística de descobrimento

Evelyn Erickson

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFRN

O presente trabalho propõe explorar a viabilidade da aplicação da abordagem histórica da filosofia da matemática de Imre Lakatos à lógica, explorando os limites de uma analogia entre as duas disciplinas. Embora historicamente distintas e dotadas de desígnios diferentes, matemática e lógica compartilham, desde o advento da algebrização da lógica, a mesma fortuna. A proposta consiste em apresentar conceitos lógicos como conceitos gerados por provas, de maneira análoga a como Lakatos interpreta o desenvolvimento de conceitos matemáticos, com foco particular no desenvolvimento das lógicas paraconsistentes no Brasil. Embora a abordagem se mostre viável em alguns pontos, ela encontra limites de aplicação, dado que demonstrações lógicas ocorrem a nível metateórico. Conclui-se que embora as heurísticas de descobrimento matemático e lógico sejam distintas, há vantagens em explorar uma filosofia da lógica historicamente informada.

Palavras-chave: filosofia da lógica; Lakatos; história da lógica.

Impossible Truths

Guilherme Araújo Cardoso
Universidade Federal de Minas Gerais

In this presentation, my main goal is to present a new account of contradictions and impossible truths. It is loosely based on both Austin's account of truth and the Logic of Impossible Truths (LIT), a formal semantics designed to address incomplete, inconsistent, and non-normal sets of sentences. My main thesis is that some truths are impossible (in the sense that they accurately classify impossible situations), but no impossibility is real; no impossible truth is about real situations. For example, it is true that the non-spherical spheroid is both spherical and non-spherical, it is true that Sylvan's box is both empty and full, and it is true that the Liar sentence both is and is not true. However, these truths do not classify actual situations; they do not refer to the real world. In fact, as I shall argue, there is no actual (nor even possible) world, since actual situations are consistent, but no complete situation (world) is consistent. Thus, this account of impossible truths ends up allowing for gaps and gluts in an intriguing way that I wish to explore. It permits gluts without committing us to Dialetheism, and it allows for gaps as a consequence of the indefinite extensibility of *truth* and *world*.

Keywords: contradictions; inconsistent situations; incomplete situations.

Spectrum of Free Definite Description Theories Based on FDE

Henrique Antunes
Universidade Federal da Bahia

The expression 'spectrum of free definite description theories', coined by van Fraassen in the 1960s, refers to a hierarchy of theories of definite descriptions based on positive free logic (see [2, 3]). All theories in the spectrum extend the minimal theory mFD, whose single axiom is usually referred to in the literature as Lambert's Law (LL). This law expresses that 'the A' refers to the unique object in the domain of the quantifiers that satisfies A, if there is such an object. Thus, LL lays down identity conditions for proper definite descriptions, but says nothing about the deductive behavior of improper descriptions. All the remaining theories in the hierarchy extend mFD by including specific axioms that state sufficient conditions for certain identities and predications involving improper descriptions to hold. Since the theories in the spectrum are based on positive free logic, they are all sententially classical, i.e., validate every tautologically valid inference. This situation begs the question: What would be the result of formulating mFD and its extensions on the basis of a nonclassical sentential logic? As a first attempt to answer to this question, in this talk I will discuss how some of the theories in the spectrum may be formulated on the basis of (a positive free version of) the logic of first-degree entailment (FDE), a logic that is both paraconsistent and paracomplete and that results of slight modifications on the system presented in [1]. Since FDE is a rather weak logic, lacking an implication connective that validates modus ponens, the task at hand faces the following challenge: since most of the axioms of the theories in the spectrum have a conditional form, they have to be replaced by corresponding inference rules, which may or may not deliver the expected results. On the other hand, basing a theory of descriptions on a paraconsistent and complete logic in which modus ponens is not valid has the potential advantage of allowing us to handle at least some of the paradoxes of definite descriptions.

References

[1] ANTUNES, H. and RODRIGUES, A. (2024). On Universally Free First-Order Extensions of Belnap-Dunn's Four-Valued Logic and Nelson's Paraconsistent Logic N4. Submitted. (2024).

[2] LAMBERT, K. (2003). Foundations of the Hierarchy of Positive Free Definite Description Theories. **Free Logic: Selected Essays**. Cambridge University Press. 69–91.

[3] LAMBERT, K. (2001). **Free Logic and Definite Descriptions**: New Essays in Free Logic. E. Morscher and A. Hieke, eds. Springer. 37–47.

ECQ and the case for paraconsistency

Jonas Arenhart

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFSC

One of the major reasons to go paraconsistent is that one is then able to deal with inconsistencies without triviality; that is, one may have a proposition 'P' and its negation 'non-P', without inferring from it any proposition 'Q' whatever. This, of course, is the failure of the rule *ex falso quodlibet* (ECQ). So, whenever one has an inconsistent set of beliefs, or an inconsistent theory, one need not fear triviality. And, it is said, contradictions are abundant. More recently, some authors have moved one further step and presented the failure of ECQ at a different level, motivating paraconsistency from a different perspective: it is argued that inferring an arbitrary proposition 'Q' from a pair of propositions 'P' and 'non-P' is something so alien to our inferring practices that such an inference has every possible reasons to be doubted right from the start; if that can be reasonably argued, classical logic does not get off the ground, it is said, because it validates ECQ. In this talk, we shall present and discuss two such arguments against classical logic, and in favor of paraconsistent logic. The first one was presented in Koji Tanaka (2013), and advances the claim that failure of ECQ should be regarded as natural, while inferring according to ECQ is nonsensical. The second argument comes from Andreas Kapsner (2019), and suggests that the notion of imaginative resistance, from fiction, may be used to motivate resistance to ECQ: in short, in ordinary circumstances, one simply refuses to follow a reasoner inferring according to ECQ, just as a reader resists to agree with a narrator of a story that approves of immoral acts of the characters. Our claim is that both arguments are not decisive against ECQ, and, by extension, to classical logic.

References

- KAPSNER, A. (2019). The stories of logics. *Australasian Journal of Logic* 16(4), pp.133-158.
- TANAKA, K. (2013). Making sense of paraconsistent logic: the nature of logic, classical logic and paraconsistent logic. In: Koji Tanaka, Francesco Berto, Edwin Mares, Francesco Paoli (eds.) **Paraconsistency: Logic and Applications**, pp.15-26. New York: Springer.

Normative Inconsistencies as Non-Conclusive Reasons

Lucas Andrade

Universidade Federal de Minas Gerais

In his book *In Contradiction*, Graham Priest argues that true contradictions can arise from inconsistent normative systems, presenting inconsistent laws as the most transparent examples of dialetheias and defending that dialetheism is rationally preferable for explaining legal systems and other institutional normative systems. However, beyond very restricted and improbable hypothetical scenarios, it's hard to see any compelling reason to defend dialetheism for that purpose. When inconsistent norms arise, no one expects both to hold simultaneously as solutions to cases. Functional normative systems provide procedures to resolve conflicts by applying one, and only one, of two incompatible valid norms to justify a decision, such as declaring an action either forbidden or allowed, but not both. Additionally, there is no good reason to prioritize explaining normative inconsistencies over the importance of normative consistency in legal or institutional practices. No rational system of norms should require the impossible. Normative inconsistencies prevent systems from functioning as rational guides for action, providing non-conclusive reasons that demand significant revisions, changes, or further justifications to become functional. Thus, eliminating normative conflicts to ensure consistency is crucial for maintaining practical rationality. A theory of normative systems should represent inconsistencies as non-conclusive reasons, reinforcing the role of consistent normative systems in guiding rational decision-making. Therefore, I conclude by showing why there are neither theoretical nor practical advantages to adopting dialetheias or true contradictions to explain normative inconsistencies in law and other institutional normative systems.

Three-valued truth-tables for Intuitionistic logic: a new interpretation and decision procedure based on restricted nondeterministic matrices

Marcelo E. Coniglio
University of Campinas

In 1932 Gödel proved that it is impossible to characterize intuitionistic propositional logic (IPL) by a single finite logical matrix, that is, by finite-valued truth-tables. By adapting Gödel's proof, J. Dugundji proved in 1940 that no modal system between Lewis; S1 and S5 can be characterized by a single finite logical matrix. That is, the usual modal logics are also not characterized by finite-valued truth-tables. As a way to overcome Dugundji's result, J. Kearns introduced in 1981 a 4-valued non-deterministic matrix (Nmatrix, for short) for modal logics KT, S4, and S5 in which just a subset of the valuations are allowed (that valuations are called "level valuations"). He proved that this restricted Nmatrix (RNmatrix, for short) constitutes a sound and complete semantics for these modal logics. However, Kearns's level valuations fail to provide an effective decision procedure for these modal logics. Recently, L. Grätz refined Kearns's original RNmatrix to obtain a decidable 3-valued RNmatrix for modal logics KT and S4. Indeed, with an appropriate notion of partial valuation for level semantics, there is an algorithm to remove the spurious rows from the truth tables generated by the 3-valued Nmatrix. Now, recall that in 1933 Gödel proved that there exists a conservative translation from IPL into S4. Since Gödel's translation is also computable by an algorithm then, by composing both algorithms, a decision procedure is obtained for IPL. In this talk, a new algorithm for deciding validity in IPL will be described, based on a 3-valued RNmatrix with a very intuitive interpretation. This procedure is obtained by abstracting the composed algorithm for IPL above mentioned, but defined in a direct way. Hence, the soundness and completeness of the method is proved independently of the results of Gödel (1933) and Grätz. Since IPL has no global inference rules (such as the Necessitation rule in S4), the level valuations for IPL differ in nature with Kearns's and Grätz's ones for S4. A computational implementation in Coq was obtained for this decision procedure for IPL, as well as for the Grätz's algorithms for S4 and KT. This new approach to decidability for IPL, S4 and KT seems to defy Gödel's and Dugundji's uncharacterizability results for these logics by means of finite truth-tables, by adopting a more general and flexible notion of "truth-tables".

This is a joint work with Renato Leme and Bruno Lopes.

Palavras-chave: intuitionistic logic; decision procedure; non-deterministic matrices.

On the plurality of logics, normative affordances and inferential abilities

Marcos Silva
Universidade Federal de Pernambuco

In this research, I will develop the metaphysical counterpart of a neo-pragmatist proposal to understand the plurality of logics, especially the emergence of non-classical logics. The goal is to connect two debates, one in the philosophy of logic and another one in the metaphysics of affordances, that stand to gain much from each other. I will introduce and develop the notions of normative affordances and inferential abilities, inspired by Vetter (2018, 2023), in order to give a metaphysical counterpart for an inferentialist and expressivist view of logic (Brandom 1994, 2001, 2008). According to Gibson (1986), affordances are objective and real opportunities in the environment to skilful agency. In this view, cognition is enacted by embodied and situated agents exploring affordances in their environment. For the epistemology of logic, we may apply this ecological insight as follows: we use non-classical reasoning to cope with normative affordances objectively presented in our environment, by exercising our inferential abilities and acting in the world. Normative affordances are opportunities for us to apply our inferential skills to restrict or allow logical rules. In this view, non-classical reasoning displays how our inferential practices have to cope with affordances that may aptly be taken as normatively restricting some classical rules of inferences and allowing for alternative inferential practices. Thus, logicians can study and systematize these norms, implicit in our daily inferential practices, expressing them in different formal and abstract systems. In this project, I will defend that non-classical logicians, on the inferentialist and expressivist side, build up formal systems which make explicit and systematize rules that express norms implicit in our skillful inferential practices that have to manage, on the metaphysical side, different and objective normative affordances.

Keywords: Metaphysics of affordances; Ecological Psychology; Epistemology of Logic; Inferentialism; Expressivism; Neo pragmatism.

Vagueness without Gaps or Gluts

Otávio Bueno
University of Miami

Approaches to vagueness typically aim to be precise: their goal is to avoid the vagueness that leads to paradoxical conclusions, such as those in the Sorites argument, according to which, for instance, no one is bald. Certain proposals insist that vague predicates violate excluded middle and the inference to the unacceptable conclusion can be blocked by changing the underlying logic accordingly—these are gappy solutions (Field [2003]). Other proposals defend the view that vague predicates are inconsistent and lead to true contradictions; explosion then needs to be resisted—these are glutty solutions (Priest [1991] and [2010]; see also Hyde [1997]). Both approaches require a change in the underlying logic. Other approaches keep classical logic. Some introduce the idea that there is a precise number of hairs in one's head after which someone is not bald—we just cannot know what that number is. Vagueness is then an epistemic matter (Williamson [1994]). Other views introduce supervaluations and consider all precisifications of the predicate in question (Keefe [2000]). In this paper, I argue that none of these approaches ultimately work. In trying to make vagueness precise, they fail to do justice to the nature of the phenomena under consideration. What is needed is the recognition that vague predicates cannot be made precise without completely distorting what is significant about vagueness (its indeterminacy). I then indicate how this approach allows us to resist the conclusions from the Sorites paradox, by taking seriously the inconclusive nature of the evidence required to determine whether someone is bald or not. In this way, vagueness is ultimately preserved, while a principled way of resisting the unacceptable conclusions is offered.

References

- FIELD, H. (2003). "No Fact of the Matter", *Australasian Journal of Philosophy* 81, pp. 457-480.
- HYDE, D. (1997). "From Heaps and Gaps to Heaps of Gluts", *Mind* 106, pp. 440-460.
- KEEFE, R. (2000). **Theories of Vagueness**. Cambridge: Cambridge University Press.
- PRIEST, G. (1991). "Sorites and Identity". *Logique et Analyse* 34, pp. 293-296.

PRIEST, G. (2010). Inclosures, Vagueness and Self-Reference. *Notre Dame Journal of Formal Logic* 51, pp. 69-84.

WILLIAMSON, T. (1994). **Vagueness**. London: Routledge.

Gluts além da negação: como lidar com gluts utilizando as lógicas adaptativas

Sanderson Molick
Federal Institute of Pará

O uso de valores de verdade gluts se tornou uma estratégia amplamente utilizada na literatura sobre lógicas paraconsistentes como meio de contornar o caráter explosivo da negação clássica. Em (Batens, 2013), o autor propõe que tal metodologia de produção de sistemas paraconsistentes incorre no erro de preocupar-se apenas com os gluts da negação. Com isso, o autor propõe elaborar sistemas lógicos capazes de explorar os gluts ligados a outros operadores lógicos a partir de uma lógica não-monotônica capaz de acomodar gluts sobre todo o vocabulário lógico - a chamada lógica zero. O propósito deste trabalho é apresentar as principais propriedades da lógica zero e explorar sua relação com outros sistemas conhecidos da literatura.

Two strategies for modeling intentional connectives (deontic, agency, epistemic, negation etc.) in the relating semantics

Tomasz Jarmuzek
Nicolaus Copernicus University in Torun

Relating semantics is used to interpret relating connectives. The basic idea behind relating connectives is that the logical value of a given complex proposition, with a relating connective as the main connective, is the result of two things:

- (i) the logical values of the main components of this complex proposition, supplemented with
- (ii) a valuation of the relation between these components. The latter element is a formal representation of an intensional relation that emerges from the connection of several simpler propositions into one more complex proposition.

Although the simplest model in relating semantics is a pair consisting of a valuation function and a relation between formulas, the situation may get more complicated. We can use multi-relating models to represent more types of relations between formulas or even more complex structures (for more see [4]).

The solution that relating semantics offers seems to be quite natural, since when two (or more) propositions in natural language are connected by a connective, some sort of emergence occurs. In fact, the key feature of intensionality is that adding a new connective results in the emergence of a new quality, which itself does not belong to the components of a given complex proposition built by means of the same connective. An additional relation or even valuation function determines precisely this quality.

Talk of emergence is justified here, because the quality that arises as a result of the connections between the constituent propositions is not reducible to the properties of those propositions. Consequently, if the phenomenon of emergence is to be properly captured, we need additional relations in a model. The key feature of relating semantics is that it enables us to treat non-logical relations between sentences seriously [6]

In the presentation we discuss two strategies for modeling intentional connectives (deontic, agency, epistemic, negation etc.) in relating semantics:

- (a) requirement of being related for sentences that are in scope of intentional operators

- (b) adding to the language additional hybrid symbols (constants/variables) to which propositions can be related.

Both strategies involve the use of relating semantics.

The first strategy was used to define deontic logic, which relativizes inferences to sentences that are deontically related due to some normative system. This approach allowed to avoid traditional deontic puzzles and paradoxes, while retaining valuable principles and inferences [3]. The second strategy seems more fruitful. It was used to define the positive permission operator (avoiding the Free Choice Permission problem [7], [8]) or the agency and ability operators [9]. Here we will propose further applications, to the logic of knowledge, knowledge and belief operators. We will also show more general application possibilities.

The second strategy promises decidability and computational simplicity because it reduces complex modal concepts to relatively simpler relating logic formulas.

References

- [1] A. R. Anderson. (1958). A reduction of deontic logic to alethic modal logic, *Mind*, 57: 100–103.
- [2] A. R. Anderson. (1958). A reduction of deontic logic to alethic modal logic, *Mind*, 57: 100–103.
- [3] A. R. Anderson. (1967). Some nasty problems in the formal logic of ethics. *Nouˆs*, 1, 345–360.
- [4] T. Jarmuzˆek and M. Klonowski. (2020). On logics of strictly-deontic modalities. A semantic and tableau approach, *Logic and Logical Philosophy*, 29(3): 335–380..
- [5] T. Jarmuzˆek. (2021). Relating semantics as fine-grained semantics for intensional propositional logics, In: A. Giordani, J. Malinowski (eds.). **Logic in High Definition**. *Trends in Logical Semantics*, vol. 56 of Trends in Logic, 13–30, Springer.
- [6] T. Jarmuzˆek and F. Paoli. (2021). Relating logic and relating semantics. History, philosophical applications and some of technical problems, *Logic and Logical Philosophy*, 30(4): 563–577.
- [7] 2nd Workshop on Relating Logic, Cagliari, Italy, 22–23 July 2022, <https://relating-logic.umk.pl/> (access October 10, 2023)
- [8] D. Glavaniˆcovˆa, T. Jarmuzˆek, M. Klonowski and P. Kulicki. (2022). Tableaux for some deontic logics with the explicit permission operator, *Bulletin of the Section of Logic*, 51(2).
- [9] D. Glavaniˆcovˆa, T. Jarmuzˆek, M. Klonowski and P. Kulicki. (2022). Free choice permission, legitimisation and relating semantics, *Logic Journal of the IGPL*,

<https://doi.org/10.1093/jigpal/jzac047>.

- [10] T. Jarmuz'ek, M. Klonowski and P. Kulicki. (2023). *Brings it about that operators decomposed with relating semantics*, *Studia Logica*, <https://doi.org/10.1007/s11225-022-10030-5>.

Understanding paraconsistency and paracompleteness via topology: A topological interpretation for the Logic of Evidence and Truth LET_F

Walter Carnielli
University of Campinas

Paraconsistent logics are coherent systems that tolerate contradictions without triviality. Thanks to their more sophisticated contemporary formalization they have found applications in computer science, quantum mechanics, probability, linguistics and mathematics. Some philosophers, and even some mathematically trained logicians, however, sometimes point to difficulties in understanding logics that do not fulfil all the 'intuitive' niceties of traditional reasoning. Although there are dozens of formalisms that encompass paraconsistent and paracomplete logics, with careful completeness theorems and many other familiar properties, it seems that having a formal side is not enough to counterpose some criticisms. In this work we propose a topological interpretation for the Logics of Evidence and Truth that employs open, closed and clopen sets. As some people would say, topology is the study of badly drawn figures. This is literally true, and quite positive: topology is the rational art of not paying attention to irrelevancies, and may be quite helpful in devising some illuminating mathematical models.

This is a joint work with Marcelo E. Coniglio.

2.4 XI Conferência de Epistemologia Social e IV Colóquio Internacional de Epistemologia Analítica

Dever e Responsabilidade no Infinitismo

Ana Stela Rossito Carneiro
Universidade Federal de Santa Catarina

Para a justificação infinitista de Peter Keim não basta ter boas razões, é preciso que seja o caminho correto e o responsável pela formação da cadeia é o sujeito. Estar responsável equivale a dizer que o sujeito epistêmico deve se responsabilizar pelos caminhos que o guiam até a justificação, bem como a própria racionalidade empregada no ato de justificar uma crença. O sujeito conhecedor de Klein (1999) é capaz de avaliar suas crenças e escolher as que lhe parecem alvo de conhecimento, ou seja, aquelas que merecem ser mantidas. Para decidir as crenças dignas de serem mantidas, o sujeito se vale dos princípios e elementos disponíveis como requisitos para a justificação. O agente epistêmico deve ter noção dos critérios utilizados para examinar suas crenças, o compromisso do agente com a justificação está intrinsecamente ligado à sua capacidade de cumprir os requisitos. O sujeito saber dos critérios e cumpri-los, de modo que defenda sua necessidade, é o que o faz ser responsável epistemicamente. É apenas quando o sujeito se responsabiliza que podemos dizer que ele está justificado. A responsabilidade parece ser um conceito central para o infinitismo. Muitas críticas à teoria são baseadas na robustez do conceito, dado que o sujeito tem papel muito forte na justificação das crenças e a exigência imposta ao dizer "arcar com os princípios e razões..." é considerada uma demanda bastante intelectualista. Segundo Kornblith (1983), muitas vezes quando alguém se questiona sobre se uma crença está justificada, ela na verdade está perguntando se é produto de uma ação epistemicamente responsável. Partindo de uma visão deontológica, de modo bastante simplificado, um agente tem o dever de crer no que é verdadeiro e evitar o que é falso, assim, um agente epistemicamente responsável seria aquele que cumpre com seus deveres, ou seja, busca a verdade e evita o que é falso. Já no Responsabilismo de Virtude, a responsabilidade é uma virtude da qual outras são derivadas (Code, 1987), responsabilidade seria ligada a traços de caráter do indivíduo e bom uso da razão, assim, ser responsável seria agir da melhor forma possível. A tendência de teorias menos exigentes e menos intelectualistas é bem aceita na epistemologia atual, dado que é difícil sustentar alguns critérios e aumenta as chances de refutação. Dada tal tendência e considerações feitas acerca do infinitismo, pretendo apresentar alguns insights e possibilidades com relação aos diferentes modos de se conceituar responsabilidade, pensando em qual seria a melhor visão para a teoria.

Palavras-chave: infinitismo, dever epistêmico, responsabilidade epistêmica

Does Erotetic Ignorance Reduce to Factive Ignorance?

André Abath

Universidade Federal de Minas Gerais / CNPq – Doutor/Universidade de Sheffield

The phenomenon of ignorance was relatively neglected within contemporary epistemological discussions. However, there has been a noticeable shift in recent times, as an increasing number of works have emerged addressing the topic. A central concern in these works is to provide a taxonomy for different types of ignorance. Thus Nottelman (2016) and Peels (2023), for example, distinguish between factive (or propositional) ignorance—lack of knowledge of a fact (understood as a true proposition), such as lack of knowledge that Meryl Streep won an Oscar for her role in *Sophie's Choice*—objectual ignorance—lack of knowledge of an entity, or lack of acquaintance with an entity, such as lack of knowledge of the Mexican spirit mescal—and practical ignorance—not knowing how to do something, such as not knowing how to drive a F1 race car. Nottelman and Peels also consider erotetic ignorance: not knowing answers to questions, such as not knowing the answer to the question of who killed John Kennedy. Yet they argue that erotetic ignorance should not be taken as a distinct fourth type of ignorance, for it can ultimately be reduced to factive ignorance: not knowing answers to questions is a matter of not knowing certain facts. In this paper, I will argue that erotetic ignorance cannot be reduced to factive ignorance. If erotetic ignorance could be reduced to factive ignorance, it would be expected that erotetic knowledge—knowledge of answers to questions—could likewise be reduced to factive knowledge—knowledge of facts. However, erotetic knowledge is more nuanced than merely possessing knowledge of facts. To be more precise, erotetic knowledge does not solely involve a relationship between a subject and a true proposition; instead, it involves a relationship between a subject, a true proposition, and a specific goal of inquiry. I will argue that this distinction is crucial. If my argument holds, then erotetic ignorance should not be construed as merely the lack knowledge of answers to questions but rather as the lack of knowledge of answers to questions given certain goals of inquiry. This distinction holds significance, not merely as a minor detail, but because it situates erotetic ignorance within the broader framework of an epistemology of inquiry. As suggested by Cassam (2019), the activity of inquiry—understood as the attempt to find things out by answering to questions—occupies a central role in our cognitive lives. As we engage in the pursuit of knowledge by answering to questions, our objective

extends beyond mere acquisition of factual information. What we seek, or at least should seek, is knowledge of facts that effectively resolve our inquiries, or so I will argue.

Palavras-chave: erotetic ignorance; erotetic knowledge; ignorance; knowledge

References

CASSAM, Q. (2019). **Vices of the Mind: From the Intellectual to the Political**. Oxford: Oxford University Press.

NOTTELMANN, N. (2016). The Varieties of Ignorance. In *The Epistemic Dimensions of Ignorance*, ed. R. Peels and M. Blaauw, 33–56. Cambridge: Cambridge University Press.

PEELS, R. (2023). **Ignorance: A Philosophical Study**. Oxford: Oxford University Press.

On epistemic incomparability

André Neiva
Federal University of Alagoas

Probabilistic comparativism consists of two central claims: (1) comparative beliefs are more fundamental than numerical credences and (2) a rational agent's comparative beliefs are representable by a probabilistic credence distribution or a set of such distributions. Although this is not an entirely new approach to rational graded beliefs, probabilistic comparativism has been considered a minority view in formal epistemology and decision theory. After introducing a simple formal structure for comparative beliefs, I distinguish between two varieties of probabilistic comparativism, namely, precise and imprecise comparativism. For any two propositions p and q in S 's opinion set A , we write $p \geq q$ to designate that S is at least as confident of p as q . In this way, S 's individual comparative attitudes over a set of propositions—that is, her opinion set A —form an *ordering* on that set. The main disagreement between precise and imprecise comparativism lies in the issue of whether a comparative ordering should be complete: that is, $\forall p, q \in A (p \geq q \vee q \geq p)$. While precise comparativism requires an ordering to be complete, imprecise comparativism allows S to make no comparison between any two propositions. In other words, imprecise comparativism allows us to represent a kind of *incomparability* in an agent's opinion set. Thus, it is possible that $\exists p, q \in A$ such that $p \not\geq q \wedge q \not\geq p$. If we drop the completeness axiom, then S is no longer required to be opinionated about all propositions of her opinion set. In what follows, I develop a novel interpretation of this kind of epistemic incomparability implied by imprecise comparativism. Then, I argue that cases of indifference—for instance, when S is equally confident in p and q —are distinct from cases of incomparability. Finally, I discuss what makes a partial (or incomplete) ordering rationally permissible.

Keywords: Comparativism; Incomparability; Probabilities; Opinionation.

O Beco sem saída das soluções aos Problemas de Gettier

Bismarck Bório de Medeiros
Universidade Federal de Santa Maria

O trabalho tem por intuito apresentar um projeto de pesquisa dentro da epistemologia analítica em conjunto com estudos historicistas em Filosofia da Ciência – com base nos escritos tardios de Thomas S. Kuhn – alegando que os denominados problemas de Gettier acabam por ser incontornáveis e insolúveis, não havendo como estabelecer analiticamente os componentes necessários e suficientes para a adequada definição de conhecimento proposicional. Assim, defende-se aqui uma noção mais naturalizada e pluralista, própria de comunidades linguísticas – seja de senso comum ou científicas – e intrinsecamente determinada pela maneira que temos de discriminar, categorizar, apontar e descrever fatos e espécies naturais (*natural kinds*) em um devido contexto cognitivamente significativo, i.e., em um léxico estruturado. Para isso, trataremos como introdução os artigos canônicos de Linda Zagzebski e de Luciano Floridi sobre a inescapabilidade e a insolubilidade dos problemas de Gettier, respectivamente, apresentando as abordagens covariacionistas e identificacionalistas dos mesmos – destacadas por Sven Bernecker em literatura recente – com sua tese definicional de conhecimento proposicional reunindo características de ambas as interpretações. Contudo, trataremos o argumento de que a noção identificacionista de rastreabilidade da verdade (*truth-tracking*) e seus portadores envolvem critérios aos quais seriam aplicáveis justamente a sua própria noção, retomando – sendo assim um componente circular – ou tais critérios seriam variáveis e dependentes de contexto. Observando os problemas do contextualismo, partimos para uma análise que envolve a naturalização, envolvendo léxicos estruturados e de seus desenvolvimentos taxonômicos, indo do senso comum a teorias científicas. Desta forma, iremos expor três exemplos históricos onde poderia se alegar a existência de casos Gettier com certos nuances teóricos que serão relevantes à nossa análise: o primeiro é uma comparação indevida de estruturas léxicas (similaridade entre as bases da epigenética e do lamarckismo na Biologia); no segundo há uma definição e escopo explicativo derivados da mesma estrutura léxica, porém com compromissos, corpo experimental e evidencial distintos da comunidade científica (similaridades entre constante cosmológica de Einstein e a constante cosmológica contemporânea associada a aceleração da expansão do Universo); e a terceira sendo onde o corpo teórico com seus objetos, valores epistêmicos e dados empíricos sob os

quais eles recaem são idênticos (vírus com os mesmos sintomas infectarem a mesma pessoa ao mesmo tempo, como pode ser os casos da zika, dengue e *chikungunya*, por exemplo). Neste último caso, apenas através de avanços científicos e revisões taxonômicas que – fazendo uso da terminologia kuhniana, tornem mundos possíveis que eram inacessíveis, acessíveis – esclareçam distinções e semelhanças entre tipos naturais e sejam criados ou reinterpretados experimentos, um possível e genuíno problema de Gettier pode ser esclarecido. Portanto, se como condição para termos conhecimento proposicional está a dependência da acurácia plena de nossos léxicos estruturados, e o nos dá garantia disso são justamente nossos valores epistêmicos - como de fecundidade e coerência - entramos na circularidade de que nossos valores estão intrinsecamente ligados ao próprio léxico e seu período de estabilidade na Ciência Normal. A saída para isso é admitir uma noção pluralista em que a pretensão de conhecimento, suas definições e critérios são próprios das áreas de investigação nas quais as sentenças têm significado dentro de um ou mais léxicos estruturados estabelecidos. Ao final, comentamos sobre a noção kuhniana de mundos possíveis na ciência e como a produção de modelos explicativos e taxonomias contrafactuais na ciência podem servir para avaliar desacordos (no sentido epistêmico) científicos futuros, assim como conceber e diagnosticar possíveis casos Gettier.

Palavras-chave: Identificacionismo; Insolubilidade; Léxico Estruturado; Naturalismo; Problemas de Gettier; Valores Epistêmicos.

A natureza social da sabedoria

Daniel Amaral Cardoso dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

O objetivo desta comunicação é destacar um aspecto da natureza da sabedoria que parece não ter sido explorado na literatura contemporânea sobre teorias da sabedoria, a dimensão social da sabedoria. Para isso, eu procuro resgatar uma intuição sobre a sabedoria comunitária. As abordagens feitas ao problema da sabedoria na epistemologia contemporânea têm trabalhado com a natureza desse fenômeno a partir de uma perspectiva individualista. Ou seja, quais condições necessárias e suficientes e tornam um sujeito portador de sabedoria. Um aspecto que não tem sido explorado na literatura é a dimensão social da sabedoria. Dado a escassez de trabalhos que discutem essa relação entre a sabedoria e uma possível dimensão social, o objetivo dessa comunicação é teorizar sobre uma sabedoria comunitária. Além disso, argumento que a nossa reflexão sobre o fenômeno da sabedoria será ampliada se procurarmos realizar um diálogo entre as diferentes tradições de sabedoria. Uma vez que estamos cientes da existência dessas diferentes tradições, com suas contribuições e valor filosófico, então faz sentido que nossa teorização sobre o fenômeno da sabedoria seja tanto informada por essas tradições, quanto busque promover um diálogo entre elas. Nesse sentido, meu objetivo é, a partir de uma análise crítica da atribuição de sabedoria a *pólis* feita por Platão, na *República*, buscar definir teorias da sabedoria comunitária em termos necessários e suficientes. Além disso, eu procuro também confrontar essas teorias de sabedoria comunitária com casos presentes na literatura hebraica, com o objeto de analisar as possibilidades e limites dessas teorias. Na primeira parte, eu discuto algumas questões de caráter metodológico. Na segunda parte, a partir de um diálogo crítico com o trabalho de Platão, em especial a *República*, eu procuro definir uma teoria da sabedoria comunitária. Na terceira parte, irei apresentar alguns casos da literatura hebraica e confrontá-los com a teoria da sabedoria comunitária proposta anteriormente.

Palavras-chave: sabedoria; Platão; epistemologia.

A explicação anulabilista para o conhecimento inferencial a partir de ignorância

Eduardo Alves
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Alguns autores creem que há o fenômeno identificado como ‘conhecimento inferencial a partir de ignorância’, segundo o qual um agente S sabe inferencialmente que p com base em uma única premissa não-conhecida. Algumas instâncias desse fenômeno são supostos casos de conhecimento a partir de falsidade (KFF) (Warfield, 2005), conhecimento a partir de gettierização (KFG) (Luzzi, 2019; Olivier, 2022), conhecimento a partir de crença injustificada e conhecimento a partir de proposição que não é objeto de crença (Murphy, 2013, 2017). Esses são fenômenos que demandam uma explicação. Uma das propostas de explicação é a anulabilista, desenvolvida por Peter Klein (2008) e por Claudio de Almeida (2017, 2023). Eles creem que uma versão da teoria da anulabilidade pode explicar KFF. Federico Luzzi é mais ousado: ele sugere que a teoria da anulabilidade também pode explicar KFG. Luzzi, especificamente, argumenta que há uma conexão íntima entre o fenômeno de KFF e KFG, a qual ele chama de ‘Princípio Link’: Caso se aceite KFF, deve-se aceitar KFG. O objetivo deste artigo é analisar a plausibilidade da explicação anulabilista para KFF e KFG. Iniciarei explicando os fenômenos de KFF e KFG e como Luzzi pensa que eles se relacionam. Após isso, explicarei como a teoria da anulabilidade de Claudio de Almeida lida com KFF. Por fim, argumentarei que não pode haver KFG: em todos os supostos casos de KFG, a cadeia de justificação é genuinamente derrotada, por isso a conclusão inferida da crença gettierizada não pode ser conhecida. A partir desse argumento, creio que há duas lições a serem aprendidas: 1. Contrário ao que Luzzi alega, o Princípio Link é falso: caso se aceite KFF, não se deve aceitar KFG; 2. A explicação anulabilista é uma das mais promissoras para lidar com o fenômeno do conhecimento inferencial a partir de ignorância.

Palavras-chave: Anulabilidade; Conhecimento a partir de falsidade; Conhecimento a partir de gettierização; Federico Luzzi.

O problema pragmático da indução e o racionalismo crítico de Popper

Emily de Oliveira Ovalhe
Universidade Federal da Bahia

Karl Popper, em sua obra *Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolutiva*, defende que a ciência é um empreendimento dedicado à busca por verdades, e, ainda que não consigamos justificar suficientemente nenhuma teoria científica, há um progresso pelo qual o empreendimento científico passou que torna as teorias atualmente aceitas as mais próximas da verdade, ou as mais verossímeis. Com isso, Popper tenta negar a antiga tese justificacionista, em que uma justificativa suficiente é necessária para a definição de conhecimento, sem renunciar à racionalidade da ciência e sem incidir em um pragmatismo ou relativismo. O conhecimento científico, em vez, é definido como conjecturas com “boas razões” para serem aceitas, verossímeis e com alto grau de corroboração em relação a teorias concorrentes. A racionalidade por trás da preferência prática por teorias científicas aceitas, porém, não é muito clara, como demonstrou Wesley Salmon em seu artigo *Rational Prediction*. O grau de corroboração de certa teoria pode mostrar quão bem essa teoria se saiu resistindo a testes no passado, porém não diz acerca do futuro. Quando se trata de tomada de ação, ou tentamos prever as consequências futuras, usando inferências ampliativas, o que leva ao problema clássico da indução; ou renunciamos a induções, como faz Popper com seu dedutivismo, mas, em contrapartida, perdemos a capacidade preditiva que orientaria nossa ação, impossibilitando-nos de defender que alguma teoria seria melhor base para ação que outra, o que leva a outro problema, denominado por Popper como problema pragmático da indução, e por Salmon como problema da previsão racional. Salmon argumenta que seria impossível pensar a ciência sem indução, o que não significa renunciar à sua racionalidade. O racionalismo crítico só poderia persistir aceitando corroboração como princípio para previsão racional, e, conseqüentemente, reconhecendo o papel das induções no empreendimento científico. Destaca-se, portanto, no projeto popperiano, uma aparente tensão entre, de um lado, a aceitação racional de teorias científicas para fins práticos e, de outro, a impossibilidade, exposta por Salmon, da racionalidade de previsões fundamentadas em teorias científicas. Conseqüentemente, fez-se necessária a caracterização de racionalidade a partir de uma qualidade que se mostre mais fraca que a prova, porém sem recorrer à suposta probabilidade indutiva proposta pelos empiristas lógicos, de modo a fornecer boas razões, não indutivas, para a adoção das teorias científicas como fundamento das nossas ações.

O presente trabalho tem como objetivo compreender e esclarecer esta tensão, identificando a formulação do conceito de racionalidade no racionalismo crítico de Popper e sua relação com o problema da previsão racional, assim como compreender o progresso da discussão acerca do problema, identificando as lacunas existentes e oferecendo novas perspectivas para sua resolução. Esperamos chegar a uma conclusão que reforce o caráter racional do empreendimento científico e da tomada de decisão baseada em teorias científicas aceitas.

Palavras-chave: aceitação de teorias científicas; dedutivismo; racionalidade; racionalismo crítico

É Arte ou é Verdade?

Euclícia Queiroz de Holanda
Universidade Federal do Ceará

Existe semelhança entre arte e ciência? Que relação podemos traçar entre ambas? Seriam elas fontes de conhecimento e instrumentos de construção do mundo? Para Nelson Goodman, sim. O filósofo afirma, em sua teoria dos símbolos, que arte e ciência são semelhantes quando se pensam em ambas como fontes de conhecimento das coisas. Para ele, há uma relação de continuidade entre elas, já que tanto uma como a outra são sistemas simbólicos, através dos quais nós podemos compreender e construir a realidade. Com isso, Goodman não quer tornar inválidos quaisquer conhecimentos – científico ou não –, mas o oposto disso: ele pretende trazer o que as emoções, a criatividade e a irracionalidade nos oferecem, a fim de enriquecer nossa cognição. A arte e a ciência são, então, capazes de construir diversos ‘mundos possíveis’ dentro deste mundo que conhecemos como o ‘mundo atual’. Meu objetivo é mostrar como a arte tem um papel central na epistemologia, pois além de uma forma de expressão e de comunicação, ela também é uma forma acessar o mundo, de conhecer e construir outras realidades.

Palavras-chave: Goodman; arte; epistemologia; ciência, verdade.

Valores, prática científica e objetividade: o argumento ontológico sobre a impregnação valorativa nas medições das ciências sociais

Félix Flores Pinheiro
Universidade Federal do Piauí

Eleonora Montuschi nos lembra que o problema da objetividade das ciências sociais foi tradicionalmente colocado através de uma comparação de caráter honorífico: poderiam essas ciências ser “tão objetivas” quanto as ciências da natureza? Um passo atrás, podemos perguntar o que significa o próprio conceito de “objetividade”, sobretudo quando aplicado aos saberes científicos. Alan Meguill, por sua vez, nos ajuda a pensar as diferentes faces e sentidos do próprio conceito de “objetividade” ao longo da história, discernindo entre sentidos ontológicos, processuais, disciplinares e dialéticos. Assim, aquela comparação pode ser explicada de diversas maneiras, enfatizando e investigando a pertinência de cada um desses sentidos. Montuschi, por exemplo, destaca a força histórica do sentido processual, através da constatação de que a objetividade da ciência moderna esteve vinculada à uma discussão sobre um método, ou uma coleção de normas de raciocínio, que supostamente estava ausente para a investigação de certos objetos - como aqueles em alvo pelas humanidades. Recentemente, a discussão tem envolvido três diretrizes que são (aparentemente) necessárias para a consideração da objetividade e que refletem alguns dos sentidos anteriormente mencionados. A saber: i) um requisito ontológico de investigar apenas “fatos”; ii) um requisito processual de filtragem de valores das descrições e explicações; iii) um requisito semântico-metodológico de selecionar apenas as ferramentas capazes de fornecer resultados verdadeiros. Usualmente, pensamos que as medições possuem virtudes que garantem, ou ao menos catalisam, todos os três requisitos. Assim, a quantificação e os procedimentos de medição poderiam oferecer uma esperança para uma comparação que aproximasse os processos das distintas ciências. Todavia, uma análise da constituição própria dos métodos de medição parece apontar no sentido oposto, resultado que foi colocado através de um argumento ontológico levantado por Nancy Cartwright e colaboradores. Chamo de “ontológico” pois ele parece apoiar a seguinte tese: a natureza dos alvos das medições determina o grau e o tipo de objetividade dos seus procedimentos (e, por consequência, dos seus resultados). Explicando melhor, Cartwright afirma que as propriedades mensuráveis de objetos e fenômenos sociais, ao contrário de elétrons e laranjas (para citar exemplos da própria

autora), não fazem sentido fora dos próprios contextos de mensuração. Retomando uma consideração de Otto Neurath, ela argumenta que os alvos das medições nas ciências sociais são melhor entendidas enquanto *ballung concepts* e, assim, o estatuto ontológico dos alvos das medições sociais impede que as suas metodologias sejam semelhantes com as das ciências da natureza. A fim de sustentar essa conclusão, Cartwright e colaboradores desenvolvem e explicitam uma metodologia das medições nas ciências sociais, pautada em três etapas: a) caracterização dos alvos; b) representação das propriedades de interesse em formatos quantitativos; c) aplicação de procedimentos em campo. Essas etapas não são linearmente sucessivas, tampouco independentes umas das outras. Ao contrário, a adequada formulação de mensurações nesses casos seria completamente dependente de uma relação de mútuo apoio entre essas três atividades, o que só pode ser alcançado uma vez que estão explícitos os propósitos pelos quais a investigação está sendo realizada. Colocado em cena esses propósitos, os valores que norteiam essas investigações aparecem tanto enquanto uma bússola quanto como uma cola entre cada uma das etapas, obtendo-se como resultado uma prática que é impregnada por valores *ab initio*. Retomando as distinções de Megill, as lições de Cartwright parecem fortalecer o sentido dialético da objetividade nas ciências sociais – cujas características remontam ao menos aos célebres trabalhos de Max Weber. Isso posto, esta fala pretende esclarecer de maneira mais aprofundada o argumento ontológico em favor da impregnação valorativa nas medições das ciências sociais, questioná-lo e explorar as suas consequências para as próprias considerações sobre o conceito de “objetividade” vinculado com os saberes científicos.

Palavras-chave: Objetividade; Filosofia da Ciência; Filosofia da Medição;

Variedades de humildade intelectual: conciliando concepções internistas e externistas

Ian Salles Botti
Universidade Federal do Espírito Santo

Há diversas concepções de humildade intelectual (doravante, humildade) em disputa no debate filosófico contemporâneo. Se trata de uma virtude intelectual que tem atraído bastante interesse teórico, particularmente de epistemólogos e eticistas. Dada a multiplicidade de concepções rivais e o fracasso em se chegar a um consenso a respeito de qual é a correta ou, ao menos, a melhor dentre as alternativas disponíveis, há a suspeita de que o desacordo entre os debatedores é meramente verbal: eles não estariam falando da mesma coisa (*i.e.*, a humildade), mas de coisas diferentes, apesar de usarem a mesma palavra (*i.e.*, “humildade”) para nomeá-las. Essa perspectiva cética resulta em um insulamento teórico, no qual o debate é encerrado devido à incomensurabilidade entre concepções de humildade. Mas porque supor haver uma única concepção correta de humildade que deve emergir vitoriosa do debate teórico? Proponho, alternativamente, que a multiplicidade de concepções deve ser interpretada como evidência de que há uma variedade de aspectos e manifestações fundamentais da humildade ou, se preferirmos, uma variedade de virtudes de mesmo nome. É precisamente a multiplicidade de concepções presente na pesquisa filosófica e a persistência do conflito entre elas que faz emergir um quadro conceitual abrangente com os aspectos fundamentais da humildade: o cognitivo, o conativo (*i.e.*, sua dimensão interna), o interpessoal e o existencial (*i.e.*, sua dimensão externa). A fim de evitar a objeção de que esta perspectiva conciliatória seja um artifício ad hoc, apresento duas razões para considerá-la mais fiel à pesquisa filosófica sobre a humildade do que a perspectiva cética. Primeiro, a divisão das concepções em duas categorias, a saber, internistas (com ênfase ora no aspecto cognitivo, ora no conativo) e externistas (com ênfase ora no aspecto interpessoal, ora no existencial) emerge do próprio debate, em vez de ser uma maneira artificial de pôr ordem na casa. Em segundo lugar, um exame genealógico do conceito de humildade mostra que essas categorias têm uma origem comum no pensamento ocidental, remontando pensadores medievais e, mais além, à cultura Homérica da Grécia Antiga. Há diferentes maneiras de conceitualizar a humildade, que não são necessariamente concorrentes, mas isso não implica que o desacordo a seu respeito seja epistemicamente fútil. Antes, a legitimidade

de concepções internistas e externistas é vindicada, independentemente de qualquer pretensão de consenso, pelo fato de ambas pertencerem ao espaço lógico de possibilidades comportado pelo conceito de humildade herdado pela cultura ocidental.

Palavras-chave: Epistemologia das virtudes; Humildade intelectual; Análise conceitual.

Arguing for Autonomous Epistemic Dependence

Leonardo Ruivo
Universidade Estadual do Maranhão

In 1985, Hardwig argued that our knowledge expansion is inherently tied to our reliance on others, marking the era of epistemic dependence. This era, however, demands a profound shift in our traditional and individualistic epistemology. Hardwig's seminal paper on epistemic dependence investigates the general phenomenon of trusting in others' testimony, particularly in the context of trusting epistemic authorities. These authorities should be given more credibility when speaking about their area of expertise. The challenge, however, lies in laypeople's ability to identify these authorities. Yet even when correctly identified, how should laypeople receive an expert testimony about p ? Hardwig defends that they should accept p passively and acritically, as experts are presumed to possess more knowledge and epistemic capacities. Attempting to reason over p may mix false or problematic lay reasons with good expert reasons. This kind of reasoning is Hardwig's Dilemma: either we embrace epistemic dependence and give up on epistemic autonomy, or we uphold epistemic autonomy and reject epistemic dependence. The first horn explains why epistemic dependence is rational yet forces a reevaluation of our traditional and individualistic epistemology. The second horn maintains epistemic autonomy, but in an individualistic fashion which deems all epistemic dependence relations as irrational. In this presentation, I will argue that Hardwig's Dilemma is only possible given some false assumptions, which once given up, clears up the dilemma. First, I'll argue that one faces serious trouble distinguishing between rational and irrational epistemic dependence. Second, I'll show that endorsing a moderate version of epistemic autonomy is sufficient to prove that autonomous epistemic dependence is possible. The dilemma is thus, false. One can reinstate Hardwig's Dilemma, however, by defending that epistemic autonomy is essential in an expert's identification, but not in accepting an expert's testimony. I will argue that this is a Strong Epistemic Dependence thesis, presupposed by any form of preemptionism (Zagzebski, Keren, Grundmann): once a layperson L identifies E as an expert in D , L cannot refuse E 's statements on D , even if they are false, outrageous, or epistemically problematic. This thesis is precarious, because it does not allow for belief revision. Concluding, I will consider positive forms of epistemic autonomy that I believe offer a viable understanding of how we should treat expert testimony and explain our intellectual dependence on experts, while also allowing for belief revision.

Palavras-chave: Social Epistemology; Epistemic Dependence; Epistemology of Expertise; Intellectual Autonomy

The role of epistemic community in testimony and knowledge transmission

Marcelo Cabral
Vrije Universiteit Amsterdam / Universidade de Campinas

While there is widespread agreement on the importance and ubiquity of testimony, there are various and competing theories on its nature and relation with other epistemic concepts. Among these disputes, the reductionism x anti-reductionism debate is of interest in this paper. In addressing this issue, I present and critically evaluate John Greco's social achievement proposal, which, for solving the dispute between reductionism and anti-reductionism, distinguishes two kinds of testimonial knowledge: knowledge generation and knowledge transmission. Epistemic community, according to him, provides a rationale for justified epistemic dependence and warranted practices of epistemic trust, and therefore, for testimony in the service of knowledge transmission. While Greco's proposal has much to commend, I offer a critique of his framework and argue that it fails to accomplish its purpose fully. Specifically, his model is unable to accommodate paradigmatic cases of testimonial knowledge. I argue that his conception of epistemic community is not encompassing enough and that he is wrong in grounding all cases of warranted allocations of epistemic trust on a narrow notion of epistemic community. I then discuss some responses that Greco could offer to my objection, and respond to each of them. Finally, I suggest two strategies for addressing the shortcomings of Greco's proposal that can provide a more fruitful approach to tackling the reductionism vs anti-reductionism debate.

Keywords: Knowledge transmission; Epistemic community; Testimony; Social epistemology; John Greco

A virtude da autonomia intelectual e a questão da dependência epistêmica na educação

Marília Giammarco Polli
Universidade Federal do ABC

A comunicação consistirá em uma investigação acerca da questão: se somos epistemicamente *dependentes*, podemos ser epistemicamente *autônomos*? Tratarei a autonomia como uma virtude intelectual. O objetivo último é responder a questão a partir de suas implicações em contextos educacionais, considerando que, se não podemos ser epistemicamente autônomos, a autonomia intelectual não deve ser um objetivo educacional. Para tanto, delinearei os contornos teóricos da questão proposta, apresentarei duas soluções presentes na literatura e argumentarei a favor de uma delas.

A autonomia epistêmica tem sido tradicionalmente associada à independência de pensamento: agentes autônomos têm a disposição e a competência de formar e justificar crenças sem a ajuda de outros (Cf. Baehr, 2021). Como virtude intelectual, ela teria valor intrínseco e seria essencial para o processo de investigação e construção do conhecimento. Assim, ela seria um traço de caráter que educadores deveriam buscar desenvolver em seus estudantes.

Contudo, epistemólogos sociais têm enfatizado que a investigação e a produção de conhecimento são empreendimentos coletivos, e não individuais. Tal ênfase é fundamentada na constatação de que agentes epistêmicos são, em geral, altamente dependentes de outros para adquirir conhecimento, desafiando a concepção tradicional de autonomia e seu valor enquanto virtude. O desafio tem implicações práticas: se somos epistemicamente dependentes, e se isso implica que não podemos adquirir conhecimento de forma propriamente autônoma, então a autonomia poderia ser considerada um objetivo *prejudicial* à educação. Afinal, ao educar para a autonomia, estaríamos falhando em capacitar nossos alunos a adquirir conhecimento.

A resolução do dilema entre dependência e autonomia pode se dar por duas vias. A primeira será representada por Battaly (2022), e consiste em diminuir o valor da autonomia intelectual. Battaly aceita a concepção tradicional de autonomia, mas adiciona valor a uma nova virtude – a interdependência intelectual. A autonomia intelectual contaria com a disposição para “pensar por si mesmo”, bem como o juízo de como e quando fazê-lo. A interdependência intelectual contaria com a disposição de “pensar com outros”,

e também com o juízo de como e quando fazê-lo. Para Battaly, um agente intelectualmente virtuoso exhibe *ambas* de modo apropriado.

A segunda via, representada por Matheson (2022), consiste em rever o conceito de autonomia, inserindo nessa virtude elementos de dependência epistêmica. Matheson defende que a virtude da autonomia intelectual conta com duas disposições: saber como e quando confiar em si mesmo e saber como e quando confiar em outro. Desse modo, no modelo Matheson, um indivíduo também exerce autonomia intelectual quando é intelectualmente dependente. Mantém-se, assim, o valor da autonomia intelectual em contextos educacionais.

Após apresentar a estrutura proposta por ambos os autores, argumentarei que, do ponto de vista educacional, o modelo de Battaly é mais *viável*, pois mantém uma definição mais intuitiva de autonomia, e mais *preciso*, pois permite ao educador analisar e criar estratégias pra desenvolver duas atividades cognitivas distintas – o pensamento autônomo e o dependente – separadamente. Desse modo, ele é mais *útil* ao possibilitar intervenções educacionais mais assertivas e eficazes. Concluirei que educar para a autonomia intelectual se torna um objetivo educacional danoso apenas quando é o *único* objetivo. Ao não proporcionarmos uma formação mais abrangente do caráter intelectual, corremos o risco de educar indivíduos tendenciosos ao individualismo. Battaly destaca a necessidade do equilíbrio entre autonomia e dependência. Embora Matheson também busque tal equilíbrio, ele dificulta orientações efetivas sobre quais práticas educacionais contribuiriam para o desenvolvimento da autonomia ou da interdependência, uma vez que ambas são consideradas facetas de uma mesma virtude.

Palavras-chave: autonomia intelectual; virtudes intelectuais; epistemologia social; educação.

Opressões epistêmicas e práticas de silenciamento na filosofia

Milena Oliveira Pires
Universidade Federal da Bahia

Este trabalho visa analisar a noção de opressão epistêmica conforme definida na literatura da Epistemologia Social e sua relação com práticas de silenciamento de grupos oprimidos na filosofia. Destacam-se três artigos fundamentais para esta investigação: *Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing* (2011) e *Conceptualizing Epistemic Oppression* (2014), de Kristie Dotson, e *Epistemic Exclusion of Women Faculty and Faculty of Color: Understanding Scholar(ly) Devaluation as a Predictor of Turnover Intentions* (2021), de Isis H. Settles, Martinque K. Jones, NiCole T. Buchanan e Sheila T. Brassel. A opressão epistêmica ocorre quando um sistema epistemológico não consegue incorporar adequadamente as experiências de grupos sociais marginalizados, resultando em uma exclusão contínua no domínio do conhecimento. Essa exclusão viola a capacidade de agência epistêmica, restringindo a participação ativa dos indivíduos na produção e no acesso ao conhecimento. A agência epistêmica, nesta análise, refere-se à capacidade de utilizar recursos epistêmicos partilhados de forma persuasiva dentro de uma dada comunidade de conhecedores, de modo a participar na produção de conhecimento e, se necessário, na revisão desses mesmos recursos. Por sua vez, as práticas de silenciamento atuam como mecanismos que perpetuam essa opressão. Pretendemos investigar como essa manifestação se dá na filosofia, especialmente considerando o contexto em que o testemunho de mulheres negras é descredibilizado, conforme os conceitos elencados por Dotson, a saber: *aquietação testemunhal* e *sufocamento testemunhal*. A aquietação testemunhal ocorre quando uma audiência falha em identificar uma falante como conhecedora, enquanto o sufocamento testemunhal consiste na restrição deliberada do próprio testemunho pela falante, visando garantir que apenas conteúdos considerados acessíveis pela audiência sejam compartilhados. Essa análise nos leva a questionar: (i) quais critérios são utilizados para validar o conhecimento; (ii) quem detém o poder de definir esses critérios; e (iii) quais perspectivas são privilegiadas ou marginalizadas nesse processo.

Palavras-chave: Opressões Epistêmicas; Aquietação Testemunhal; Sufocamento Testemunhal.

Abordagens de agrupamento para as PFAS e financiamento da indústria: um estudo de caso sobre as conclusões de um painel de especialistas

Pedro Bravo
Universidade Federal do ABC

As substâncias per- e polifluoroalquiladas e (PFAS) compõem uma grande classe de substâncias químicas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), por exemplo, publicou em 2018 uma lista com 4730 PFAS. As ligações entre átomos de carbono e flúor das PFAS permitem uma vasta gama de aplicações industriais, mas também as tornam altamente persistentes. Uma vez que existem evidências sobre apenas alguns delas e que as suas propriedades podem variar, uma das questões prementes em relação às PFAS é como agrupá-las para diferentes fins. Cousins e colaboradores enumeram nove abordagens de agrupamento das PFAS que podem ser classificadas numa escala de precaução com base em dois critérios: quantas PFAS são agrupadas e os requisitos de dados. Nesta comunicação, pretendo mostrar como um recente painel de especialistas sobre o agrupamento das PFAS teve a sua credibilidade utilizada de forma a favorecer a indústria do flúor. O painel era constituído por onze especialistas que responderam a perguntas através de um aplicativo online. Curiosamente, alguns dos peritos do painel são reconhecidos por posições em conflito com a organização que - sem o seu conhecimento - financiou o painel, o American Chemistry Council (ACC). A sua presença no painel foi considerada como um sinal de credibilidade dos resultados, que foram publicados juntamente com as respostas dos especialistas em 2022 na revista *Regulatory Toxicology and Pharmacology* com o título “Grouping of PFAS for human health risk assessment: Findings from an independent panel of experts”. Através de uma análise detalhada de todo o material publicado e em diálogo com a literatura sobre a pesquisa financiada pela indústria, apresentarei como as escolhas no delineamento do painel (por exemplo, que tipo de consenso o exercício poderia captar, as formas como as questões foram enquadradas ou mesmo alteradas), na análise textual (por exemplo, critérios para reunir opiniões) e na comunicação dos resultados (por exemplo, o que é incluído ou excluído) foram feitas de uma forma favorável à indústria, afetando duas abordagens específicas de agrupamento (p-suficiente e a abordagem organo-flúor total). Uma vez que estou a integrar elementos da filosofia e das ciências ambientais, este trabalho pode ser entendido como um exemplo de filosofia da ciência

amplamente engajada que envolve níveis relativamente baixos de integração social, mas formas importantes de integração epistêmica. Concluo, enfim, com algumas reflexões sobre potenciais soluções para este tipo de influência mais matizada do financiamento da indústria, centrando-me nas responsabilidades dos cientistas quanto à participação ou não em tais exercícios.

Palavras-chave: Filosofia geral da ciência; valores na ciência; financiamento da indústria; substâncias per- e polifluoroalquiladas (PFAS).

Excessos na imaginação e escassez na memória no desafio de Williamson à distinção *a priori* a *posteriori*

Renata M. P. M. Augusto
Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica / UFRJ

A distinção *a priori* a *posteriori* é primariamente uma distinção entre modos de conhecer: conhecemos *a priori* independentemente da experiência; e *a posteriori* por meio da experiência. Todavia, isto não quer dizer que a experiência não tenha qualquer papel no *a priori*: a noção tradicional de independência da experiência admite que a experiência desempenhe um papel auxiliador na aquisição de conceitos, ainda que não contribua para a justificação epistêmica, como o faz no *a posteriori*, em que seu papel é justificador. Muitos esforços já foram dedicados para demarcar o que recai em um e outro lado da linha teórica traçada pela distinção. Tais esforços, em grande parte, investigam a coerência do conceito de *a priori* e, ainda quando admitido que o conceito seja coerente, investiga-se se este teria extensão.

Deslocando o eixo da discussão, Williamson (2007; 2013) introduz um desafio de outro tipo, questionando não se o conceito de *a priori* é incoerente ou vazio, mas sim se a própria distinção *a priori* a *posteriori* é epistemicamente relevante. Seu argumento central envolve demonstrar que um caso paradigmático de *a priori* e outro de *a posteriori* envolvem processos que são “quase exatamente similares”, pois em ambos os casos o papel da experiência não é puramente auxiliador nem estritamente justificador. Em razão disso, a distinção restaria superficial, já que não marca qualquer diferença epistêmica que possa dividir o domínio do que é conhecido entre o que podemos saber de maneira independente da experiência e o que só podemos saber por meio da experiência.

Boghossian e Williamson registraram em *Debating The A priori* (2020) algumas disputas filosóficas que travaram ao longo de quase duas décadas. Boghossian, apesar de conceder que o argumento de Williamson é válido, recusa que qualquer das premissas seja verdadeira. Nesta comunicação, darei especial enfoque à objeção de Boghossian à premissa que assume ser o exemplo apresentado por Williamson um caso claro de *a posteriori*. E, na mesma esteira de Boghossian, pretendo argumentar que Williamson falha em demonstrar a similaridade dos processos de aquisição de conhecimento nos casos apresentados por superestimar o papel da imaginação e subestimar o papel da memória na aquisição de conhecimento no caso paradigmático de *a posteriori*.

Palavras-chave: distinção epistêmica; *a priori*; *a posteriori*.

Referências

BOGHOSSIAN, P; WILLIAMSON, T. (2020). ***Debating The A priori***. Oxford: Oxford University Press..

WILLIAMSON, T. (2007). ***The Philosophy of Philosophy***. Oxford: Blackwell.

WILLIAMSON, T. (2013). How Deep is the Distinction between *A priori* and *A posteriori* Knowledge? *In*: CASULLO, A.; THUROW, J. C. (org.). ***The A priori In Philosophy***. Oxford: Oxford University Press.

Can we have episodic memory knowledge?

Tiegue V Rodrigues
Universidade Federal de Santa Maria

Our memory is not a singular repository; rather, it functions akin to a specialized filing system. Episodic memory serves as a personal diary, capturing detailed autobiographical snapshots of our lives. It encapsulates vivid recollections of specific events, rich with sensory experiences such as sights, sounds, emotions, and even scents. When you vividly recall your best friend's birthday party from last year, complete with the taste of cake and the echoes of laughter, it exemplifies the workings of episodic memory. Semantic memory, on the other hand, resembles a vast encyclopedia. Here, we house a wealth of general knowledge accumulated over time, encompassing factual data like country capitals, word meanings, and abstract concepts such as gravity. Semantic memory facilitates language comprehension, aids in navigating novel situations, and helps us interpret the complexities of the world around us. For instance, when explaining the concept of a birthday to someone unfamiliar with the experience, one draws upon semantic memory. Epistemologists have been primarily concerned with evaluating belief. Historically, their focus has leaned heavily towards semantic memory, given its association with propositional knowledge, which forms the crux of their inquiries. Consequently, scant attention has been directed towards the epistemology of its counterpart, episodic memory, as delineated by psychologists. This paper diverges from the conventional epistemological trajectory by scrutinizing episodic memory. Beginning with an elucidation of fundamental concepts, I will conduct a comprehensive analysis of episodic memory before delving into its epistemic implications. I will posit that since episodic memory lacks propositional content, it cannot directly underpin beliefs and, hence, cannot be a conventional vessel for knowledge. However, this does not diminish its significance in the broader landscape of memory knowledge. I contend that episodic memory plays a pivotal role in generating knowledge when beliefs stem from episodic recollections.

Palavras-chave: Episodic Memory; Semantic Memory; Knowledge; Justification.

2.5 Elizabeth Anscombe

O tratamento anscombiano da autoridade da primeira pessoa em *Intenção*

Anderson Luis Nakano
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Em sua monografia clássica *Intenção*, Elizabeth Anscombe busca mostrar, por meio de uma elucidação do conceito psicológico de intenção, que há limites da autoridade da primeira pessoa quando se trata de determinar suas próprias intenções. Anscombe defenderá, ao longo de sua obra, que o uso da noção de intenção na nossa linguagem se encontra essencialmente atrelado à estrutura teleológica da ação intencional, estrutura que é caracterizada por formar uma cadeia de meios e fins (que é decalcada seja por uma forma especial de raciocínio que caracteriza-o enquanto *prático*, seja pela aplicação reiterada da questão “por quê?”, direcionada a uma certa ação do agente sob uma descrição, em um sentido especial que a autora elucida nas seções 5 a 18 da obra) e que coloca os eventos, que são os membros dessa cadeia, numa forma de descrição característica do conceito de intenção. Isso a permitirá argumentar que os mecanismos que regulam os limites inteligíveis do uso da linguagem no contexto da atribuição de raciocínios práticos a um agente também restringem a autoridade da primeira pessoa ao dizer quais são suas intenções. Anscombe alegará ao longo de diversas passagens de *Intenção* que essas condições em geral independem do que ocorre internamente ao agente. Entretanto, Anscombe também argumentará, sobretudo nas seções 25 e 27 de *Intenção*, que a autoridade da primeira pessoa não desaparece por completo e que há casos em que só o que o agente diz é um sinal para quais são suas intenções. Esses casos conduzem muito naturalmente à concepção mentalista da intenção, que é constantemente criticada em sua obra. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é elucidar em que consiste, para Anscombe, a autoridade da primeira pessoa e como a autora, seguindo os passos de Wittgenstein, não cede à tentação mentalista de concebê-la como necessariamente resultante do acesso privilegiado do agente a seus conteúdos de experiência. Para alcançar nosso objetivo, recorreremos ao texto anscombiano intitulado “Events in the mind”, em que Anscombe tece críticas à “psicologia cartesiana”, para extrair desse texto elementos que nos permitirão cumprir nosso propósito de entender em que consiste, para a filósofa, a autoridade da primeira pessoa, no interior de seus limites, em relação à intenção. Também recorreremos a algumas passagens das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein para apoiar o diagnóstico de que Anscombe está seguindo de perto os passos do filósofo austriaco no que diz respeito a seu tratamento da autoridade da primeira pessoa nesse contexto.

Palavras-chave: Anscombe; intenção; autoridade da primeira pessoa

Elizabeth Anscombe

The emphasis on mental states idealizes the debate about moral responsibility

Beatriz Sorrentino Marques
Universidade Federal de Mato Grosso

The asymmetry in moral responsibility attribution is a problem generated by the idealization of the moral responsibility debate. To de-idealize the debate, it is important to emphasize the circumstances of the action, which requires moving away from the emphasis commonly given to the agent's mental states in the literature. This change of focus makes room for the circumstances expressed in the description of the action, and it makes it possible to address the complexity of cases in which the action depends on social structures. Typically, philosophical discussions about actions are centered on the details of the agent's mental states, even when they involve social contexts. On the other hand, Anscombe's investigation into intentional actions offers an approach that moves away from the paradigm focused on the agent's mental states by treating intentional action as a description that fits into a teleological order, and imposes demands of coherence and intelligibility on the description of the action. Satisfying the coherence requirement depends on the intelligibility of the description and how it fits into a teleological order, therefore, the description of the action must be in accordance with the circumstances of human life, its institutions, conventions, and practices. It would make no sense, for example, if the agent rejected the description of the action "S signed his divorce" stating that he did not do that, he only signed a paper. Suppose that S is a healthy adult, who grew up in our society, and who works as a lawyer. It would be very strange for him to describe his action as "just signing a paper", while rejecting "getting divorced" as a description of the action. It must be accepted that, given the circumstances in which the paper was signed, in a notary's office, after his spouse filed for divorce, and that it was written on the paper that the parties are divorced, the agent must accept that he signed the paper to get divorced. Getting divorced is, after all, the purpose of the action. This approach has repercussions for moral responsibility and makes it possible to hold responsible agents who, according to the mental states approach, could evade moral responsibility. Consider the case of the factory owner who pays too little for high-risk jobs, but who considers that he is only "giving opportunities to anyone who wants to work." Since the description of the action fits into an order that aims to extract maximum profit with minimum financial expense, no matter the

worker's conditions, the description "exploit" also fits into the order, and the agent can be held responsible for his intentional action.

Key words: intentional action; idealization; moral responsibility.

2.6. Metodologias da Filosofia: Encontro Brasileiro de Filosofia Analítica (EBFA)

Paloma Xavier

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Evelyn Erickson

Universidade Federal de Santa Catarina - Doutorado/UFRN

Mariana Cabral Falqueiro

Universidade de Brasília

Mariana Fidelis

Universidade Federal de Pernambuco

Janyne Sattler

Universidade Federal de Santa Catarina

A proposta da mesa é discutir metodologias da filosofia. A reflexão sobre “como se faz filosofia” não recebe tanta atenção quanto “o que é filosofia” e “sobre o quê filosofia é feita”, e buscamos através dessa mesa contribuir para com discussões contemporâneas em filosofia da filosofia. Paralelamente, visamos comentar também questões de “quem”, “porquê” e “para que” relacionadas à prática filosófica. A mesa irá discutir metodologia tanto da filosofia teórica quanto da filosofia prática, assim como afastar-se da dicotomia entre filosofia analítica versus continental. Inicialmente, a mediadora Paloma Xavier (PUC-Rio) explicará o objetivo e a motivação do EBFA. Além disso, ela irá apresentar o novo projeto de extensão Grupo Interinstitucional de Filósofas Analíticas (GRIFA), detalhando também a proposta da mesa. Abrindo a discussão, Evelyn Erickson (UFSC) irá apresentar sobre a relação entre lógica e racionalidade na origem da filosofia, assim como apontar como a lógica se mantém como metodologia da filosofia ao longo da história. Comentando sobre recentes discussões a respeito da relação entre lógica e ciência, limites metodológicos da pesquisa em filosofia da lógica serão esboçados. Em sequência, Mariana Fidelis (UFPE) versará sobre distinções entre filosofia analítica, materialismo interdisciplinar e afrocentricidade. Será apresentado um panorama de metodologias de pesquisa em filosofia no século XX, passando pela contraposição entre filosofia analítica e continental até chegar na proposta de afrocentricidade, com foco nas principais distinções entre filosofia analítica e a tradição dialética, em especial, na sua formulação pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Aqui o enfoque será na importância da história e de outras ciências sociais para pesquisa filosófica – tal como aparece na proposta metodológica de um materialismo interdisciplinar. Enfim, a afrocentricidade de Molefi K.

Asante é apresentada como um outro paradigma metodológico, incorporando não apenas questões de tempo e de história, mas também de espaço e corporalidade. Em seguida, Mariana Cabral Falqueiro (UnB) irá comentar sobre o papel das obrigações morais na pesquisa em filosofia. Em particular, será discutido como a filosofia analítica aborda questões morais com uma metodologia que combina rigor lógico com análise linguística, visando esclarecer e resolver problemas éticos. Será destacando como uma abordagem sistemática e detalhada, que busca entender não apenas o conteúdo dos juízos morais, mas também a sua fundamentação e aplicabilidade no mundo real, pode oferecer insights valiosos e contribuições significativas para o estudo da ética. Por fim, a Profa. Janyne Sattler (UFSC) irá, a partir de uma metodologia feminista que leva em conta uma epistemologia situada, levantar consideração sobre o fazer filosófico como profundamente político. Será questionado os modos supostamente neutros e universalizantes da epistemologia e, por consequência, de seus desdobramentos metodológicos, para pensar na situação dos sujeitos filosóficos: aquele que ancora a própria epistemologia e aquele que exerce a atividade filosófica segundo esse registro. Trata-se de pensar uma metodologia corporificada e responsiva às demandas de corpos filosóficos plurais.

Palavras-chave: metodologia da filosofia; metodologia feminista; filósofas analíticas.

3. TALKS

3.1 Epistemologia e Filosofia da Ciência

Epistemology and Philosophy of Science

3.2 Estética Analítica

Analytical Aesthetics

3.3 Ética Analítica

Analytical Ethics

3.4 Filosofia das Ciências Cognitivas

Philosophy of Cognitive Sciences

3.5 Filosofia da Linguagem

Philosophy of Language

3.6 Filosofia da Matemática

Philosophy of Mathematics

3.7 Filosofia da Mente

Philosophy of Mind

3.8 Filosofia Política Analítica

Analytical Political Philosophy

3.9 História da Filosofia Analítica

History of Analytical Philosophy

3.10 Lógica e Filosofia da Lógica

Logic and Philosophy of Logic

3.11 Metafísica Analítica

Analytical Metaphysics

3.1 Epistemologia e Filosofia da Ciência **Epistemology and Philosophy of Science**

Uma leitura sobre Wittgenstein e alguns de seus argumentos para pensar a psicologia

Ane Caroline Santos Silva

Deselitizando virtudes intelectuais

Arthur Viana Lopes

Understanding and justification

Célia Teixeira

Explorando Convergências: Teoria Crítica e Filosofia da Ciência em Perspectiva

Emily Alyson de Souza Aragão

A Natureza da Linguagem segundo Wittgenstein e Quine

Emilly Mirele Duarte Neves

What does explanation mean in ‘causal explanation’? Exploring explanatory enterprises in International Relations

Enzo Lenine

Análise dos enunciados científicos de “Verbal Behavior”

João Henrique Lima Almeida

Consequências filosóficas da teoria das estruturas dissipativas de Ilya Prigogine no âmbito dos estudos sobre o emergentismo

Jordão Cardoso Cléber Machado

Challenging Monistic Trope Theory

Francesco Maria Ferrari

Incurção sobre a Epistemologia Wittgensteiniana no Sobre a Certeza: Breves considerações sobre a epistemologia das dobradiças

Francisco da Silva Cardoso

O SENHOR DA CASA-GRANDE E O ESCRAVO DA SENZALA: A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL ENQUANTO CERTEZA FULCRAL

Jefferson Silva de Santana

An overview of the role of auto-noesis in answering the episodocity question

Jonathas Kilque Villanova

Argumentos de autoridade y testimonios

Jorge Alberto Molina

“Eu sou uma mulher”: as implicações das certezas fulcrais para o feminino

Juliany Thainá Tôres de Lira

O naturalismo é compatível com o evolucionismo? Uma análise do argumento de Alvin Plantinga

Lucas Pereira Lopes

É possível uma distinção entre *hinges*? Sobre a possibilidade de *hinges* políticas

Mateus Alves

Uma leitura do *exemplo da criança em afogamento* de Karl Popper sob o prisma da definição de Rudolf Carnap de *impossibilidade*

Marcus César Ferreira Oliveira

Considerações sobre a racionalidade em Carnap: uma defesa pragmática

Miguel Ângelo Oliveira Martins

¿Confirmación-evidencia? y/o ¿aceptación-valores? en el establecimiento de las hipótesis o teorías científicas. Breve análisis de un problema abierto

Milagros Maribel Barroso Rojo

Entre o *a priori* e a não-metafísica: propostas simbióticos em metafísica da ciência

Paola C. F. Villa

Modelos científicos como ferramentas tecnocientíficas para representar e intervir?

Paulo Emmanuel Dellazari Fernandes

Distinção entre conhecer e aprender: um diálogo com Platão

Rafael Cavalcanti de Souza

A Dimensão Tácita do Conhecimento Pessoal em Michael Polanyi

Ronaldo Barboza de Vasconcelos

O escopo do eliminativismo racial

Rogério Saucedo Corrêa

Weak Emergentism is just too Weak

Vincenzo Ciccarelli

Uma leitura sobre Wittgenstein e alguns de seus argumentos para pensar a psicologia

Ane Caroline Santos Silva
Universidade Federal de Alagoas

A presente comunicação, busca oferecer uma leitura acerca do argumento (contra) a linguagem privada (ALP) e o suposto domínio das “operações mentais”, alegadas pelas correntes mentalistas do pensamento moderno, expostos no trabalho do filósofo Ludwig Wittgenstein sob o título de “Investigações filosóficas”. Por conseguinte, partindo da concepção cartesiana, em sua empreitada analítica contida na investigação da transparência da substância lógica, a mesma como dimensão epistemológica recorrente do dualismo mente e corpo, debatida por Descartes, paralelamente, em sua metafísica, estendendo-se até a atualidade, refletindo a absorção pública (generalizante, essencialista) de sua proposição em uma gramática simbólica e ontológica expressa pela sentença “penso logo existo” (Ergo Sun). Para tanto, alega-se um direito inato à subjetividade privada, que faz surgir a “necessidade” de uma ciência que abarque as demandas deste novo objeto de estudo, que se daria pelo eu - consciência. Na tentativa de um desvencilhamento do embaraço linguístico causado por tal “filosofia da consciência”, em sua convergência com o uso de uma gramática “particular” operada pela emergência da psicologia como ciência, Wittgenstein, recorre a gramática como escape das confusões causadas pelos conceitos utilizados pela psicologia - e as práticas científicas - já normatizada como disciplina e prática científica . Com isso, a problemática da linguagem privada da qual Wittgenstein se dispõe para indicar pontos de inflexão da língua, possibilita a viabilidade de uma superação da ideia de consciência voltada para um interior - não verificável quando na tentativa de análise em terceira pessoa - e explícita a prática de um compartilhamento de sentido(s) e realidade(s). Em síntese, a discussão proposta se dá através da verificação do estatuto psicológico e da investigação gramatical do que se convencionou fixar como critérios de clareza e objetividade dentro do funcionamento do que nomeia-se por subjetividade.

Palavras-chave: Linguagem; psicologia; filosofia da mente; Descartes; Wittgenstein; epistemologia.

Deselitizando virtudes intelectuais

Arthur Viana Lopes
Universidade Federal da Paraíba

“O quanto somos agentes epistemicamente virtuosos?”, depende do que conta como uma virtude epistêmica, obviamente. Teorias de virtudes que definem virtudes epistêmicas em termos muito exigentes, demandando uma sofisticação intelectual prévia muito elevada ou uma psicologia empiricamente implausível para os agentes epistêmicos, por exemplo, implicam que a extensão de pessoas virtuosas, no mundo real, é muito pequena ou nula. Este trabalho tem dois objetivos, (1) argumentar contra a necessidade de alguns dos principais critérios para virtudes presentes na literatura responsabilista, em particular em Zagzebski (1996) e Baehr (2011), e (2) apresentar uma defesa da noção que chamamos de *virtudes adaptativas*, i.e., disposições em parte constituídas por motivações epistêmicas tradicionais e em parte por motivações *não-epistêmicas*, cujos componentes motivacionais não-epistêmicos (a) aumentam a funcionalidade epistêmica de seu agente e (b) são *epistemicamente inocentes*. Teorias de virtudes intelectuais de influência aristotélica tendem a adotar os seguintes critérios: (i) o indivíduo virtuoso é apenas aquele com *phronesis* ou sabedoria prática; (ii) virtudes epistêmicas são traços adquiridos cuja posse é digna de mérito pelo agente; (iii) as motivações constitutivas de uma disposição virtuosa não podem ser outras que não motivações que miram fins epistêmicos. Após apresentar estes critérios, eu explico como eles são demasiadamente exigentes, restringindo o status de virtude a traços que são psicologicamente improváveis e que, se existem, teriam predominância em agentes em condições muito favoráveis, os quais podem exercer livremente controle sobre o desenvolvimento de seu caráter intelectual em um ambiente epistêmico propício para tanto. Contra eles, apresento considerações já presentes na literatura, como as razões a favor do não-voluntarismo (Sher 2006; Medina 2012), a tese geral sobre a sociogênese do caráter intelectual (Fricker 2007; Kidd 2022), a tese de que a maioria de nossos traços intelectuais envolvem motivações mistas (Miller 2013, 2016), e razões contra a concepção de virtudes como traços globais (Doris 1998). Em um segundo momento, apresento uma forma de deselitizar virtudes intelectuais que parte de um pluralismo de virtudes como o de Heather Battaly (2019). Apresentarei alguns casos contendo a descrição dos traços intelectuais de agentes intelectuais que não seriam considerados virtuosos de acordo com teorias que adotem critérios como (i), (ii) e (iii), mas que exemplificam o tipo de traço que plausivelmente encontraríamos mundo real: traços constituídos por motivações mistas (epistêmicas e não-epistêmicas) e cuja aquisição foi determinada pela predicação social de seus agentes. Após isso, introduzo o conceito de

virtudes adaptativas para cobrir esses casos. A tese central é a de que nos casos em que os componentes não-epistêmicos de um traço misto beneficiam a agência epistêmica de seu possuidor, evitando a falha sistemática de obtenção de bens epistêmicos, e esse benefício seria muito difícil de ser obtido de outra forma, esses traços correspondentes são epistemicamente inocentes (Bortolotti 2017), devendo ser considerados virtudes. O conceito de virtudes adaptativas permite então incluir uma série de traços mistos e locais que o responsabilismo e mesmo algumas formas de pluralismo deixam de fora.

Palavras-chave: Epistemologia das virtudes; Virtude intelectual; Responsabilismo.

Understanding and justification

Célia Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica / UFRJ

Intuition-based accounts appeal to a special faculty of rational intuition to explain the a priori. Analyticity-based accounts appeal to the notion of analyticity to explain it: a priori knowledge is possible because it is mere knowledge of either truths made true by meanings alone (metaphysically analytic) or such that just by understanding them we are justified in believing them (epistemically analytic). Despite the historical dominance of intuition-based accounts of the a priori, these are nowadays regarded with much suspicion, and analyticity-based accounts have become widely held. However, this shift is mostly based not on a direct argument for analyticity-based accounts, but on a profound scepticism regarding the faculty of rational intuition. I argue that analyticity-based accounts of the a priori are in no better position to explain the a priori than intuition-based accounts by focusing on the more recent and widely held analyticity-based accounts of the a priori, which appeal to epistemic analyticity alone.

According to these accounts, a priori knowledge is mere knowledge of epistemic analyticities—and this can be understood as the claim that a priori knowledge is mere knowledge of those truths such that just by understanding them a thinker is justified in believing them. But if this is correct, then understanding is the sole source of the a priori. But what reasons do we have to accept this? The main motivation for these accounts is the alternative they offer to intuition-based accounts. Thus, if the appeal to understanding as the source of the a priori is not clearly less mysterious than the appeal to rational intuition, we lose the main motivation to accept them. I show that the appeal to understanding as the source of the a priori is not clearly less mysterious than the appeal to rational intuition.

It is plausible to assume that understanding is the source by which we can know what sentences mean. Just by understanding the meaning of “Grass is green” we seem able to know that the sentence means that grass is green—but not that grass is green. I argue that there is no non-question begging reason to assume that understanding can be both the source by which we know that S means that P, and the source by which we know that P when P expresses an (non-semantic) a priori truth. First, I argue that if we consider non-trivial examples of a priori truths, there is strong prima-facie reason to be sceptical about the claim that understanding is the source of the a priori. Second, I argue that even if we restrict the scope of these analyticity-based accounts of the a priori to logical and conceptual truths, it is still not clear that there is good reason to endorse the claim that understanding is the source by which we know those truths. Because analyticity-based

accounts of the a priori are motivated by opposition to intuition-based accounts, if the appeal to understanding is not clearly more plausible than the appeal to rational intuition, we lose the main motivation to accept them.

Palavras-chave: a priori; epistemic analyticity; metaphysical analyticity.

Explorando Convergências: Teoria Crítica e Filosofia da Ciência em Perspectiva

Emily Alyson de Souza Aragão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho tem como objetivo fornecer uma visão introdutória que se concentra no cruzamento entre a Teoria Crítica e a Filosofia da Ciência. A primeira tem origem no texto de Max Horkheimer, "Teoria Tradicional e Teoria Crítica", publicado em 1937, catorze anos após a fundação do Instituto de Pesquisa Social em Frankfurt. Já a segunda, dentro do âmbito da Filosofia da Ciência, será abordada sob uma perspectiva contemporânea, visando o Círculo de Viena de 1922 como ponto de partida comum. Com esse objetivo, apoiado por bibliografias complementares que exploram uma visão introdutória da área, o trabalho escolhe a obra "O que é ciência, afinal?" de Alan Francis Chalmers, publicada em 1993, como referencial norteador para a ciência 'dura'. O objetivo é transcender o diálogo usual entre ambas as áreas, ao mesmo tempo em que expõe e esclarece os mal-entendidos comuns relacionados ao aspecto central da Teoria Crítica, que propõe um exame racional associando teoria e prática, assim como os dilemas enfrentados pela Filosofia da Ciência, que podem, até certo ponto, se sobrepor, ou não, às questões confrontadas pelo modelo atual de produção científica e às diferenças fundamentais na forma e no impacto do conhecimento produzido pela ciência em sua era mais tecnológica. Intenciona-se, com esse trabalho, uma postura que, mesmo permanecendo na superfície, consiga apontar, com critérios bem definidos, contrastes que estão presentes em uma "teoria tradicional" e o que a crítica tem a contribuir, analisando de que forma o empirismo lógico e as fases da teoria crítica moldaram imagens em ambas as áreas, que muito se identificam em compartilhar diferenças e semelhanças. Notável entre essas diferenças está a crítica de Horkheimer à lógica da ciência, questionando seu suposto distanciamento da esfera social e assumindo uma neutralidade que ele considera ilusória. Como tratado por Marcos Nobre em seu texto "A Teoria Crítica" de 2004, além de introduzir a dinâmica ampla do que significa Teoria Crítica, direciona o argumento de Horkheimer e as condições iniciais do movimento originário da Alemanha. Entre as semelhanças, está a característica empírica observada tanto em certos modelos de pesquisa na Teoria Crítica quanto como um fator determinante para o que é considerado ciência e incorporado em seu método. A busca por delinear esse cruzamento se dá através da contraposição da análise, pretendendo diferenciar o perfil concedido à Teoria Crítica e à Ciência, a fim de abandonar uma interpretação superficial que acaba por negligenciar características

fundamentais de cada uma. Observa-se que a Teoria Crítica não se destina a ser uma oposição rígida à Ciência Natural e ao que é empregado por ela, assim como a própria ciência, em seu método de execução, não se distancia do "mundo" com o objetivo contínuo de afirmar-se neutra, mas encontra na limitação de sua forma a condição de execução que a constitui. Nesse sentido, o trabalho opera com uma importante categoria que trata de um antigo "embate" à luz de uma introdução que não deseja ir além de esclarecer más interpretações que tendem a perpetuar preconceitos em ambas as áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Filosofia da Ciência, Método Científico, Teoria Crítica, Sociedade.

Referências

HORKHEIMER, Max. (1980). Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

CHALMERS, Alan Francis. (1993). **O que é ciência, afinal?**. São Paulo: Brasiliense, p. 222.

NOBRE, Marcos. (2004). **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 80 .

A Natureza da Linguagem segundo Wittgenstein e Quine

Emilly Mirele Duarte Neves
Universidade Católica de Pernambuco

O presente estudo analisa as concepções de significado e linguagem propostas pelos filósofos Ludwig Wittgenstein e Willard Van Orman Quine, suas similaridades em pontos fundamentais acerca do significado e da linguagem, enfatizando o papel do uso e das práticas linguísticas. Através das obras “Palavra e Objeto” (1960) de Quine, “Tractatus Logico-Philosophicus” (1921) e “Investigações Filosóficas” (1953) de Wittgenstein, busca-se evidenciar a complexidade da linguagem e a importância dos contextos de utilização para a definição do significado. Wittgenstein em suas obras, particularmente em “Investigações Filosóficas” (1953), apresenta uma concepção do significado que surge como uma atividade intimamente relacionada à compreensão da linguagem em contextos específicos, enfatizando que a linguagem não é apenas um conjunto de regras, mas uma prática dinâmica. Segundo Wittgenstein, o significado é derivado de seu uso dentro dos jogos de linguagem, destacando definições fixas, sobre o aspecto prático da linguagem, onde a compreensão emerge através da participação em diferentes jogos de linguagem. Esta abordagem, redireciona a atenção da procura por significados imutáveis para explorar a diversidade de usos das palavras em distintos contextos de comunicação. Considerando a linguagem como uma prática, sublinha-se o caráter interativo do ato comunicativo, no qual os sujeitos interpretam e atribuem sentido com base na sua experiência em práticas linguísticas particulares. A concepção de Wittgenstein acerca da linguagem como prática, ressalta o aspecto múltiplo e variável das interações linguísticas. Quine, em “Palavra e Objeto” (1960), desafia a premissa de que palavras e objetos físicos mantêm uma relação de correspondência direta, argumentando contra a ideia de que o significado é imutável, sugerindo o contrário, a visão holística da semântica. Segundo Quine, o verdadeiro significado das palavras só pode ser apreendido quando considerado no âmbito integral do sistema linguístico ao qual pertencem. Tanto Quine como Wittgenstein compartilham de maneira similares a visão da postura contestadora em relação ao entendimento do significado como uma entidade estática. Ambos compartilham que a concepção de significado é, na verdade, um fenômeno fluido, em constante mudança através da interação cotidiana, interpretação de proposições e estruturas linguísticas, ressaltando a intrincada natureza e a profundidade da linguagem como um fenômeno humano que vai além de uma simples relação com fatos físicos.

Palavras-chave: Linguagem; Práticas Linguísticas; Uso; Significado.

What does explanation mean in ‘causal explanation’? Exploring explanatory enterprises in International Relations

Enzo Lenine
Universidade Federal da Bahia

Causal talk has been on the trend topics of IR meta-theoretical debates for a long time. Founded primarily on a Humean conception of causality, IR has recently moved towards a more comprehensive understanding of causes, which now encompasses ideas, patterns of signification, cognitive models, and norms. Engagements with philosophy of science and social science (especially, interpretivism and critical realism) respond for this new turn on causation. However, although causal pluralism seems to define current meta-theoretical reflections, scarce attention has been paid to the explanation side of ‘causal explanation’. More precisely, what are the elements of explanation that pin down causality? Are causal arguments advanced by narratives, statistics, mathematical facts, or meanings? In this paper, I argue that a proper understanding of causation requires investigating the explanatory technologies that do the explanation. I engage with the philosophy of science concerned with explanatory enterprises to explore the multiple ways explanations through which are tailored and how they can pin down causes. I identify four types of explanatory technologies: statistical, mathematical, narrative, and signification explanatory technologies. These technologies contribute to advancing causality in its own particular ways. Thus, I argue that what IR scholars mean by causality cannot be dissociated from the explanation side of ‘causal explanation’ and its explanatory technologies, for it informs the various criteria that determine how explanatory arguments must be tailored in order for them to do the explaining in a causal fashion.

Palavras-chave: causal explanation; explanatory pluralism; meta-theory of International Relations; philosophy of explanation.

Análise dos enunciados científicos de “Verbal Behavior”

João Henrique Lima Almeida
Universidade Federal da Bahia

Pretende-se apresentar um trabalho que analisa os enunciados científicos do livro “Verbal Behavior” de B. F. Skinner, com ênfase na parte I, que trata do seu programa científico. Trata-se de diferenciar, sobretudo, duas categorias de enunciados: declarativos e normativos. Os enunciados declarativos são aqueles que afirmam a existência de um fato e os normativos aqueles que regulam uma prática. O cuidado capital dessa distinção deve ser entre o que vem a ser uma distinção topográfica e uma distinção funcional, haja vista que o caráter declarativo ou normativo de um enunciado é identificado por sua função no interior de determinado contexto e não por sua estrutura tópica. Essa distinção será feita entre cinco eixos de enunciados científicos: aqueles que (1) enunciam diretamente o termo “ciência” e derivados; (2) enunciam atividades científicas; (3) enunciam objetivos e valores científicos; (4) enunciam metodologias e regras metodológicas científicas; (5) enunciam produtos científicos. O objetivo de tal classificação analítica é, além de listar as principais características da ciência de Skinner (i), encontrar pistas para as fontes factuais dos enunciados científicos de B. F. Skinner (ii) e localizar enunciados normativos disfarçados topograficamente de enunciados declarativos (iii). Uma das hipóteses trabalhadas é a de que Skinner muitas vezes estrutura enunciados normativos acerca do que deve ser uma Ciência do Comportamento Verbal sob uma forma declarativa de um tipo ideal científico. Não há referência a elementos factuais concretos de uma ciência sobre a qual se declara, mas apenas se fala do “tratamento científico”, do “método científico”, da “análise científica” como constituintes de uma ciência oficial ou ideal. O próprio Skinner autoriza a recorrência a uma outra obra contemporânea a “Verbal Behavior” (“Science and Human Behavior”) para um tratamento do comportamento humano sob o mesmo ponto de vista e através dessa recorrência torna-se possível refinar o hipotético tipo ideal científico em termos de uma “Ciência da Natureza presidida pela Física”.

Palavras-chave: ciência; comportamento verbal; Skinner.

Consequências filosóficas da teoria das estruturas dissipativas de Ilya Prigogine no âmbito dos estudos sobre o emergentismo

Jordão Cardoso Cléber Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Estruturas dissipativas são estruturas físicas surgidas em sistemas dinâmicos em situação de não equilíbrio, que têm sido objeto de diversos campos científicos, incluindo a moderna termodinâmica de não equilíbrio. O físico-químico Ilya Prigogine dedicou-se especialmente ao estudo de osciladores químicos como a reação de Belousov-Zhabotinsky (reação BZ). Um sistema como esse é composto por diversos subsistemas, que são os diversos produtos e reagentes que o compõem. Esses sistemas que compõem a reação são essencialmente abertos, e o comportamento da inteira reação depende dessa condição de abertura. Essa característica implicará que a descrição temporal será distinta para a reação BZ e para sistemas dinâmicos isolados, que são aqueles sistemas que não mantêm contato (troca de energia ou matéria) com o ambiente externo.

A dinâmica de um sistema isolado é determinista, pois conhecido o inteiro estado do sistema em um instante inicial t_0 – isto é, conhecidos a posição e o momentum de cada uma de suas partículas – é possível determinar o estado desse sistema para qualquer outro instante. Um sistema como o da reação BZ, porém, conhece certos pontos de bifurcação a partir dos quais não é possível determinar o estado que o sistema assumirá após esse instante. O sistema “escolherá” entre dois estados possíveis, que consistem, concretamente, em quantidades distintas de um certo produto X , com o ramo b_1 indicando uma maior quantidade desse produto e o ramo b_2 uma menor quantidade. A descrição temporal de um sistema desse tipo já não é mais determinista como no caso dos sistemas isolados, mas essencialmente estatística.

Isso também significa que o estado do sistema após o ponto crítico não pode ser reduzido ao estado do sistema no ponto crítico λ_c , no sentido de que conhecido esse estado em λ_c se possa determinar o estado do sistema no instante posterior. Isso nos remete ao problema do reducionismo. A tese reducionista é uma tese filosófica segundo a qual todos os fenômenos naturais podem ser reduzidos aos seus constituintes físicos, no sentido de que conhecido o estado dos constituintes de um determinado sistema dinâmico, é possível prever ou determinar o comportamento posterior desse sistema. Isso pode ser afirmado de um sistema dinâmico isolado, mas, como acabamos de ver, não o poder ser de um sistema dinâmico como o da reação BZ, pela razão aludida.

Essa característica é o que permite considerar as estruturas dissipativas em termos de emergentismo. O emergentismo pretendeu constituir-se, desde sua origem, como uma alternativa satisfatória ao reducionismo, sem implicar em alguma espécie de dualismo, afirmando ao mesmo tempo: a) que um emergente é constituído pura e simplesmente por seus constituintes físicos (Fechamento Causal Físico); b) que um emergente é distinto de seus componentes quando considerados de modo separado ou em outras combinações (Distinção). Definir estruturas dissipativas nesses termos parece renovar a perspectiva própria do emergentismo como uma alternativa não-dualista ao reducionismo. Ao mesmo tempo, essa abordagem parece fornecer uma resposta adequada à objeção levantada por Kim contra o emergentismo, ao nos oferecer uma boa compreensão do significado da “distinção” nesse caso específico.

Referências

- CRUTCHFIELD, J. P. (2008). Is anything ever new? Considering emergence. In: BEDAU, M.; HUMPHREYS, P. **Emergence**: Contemporary readings in philosophy and science. MIT Press: Cambridge – MA.
- KIM, J. (1993). The non-reductivist's troubles with mental causation. In: HEIL, J.; MELE, A. (eds.). **Mental causation**. Oxford: Oxford University Press, 189–210.
- KIM, J. (1998). **Mind in a physical world**. Cambridge, MA: MIT Press.
- O'CONNOR, T. (2020). Emergent properties. Stanford University: Stanford Encyclopedia of Philosophy.
- MCLAUGHLIN, B. P. (2008). Emergence and supervenience. In: BEDAU, M.; HUMPHREYS, P. **Emergence**: Contemporary readings in philosophy and science. MIT Press: Cambridge– MA.
- PRIGOGINE, I. (2002). **As leis do caos**. São Paulo: Editora UNESP.
- PRIGOGINE, I. (2003). **O fim das certezas**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp.

Challenging Monistic Trope Theory

Francesco Maria Ferrari
University of Buenos Aires

The monistic theory of tropes, according to which *tropes are all that there is* (T) suffers from an irresolvable internal tension, which is also inevitable. While, relations are *necessary* for constructing the ontological and metaphysical model of the theory, on the other hand, relations cannot be real *qua* relations, as they cannot be universals. Unfortunately, relations cannot be tropes themselves either. Evidence of this tension manifests in several infinite regresses, such as Bradley's and Küng's, as well as in the proposed solutions to resolve them. As I will argue, each attempt to render relations ontologically benign, either through the appeal to *supervenience* (or *formality*), or even to integrate them within the entities of the *intended* trope-only model, in terms of *semi-external* relations, has proven insufficient to maintain the validity of the *monistic* thesis: both moves involve the expansion of the intended trope-only model with the introduction of *non-standard* particulars. Such an expansion is not only crucial for the success of the theory in specifying its model but also reveals its intrinsic ontological tension with monistic thesis T: the theory, as it stands, either is dualistic or it fails to specify the *intended* monistic model of tropes (or both). This result, I will argue, is deeply natural and problematic at once since first-order trope theory is *non-categorical* about its model and, so, cannot characterize tropes univocally.

Keywords: Infinite regress; Model expansion; Supervenience; Semi-external relations; Tropes.

Incursão sobre a Epistemologia Wittgensteiniana no Sobre a Certeza: Breves considerações sobre a epistemologia das dobradiças

Francisco da Silva Cardoso
Universidade Católica de Pernambuco

A presente comunicação tem como objetivo basilar discorrer sobre a chamada epistemologia da dobradiça, ou, como no mundo anglofônico, hinge epistemology. Esse novo ramo da epistemologia contemporânea tem origem na obra *Sobre a Certeza*, de Ludwig Wittgenstein, na qual o filósofo austríaco usa o termo “hinge” em suas reflexões e tentativas de responder às provocações do filósofo inglês G. E. Moore, que, em *Proof of an External World*, levantou questões importantes sobre o ceticismo. Tal tema tem sido objeto de muitos estudos e acalorados debates em muitos centros de filosofia no mundo. E, assim também tem despertado o interesse de alguns departamentos de filosofia em nosso país. Ademais, ressaltamos que, em primeiro lugar, será apresentado o contexto mais amplo da discussão travada por Wittgenstein, discorrendo sobre a qualificação de termos; logo após, discutiremos sobre o que significa essa nova abordagem epistemológica e como se relaciona com a epistemologia em geral; finalizaremos discorrendo sobre algumas possíveis implicações para a filosofia e outras ciências, como, por exemplo, a teologia.

Palavras-Chave: Epistemologia. Dobradiça. Wittgenstein. Sobre a Certeza.

O SENHOR DA CASA-GRANDE E O ESCRAVO DA SENZALA: A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL ENQUANTO CERTEZA FULCRAL

Jefferson Silva de Santana
Universidade Federal de Pernambuco

A presente apresentação dará conta de sustentar que o mito da democracia racial brasileira se comporta como uma certeza fulcral. Tal conceito (certeza fulcral), foi extraído da obra *Sobre a Certeza* (1969), de Ludwig Wittgenstein. Wittgenstein questiona a solidez das aparentes bases epistemológicas convencionais e explora como nossas certezas fundamentais são expressas na linguagem e enraizadas em contextos culturais e formas de vida específicas. Ele sugere que muitas convicções são intrinsecamente ligadas às práticas sociais e linguísticas, refletindo a complexidade das declarações de certeza. Para tanto, partiremos da obra “Casa-Grande e Senzala” (1933), de Gilberto Freyre, e toda a divulgação internacional feita por ele acerca do mito da democracia racial no Brasil, que seria caracterizada pela convivência harmoniosa a partir da miscigenação entre brancos, negros e indígenas, em contraste com o racismo evidente em outros países do mundo. Destacaremos que diversos estudiosos e ativistas têm desafiado essa visão idealizada, apontando que o mito da democracia racial mascara profundas desigualdades e discriminações raciais persistentes na sociedade brasileira. Argumentaremos que o mito oculta o racismo estrutural e as disparidades socioeconômicas que afetam a população negra, fundando uma imagem de mundo que funcionaria como uma mitologia que subjetiva o racismo e justifica a estrutura colonial que racializa corpos negros e beneficia corpos brancos. Nossa proposta visa examinar criticamente o mito da democracia racial, investigando suas origens, disseminação na cultura popular e impactos na realidade social e política do Brasil, especialmente para as comunidades negras. Nesse sentido, a pesquisa utiliza a perspectiva de Wittgenstein sobre certezas fundamentais para questionar a legitimidade e os efeitos do mito da democracia racial no imaginário popular, principalmente da população negra que sofre diretamente com a repercussão dessa perspectiva dentro do seu cotidiano, até mesmo internalizando e reproduzindo padrões de racialidade dentro de suas práticas sociais.

Palavras-chave: Democracia racial; certeza fulcral; Wittgenstein.

An overview of the role of autooiesis in answering the episodicity question

Jonathas Kilque Villanova
Universidade Federal de Santa Maria

This presentation explores current philosophical perspectives on the episodicity question, focusing on how they relate to Tulving's theory on episodic memory (EM). The episodicity question concerns what distinguishes EM as a unique mental state or process. While contemporary accounts draw on Tulving's concept of autooiesis to deal with the episodicity question, they diverge in their explanations of its source and its contribution to understanding EM. In this context, we examine how such departures from Tulving's original framework have shaped the ongoing debate about the episodicity question. Through this exam we aim to illuminate underlying motivations and assumptions of current accounts of autooiesis. The philosophical debate about memory commonly adopts the theoretical concept of EM introduced by Tulving (1972; 1985). Broadly defined, EM refers to our ability to re-experience previously experienced events, as if one mentally traveled back in time (Perrin, 2014). While this general characterization is widely accepted, there are several controversies surrounding the understanding of EM and its relation to other kinds of cognitive states or processes. A central problem is what (if anything) distinguishes EM from other kinds of memory and imagination—this question is known as the episodicity question (EQ). When first introduced by Tulving (1972), EM was characterized as a declarative memory system distinct from semantic memory. Thus, Tulving's EM characterizations emphasized the similarities and differences with semantic memory that could ground the distinction between the two declarative memory systems. In this sense, Tulving's answer to EQ emphasized an account of what makes EM episodic, rather than semantic. Central to Tulving's framework (1985; Wheeler et al, 1997) was the concept of autooiesis, a conscious experience wherein one recognizes a represented event as originating from personal past experience, which served as a phenomenological marker for characterizing EM. Drawing from Tulving's notion of autooiesis, contemporary accounts in the philosophical literature seek to answer EQ through an explanation of what grants EM its peculiar autooietic phenomenology. However, these accounts diverge significantly from Tulving. Recent psychological research highlighting overlaps between episodic memory and future episodic imagination challenges the notion of a dedicated episodic memory system and prompts reevaluation of autooiesis as an exclusive feature of episodic remembering. Consequently, the ongoing debate explores various hypotheses regarding the source of autooiesis. In some accounts, let's call them content-based accounts, autooiesis is taken to be a feature of the representational content of episodic memories.

That is, what is peculiar about EM lies in the particular way in which the event is represented during retrieval. Other accounts, call them process-based accounts, state that auto-noesis is better explained as a product of a process exogenous to the first-order representational content of EM states. That is, what distinguishes EM as a particular mental state kind is the operation of a meta-cognitive process of monitoring multiple cues from the first-order mnemonic representation. In sum, these differing perspectives underscore the ongoing debate surrounding the phenomenology of auto-noesis and the conceptualization of EM.

Palavras-chave: Episodic Memory; Episodic remembering; Auto-noetic consciousness; Endel Tulving; Episodicity.

Argumentos de autoridad y testimonios

Jorge Alberto Molina
Universidade Federal da Bahia - Doutor/Unicamp

En este trabajo exploramos los vínculos entre los argumentos de autoridad como tipo de prueba y el testimonio como fuente de conocimiento. Después de una introducción, en la primera parte clarificamos y ejemplificamos los conceptos de argumento de autoridad (AA) y de testimonio. Entendemos por argumento de autoridad los que tienen una de las dos siguientes formas:

S es una autoridad del tipo T

S dice p

Forma fuerte

Luego p

S es una autoridad del tipo T

S dice p

Forma débil

Luego es verosímil que p

Es claro que desde la perspectiva de la lógica formal argumentos de la forma fuerte son inválidos porque si en el siglo XVII alguien hubiera dicho,

Kepler es una autoridad en Astronomía

Kepler dice que hay 6 planetas en el sistema solar.

Luego, hay 6 planetas en el sistema solar.

Diríamos en ese caso que aquel argumento era inválido:

Y hasta lo mismo podría ser dicho de la forma débil como lo muestra el siguiente ejemplo

Didier Raoult es una autoridad en Microbiología

Didier Raoult dice que la cloroquina cura el COVID

Luego es verosímil que la cloroquina cure el COVID

Y, sin embargo, en la vida diaria no podemos prescindir de los argumentos de autoridad. Pues si consultamos a Pedro, un contador de prestigio y formamos el siguiente argumento:

Pedro es una autoridad en contabilidad

Pedro dice que debo pagar 10.000 dólares en impuestos

Luego, debo pagar 10.000 dólares en impuestos

Diremos que este argumento es correcto. Y, por otra parte, disciplinas que exigen interpretar textos, como el Derecho, se apoyan en autoridades. Y también el científico se apoya en la autoridad de otros científicos del pasado. Si se diera el trabajo de examinar por sí mismo los resultados obtenidos por sus predecesores, el conocimiento científico progresaría de forma muy lenta.

Por su parte, el conocimiento por testimonio es el que se obtiene a partir de lo que otras personas dijeron (o escribieron). Su campo es muy extenso y está estrechamente ligado con el conocimiento que proviene de otras fuentes como la memoria, la percepción, el razonamiento. Nadie asistió a su propio nacimiento y las personas saben de la fecha del mismo a partir del testimonio de otros. Nunca estuvimos en el archipiélago de Nueva Zemble, pero sabemos de su existencia a través de lo que hemos leído en libros de Geografía escritos por otras personas. El vínculo entre testimonio y argumentos de autoridad está dado por el hecho de que tanto el argumento de autoridad como el conocimiento que viene del testimonio se apoyan en lo que otra persona o grupos de personas dijeron o escribieron. Después de esclarecer esos dos conceptos, en la segunda parte de nuestro trabajo mostraremos que en la Antigüedad fueron aceptados tanto el testimonio como los argumentos de autoridad. Para ello analizaremos algunos textos de Aristóteles y de San Agustín. En la tercera parte intentamos mostrar que la desvalorización de los argumentos de autoridad en la Edad Moderna (Locke) corrió paralela con una posición reduccionista en relación al testimonio (Hume). Pero reconocemos en la *Lógica de Port Royal* una posición más equilibrada en relación a los AA y al testimonio. En la cuarta parte nuestra perspectiva es más sistemática al comparar los criterios dados contemporáneamente para aceptar argumentos de autoridad y testimonios. Aquí nos apoyamos en el artículo clásico de Walton y Woods *Arguments ad verecundiam* y en el libro de Coady *Testimony*. En la quinta parte distinguimos diversos tipos de autoridad. La última parte de este trabajo está dedicada a las conclusiones.

Palavras-chave: Epistemología social; Teoría de la argumentación; Argumentos de autoridad.

“Eu sou uma mulher”: as implicações das certezas fulcrais para o feminino

Juliany Thainá Tôrres de Lira
Universidade Federal de Pernambuco

A mulher cumpria certas funções sociais que pareciam, até certo tempo, estabelecidas e determinadas. No entanto, nas últimas décadas, um importante movimento começou a colocar em xeque as relações de poder. O Feminismo possibilitou que alterações substanciais de ordem sociocultural, política e econômica ocorressem. O sujeito *mulher* que antes ocupava um papel *essencial* de privação, submissão e serventia, passava a ocupar espaços públicos e políticos. Esse impacto na sociedade também pôde ser sentido epistemicamente. Isto porque, a epistemologia que antes pensava em um humano “sem rosto”, mas que cumpria os interesses do homem branco, hétero, cisgênero e europeu, agora precisava incluir novos sujeitos. É nessa perspectiva que a presente pesquisa se delinea. Pensar a mulher enquanto sujeito epistêmico, é refletir que ela não é apenas um ser autômato, mas ser pensante. Com isso, como saída para a compreensão epistêmica da mulher, apresento o conceito das certezas fulcrais. Trazidas por Wittgenstein (1969), elas são definidas como certezas responsáveis por formar nossa “imagem de mundo” e permitir a funcionalidade das coisas. Para mais, são conhecidas por serem certezas fixas e básicas, dificilmente colocadas em dúvida. Desta forma, esta pesquisa busca compreender se a mulher é uma certeza fulcral. Como solução, defendo que, em determinadas situações, a proposição “eu sou uma mulher” se comporta como uma certeza fulcral. No entanto, em outras, ela se coloca apenas como uma proposição epistêmica. Isto porque, a não essencialidade da mulher necessita que essa proposição permita ser revisada. Com isso, além do exame sobre o sujeito *mulher* no contexto filosófico, histórico e sociocultural, também investigaremos as certezas fulcrais e suas possíveis características necessárias. Utilizaremos, para esse primeiro objetivo, filósofas como Spivak (2019), Butler (2021; 2022), Wittig (2023), Lorde (2023), Oyěwùmí (2021) e Gonzalez (2020), enquanto para o segundo traremos pensadores como Wittgenstein (2023), Sharrock (2015) e Scheman (2002). Com essa análise poderemos chegar a uma solução satisfatória, abrindo a possibilidade para que outras proposições com impactos sociais e políticos também sejam examinadas analítica e epistemicamente.

Palavras-chave: mulher, certezas fulcrais, Wittgenstein, gênero, antiessencialismo.

O naturalismo é compatível com o evolucionismo? Uma análise do argumento de Alvin Plantinga

Lucas Pereira Lopes
Universidade Federal de Alagoas

Diante da discussão sobre a relação entre ciência e religião, Alvin Plantinga, um dos filósofos da religião mais proeminentes da atualidade, oferece uma nova perspectiva ao propor o argumento evolucionário contra o naturalismo. O objetivo do autor é mostrar que a teoria evolucionista, proposta por Charles Darwin em seu livro *“A origem das espécies”* (1859), é incompatível com o naturalismo ontológico, teoria que o autor resume como “a visão de que não existe tal pessoa como Deus ou alguém como Deus” (2011a). Ambas seriam teorias excludentes que, se postas em conjunto, incorrem em contradição. Neste artigo, pretendo expor em detalhes o argumento defendido por Plantinga nos livros *“Where the Conflict Really Lies: Science, Religion, and Naturalism”* (2011b) e *“Science and Religion: Are They Compatible?”* (2011a). Irei abordar, primeiramente, os antecedentes do argumento e sua relevância, seguido pela exposição do argumento em si, focando em sua premissa principal, a saber: P(R/N&E) é baixa. Por fim, tratarei da objeção de Branden Fitelson e Elliott Sober (1997) e se Plantinga consegue respondê-la.

Palavras-chave: filosofia da religião; ciência; naturalismo; religião; Plantinga.

É possível uma distinção entre *hinges*? Sobre a possibilidade de *hinges* políticas

Mateus Alves
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

O *Sobre a Certeza* é um catalisador de discussões em filosofia. Wittgenstein dedica parte do texto a esclarecer confusões entre as noções de conhecimento e certeza, e desenvolve o conceito de certeza fulcral. Esta também é denominada de proposição eixo ou proposição dobradiça (*hinge*), devido a metáforas utilizadas pelo autor (§152, §341). A literatura secundária apresenta algumas leituras (Sharrock, Coliva, Williams), no entanto, nela há poucos elementos que permitam distinções entre tipos de proposições dobradiças. Nesse sentido, o presente trabalho investiga a possibilidade de distinções entre tipos de certezas fulcrais. Para tanto, assume-se os seguintes critérios para defender tal distinção: (i) repulsa e estranheza à dúvida, (ii) fixação de imagem de mundo (informando crenças e ações) e (iii) resistência normativa. Reconhece-se, então, que podem existir diferenças em as articulações das *hinges*. Estas estão na periferia das dobradiças e fixam as *hinges*. Como consequência, algumas permanecem inabalavelmente firmes e outras mais suscetíveis à alteração (§144). A imagem fornecida é que as articulações que fixam as dobradiças podem indicar que algumas portas abrem com maior facilidade, outras emperram e algumas sequer podem ser abertas. Desse modo, argumento que, se é o caso que *hinges* sejam todas de um mesmo tipo, não é possível estabelecer distinções entre elas. Mas não é o caso que não seja possível estabelecer distinções entre *hinges*. Portanto, *hinges* não são todas de um mesmo tipo. A distinção entre *hinges* tem o objetivo de fomentar um aporte teórico para pensar proposições dobradiças na política. Apesar de pouco explorado, o *Sobre a Certeza* fornece recursos que iluminam o debate político. Esse é o caso, por exemplo, em discussões e disputas em torno de crenças fundamentais sobre mudanças climáticas, formato da terra e repercussões em *fake news*. Assim sendo, se é possível realizar distinções entre proposições fulcrais, então, defendo que é possível estabelecer critérios para identificar proposições fulcrais com aceitação política. É possível realizar distinções entre proposições fulcrais. Portanto, é possível falar de *hinges* políticas. O objetivo dessa abordagem é servir de base para avançar em outros problemas filosóficos como nos casos de dissensos e debates epistemológicos.

Uma leitura do *exemplo da criança em afogamento* de Karl Popper sob o prisma da definição de Rudolf Carnap de *impossibilidade*

Marcus César Ferreira Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A comunicação que se propõe busca analisar um elemento do papel que o *exemplo da criança em afogamento* possui nas considerações de Karl Popper sobre o valor cognitivo da psicanálise. Recordemos: Popper postula uma situação onde um homem atira uma criança à água para que se afogue, enquanto outro arrisca a sua vida para salvar a criança; o ponto, segundo o autor, é que a psicanálise freudiana ofereceria explicações para ambas as situações. A persistência do exemplo na obra popperiana, se apresentando em ao menos três diferentes textos (*Science: Conjectures and refutations*, 1969; *Replies to my critics*, 1974; *Realism and the aim of science*, 1983), nos afigura como indicativo de sua relevância para as considerações de Popper sobre a psicanálise, tornando-se fundamental uma análise mais profunda e detida se pretendemos nos debruçar sobre esse aspecto de sua crítica. Embora a posição de Popper sobre a psicanálise seja nítida e explícita (ela não faz parte das ciências empíricas), o caso colocado pelo exemplo não compartilha das mesmas virtudes. Apoiados em uma reconstrução da hierarquia de critérios de testagem de uma teoria, apresentada por Popper em *The logic of scientific discovery* (1959), oferecemos uma hipótese interpretativa do papel atribuído por Popper ao exemplo, a de que este evidencia que a psicanálise freudiana oferece explicação para eventos contraditórios, e buscaremos analisar as consequências dessa hipótese a partir da noção de impossibilidade colocada por Rudolf Carnap em seu *Philosophy and logical syntax* (1935).

Palavras-chave: Ciência empírica; Demarcação; Karl Popper; Psicanálise; Rudolf Carnap.

Considerações sobre a racionalidade em Carnap: uma defesa pragmática

Miguel Ângelo Oliveira Martins
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Frequentemente, a racionalidade em Carnap é retratada como empobrecida, incompleta ou até inexistente. Este estudo propõe uma análise da viabilidade de uma concepção de racionalidade no pensamento de Carnap. Embora seja comumente rejeitado como uma visão globalmente coerente de racionalidade, argumentamos que o princípio da tolerância não é completamente descartado como critério de racionalidade nas obras maduras de Carnap (1950a, 1950b, 1955, 1974). Esse princípio, que concede a todos a liberdade de desenvolver suas próprias lógicas ou linguagens, pode parecer inicialmente insuficiente, devido à falta de critérios claros para a escolha entre diferentes *frameworks* linguísticos. No entanto, ao avaliar esse princípio em conjunto com as teses de Carnap após a década de 1950, defendemos ser possível sustentar uma forma de racionalidade carnapiana baseada em uma dialética entre uma pragmática pura e uma pragmática descritiva, conforme definidas por Carus (2014). Para tanto, examinamos três possíveis objeções à racionalidade em Carnap: (1) a indução, o a priori e as “intuições”; (2) a racionalidade instrumental; e (3) o quebra-cabeça de Steinberger. Argumentaremos que a abordagem de Carnap à racionalidade resiste a essas objeções e oferece uma visão flexível e tolerante da racionalidade.

Palavras-chave: Carnap; Racionalidade; Princípio de tolerância; Quebra-cabeça de Steinberger.

Referências

- CARNAP, R. (1950a). Empiricism, Semantics and Ontology. *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 4, n. 11, p. 20-40.
- CARNAP, R. (1950b). **Logical foundations of probability**. Chicago: Chicago University of Chicago Press.
- CARNAP, R. (1955). Meaning and synonymy in natural languages. *Philosophical Studies* vol. 6, n. 3., p. 33 - 47.
- CARNAP, R. (1974). **An introduction to the philosophy of science**. New York: Basic Books.
- CARUS, A. (2017). Carnapian rationality. *Synthese*, vol. 194, n. 1, p. 163-184.

¿Confirmación-evidencia? y/o ¿aceptación-valores? en el establecimiento de las hipótesis o teorías científicas. Breve análisis de un problema abierto

Milagros Maribel Barroso Rojo
Universidad Alberto Hurtado

La idea de que la aceptación de las hipótesis o teorías científicas depende menos de la creencia en su verdad (parcial o aproximada) o probabilidad, que de su uso y función de acuerdo con determinados fines o propósitos científicos (McMucllin 2008; Worrall 2017; entre otros) ha ido ganando consenso dentro de la comunidad filosófica.

Lo anterior ha llevado a algunos filósofos a considerar que la mejor manera de aproximarse a la complejidad que subyace a la aceptación de las hipótesis o teorías científicas en la práctica es separar, por un lado, su fiabilidad, i.e., la creencia en su verdad (aproximada o parcial) y por el otro, su valor epistémico con respecto a ciertos propósitos o desideratas. Otros, por el contrario, han mostrado que los criterios y estrategias para la evaluación semántica y pragmática de las hipótesis o teorías, no solo se encuentran interesantemente relacionadas, sino que son, hasta cierto punto, inseparables. Inseparables como un enredo. En *The Tangle of Science* (2022), Cartwright et al., han otorgado a las teorías un rol relevante a la par del que desempeñan otros productos científicos como los modelos, los conceptos, las medidas, los estudios y experimentos, los datos, los métodos de inferencia, etcétera. Tales productos se evalúan según su desempeño en las tareas para las cuales fueron creados: “*We argue that each of this different kinds of scientific products is more likely to be reliable when backed by the ‘right kind’ of network of other scientific creations, which we are calling a ‘virtuous tangle’*” (Cartwright et al. 2022, p. 131). Luego, un “enredo virtuoso” es básicamente un síntoma de buena ciencia. El debate sobre los factores que en la práctica intervienen en el establecimiento de las hipótesis o teorías científicas -y en tanto, del rol epistémico y/o axiológico que desempeñan las díadas: confirmación/evidencia y aceptación/valores-, continúa abierto.

En la presente comunicación se analizan dos asuntos 1. los valores epistémicos, en tanto cualidades deseables de las hipótesis o teorías, 2. el papel de los valores epistémicos en (a) la producción de evidencia y (b) la aceptación de las hipótesis o teorías científicas, con el fin de mostrar que los valores epistémicos son, además, guías para la acción científica, i.e., valores metodológicos, y en tanto, pragmáticos. Si esto es así, parece que entonces no haber mayor diferencia entre valores como adecuación empírica,

simplicidad, coherencia, entre otros, y valores como el compromiso con los resultados de la investigación, pluralismo, honestidad, entre otros.

Palabras clave: Value free-ideal; Value-ladenness; Valores epistémicos; Valores metodológicos; Práctica científica.

Referencias

- Cartwright, N. (1983). **How the Laws of Physics Lie**. New York: Oxford University Press.
- Cartwright, N. (1999). **The Dappled World: A Study of the Boundaries of Science**. Cambridge University Press.
- Cartwright, N., Hardie, J., Montushi, E, Soleiman, M., y Thresher, A. (2022). **The Tangle of Science. Reliability Beyond Method, Rigour, and Objectivity**. UK: Oxford University Express.
- Cartwright, N., Shomar, T., y Suárez, M. (1995). The Tool Box of Science: Tools for the Building of Models with a Superconductivity Example. En: **Theories and Models in Scientific Processes**, de W.E. Herfel, W. Krajewski, I. Niiniluoto y R. Wojcicki, 137-149. Rodopi.
- McMullin, E. (2008). The Virtues of a Good Theory. En: **The Routledge Companion to Philosophy of Science**, de Curd Martin y Stathis Psillos , 498-508. New York: Routledge.
- Worrall, J. (2017). Pragmatic Factors in Theory Acceptance. En: **A Companion to the Philosophy of Science**, de W.H. Newton-Smith. Wiley.

Entre o *a priori* e a não-metafísica: propostas simbióticos em metafísica da ciência

Paola C. F. Villa
Universidade Federal de Santa Catarina

“Como a metafísica é possível?” é a pergunta que caracteriza o debate mais recente em metafísica da ciência. O problema sobre a aquisição de conhecimento metafísico e sua justificação recebeu nas duas últimas décadas dois tipos de resposta: de acordo com o primeiro deles, o estudo da estrutura fundamental da realidade sob a forma do raciocínio *a priori* possui prioridade epistêmica e metodológica em relação às ciências, tornando-se por isso não apenas possível como também necessário; por outro lado, a metodologia *a priori* foi apontada como uma fraqueza da metafísica, superável apenas a partir de uma certa e rigorosa relação de continuidade entre metafísica e ciência, na qual esta última teria prioridade epistêmica e metodológica. Após um sobrevoo pelos extremos metodológicos desse espectro – quais sejam, a metafísica analítica tradicional e a metafísica naturalizada –, gostaria de me deter nas alternativas que residem entre eles. Cada uma a seu modo, tais alternativas propõem uma relação simbiótica para a ciência e a metafísica, caracterizando supostas formas de relação produtiva e harmônica entre elas. Como resultado, avalio os formatos simbióticos e se eles produzem, como gostaríamos, alguma forma de esclarecimento metafísico para as teorias científicas. Defendo, por fim, que a pergunta sobre a possibilidade de aquisição de conhecimento metafísico só poderá ser respondida a partir de uma requalificação de seus termos.

Palavras-chave: metafísica da ciência; metafísica analítica; naturalização; *a priori*; metametafísica.

Modelos científicos como ferramentas tecnocientíficas para representar e intervir?

Paulo Emmanuel Dellazari Fernandes
Universidade Federal de Santa Catarina

Modelos científicos como ferramentas tecnocientíficas para representar e intervir? Em seu livro *Representar e Intervir*, Ian Hacking caracteriza a investigação científica como tendo duas etapas principais. A primeira etapa tem como objetivo criar representações públicas sobre os objetos de conhecimento científico, a segunda pretende realizar o que o autor chama de criação de fenômenos. Estes dois conceitos possuem características incomuns e contraintuitivas na visão de Hacking, as representações públicas não precisam ser necessariamente verdadeiras mas sim úteis para propormos alterações no mundo. Já a criação de fenômenos se refere ao fato de que os fenômenos científicos não acontecem de maneira espontânea e frequente no mundo natural, eles necessitam de uma série de aparatos tecnológicos para que possam ser reproduzidos, medidos e controlados. Por esse motivo, esta descrição de como funciona a investigação científica não se encaixa na visão tradicional de ciência, que geralmente envolve a busca pela verdade e a descoberta de fenômenos dados. Esta comunicação apresentará a hipótese de que esta caracterização da investigação científica feita por Hacking é uma descrição do que uma década depois do lançamento de seu livro foi chamado por Ramón Queraltó de tecnociência. Compreendemos a tecnociência como a investigação em que tecnologia e ciência trabalham de maneira emaranhada, ou seja, a tecnologia é mais que um mero instrumento da investigação, ela funciona como um mediador epistêmico na relação entre o cientista e o objeto de estudo. Isso também significa que os artefatos tecnológicos condicionam a investigação, enquanto a pesquisa científica tem como objetivo criar e aprimorar artefatos tecnológicos. Entendendo a investigação como tecnocientífica, temos que considerar algumas consequências, a primeira delas é de que não há um ranqueamento entre os objetivos teóricos e pragmáticos da investigação, a descoberta da verdade promovida pela teoria se torna equivalente ao que podemos fazer com ela. Como uma segunda consequência temos uma mudança mais radical sobre as exigências para caracterizar a verdade sobre uma entidade inobservável dentro de uma teoria científica, os requisitos deixam de ser a descrição exata de quais são as características do objeto e passam a ser o que conseguimos fazer com o objeto. Dentro deste contexto, argumentaremos que os modelos científicos parecem ser a ferramenta ideal para representar e intervir, e para que este objetivo seja exitoso é necessário que os modelos

atuem como uma ferramenta mediadora e que incorporem algumas das características tecnocientíficas no âmago da sua constituição.

Distinção entre conhecer e aprender: um diálogo com Platão

Rafael Cavalcanti de Souza
Universidade Estadual de Campinas

Apresento a distinção entre aprender e conhecer presente no Mênon de Platão e o papel da percepção ao aprendizado e porque podemos dizer que o conhecimento racional é independente da percepção apesar de depender da percepção ao processo de aprendizado. Por 'conhecimento racional' me refiro a uma habilidade de explicar a solução de um problema que pode ser generalizado a partir de um (i) princípio explanatório e (ii) uma relação de razão matemática. Por fim, trago reflexões sobre como leitura não ingênuas de história da filosofia podem ser relevantes aos debates filosóficos. Por 'leitura ingênua' me refiro às leituras que descontextualizam teses dos problemas filosóficos em estão inseridos e fazem espantalhos das teses filosóficas, por exemplo, pelo fato de Platão negar que o conhecimento científico se identificar com a percepção, ser inferido que processos perceptivos não possuírem nenhuma função epistêmica na justificação de crenças.

Palavras-chave: conhecimento, aprendizado, percepção, razão, história da filosofia.

A Dimensão Tácita do Conhecimento Pessoal em Michael Polanyi

Ronaldo Barboza de Vasconcelos
Universidade Católica de Pernambuco

Esta comunicação visa tratar do conceito preconizado por Michael Polanyi, um filósofo de destaque do século XX, amplamente reconhecido por sua proposta inovadora que destaca a "dimensão tácita" no âmbito do conhecimento pessoal. Esta dimensão tácita, um conceito fundamental em sua obra, aponta para a compreensão de que há aspectos do conhecimento e da habilidade que não podem ser completamente articulados por meio de palavras ou símbolos, mas são integralmente conhecidos por indivíduos através de sua prática e experiência. Polanyi argumenta que esse conhecimento tácito é essencial para o entendimento completo de qualquer disciplina ou habilidade, sublinhando que o conhecimento científico e técnico, embora frequentemente expresso em termos explícitos e formais, depende fortemente dessa base tácita e inarticulável.

Polanyi, inicialmente formado e pesquisador como químico, fez contribuições substanciais nas ciências antes de virar sua atenção para a filosofia e a epistemologia, aprofundando-se na crítica ao positivismo lógico e ao empirismo, que dominavam o pensamento filosófico sobre a ciência em sua época. Ele argumentava contra a visão reducionista de que todo conhecimento poderia ser completamente expresso em proposições verificáveis empiricamente, defendendo, ao invés disso, a noção de que a descoberta científica envolve um ato pessoal de insight que não pode ser totalmente explicado ou justificado por processos lógicos ou empíricos convencionais.

A ideia de conhecimento tácito sugere que o aprendizado e a compreensão não derivam apenas da transmissão de informações explícitas, mas também de um processo subjetivo e muitas vezes inconsciente, no qual o conhecimento é internalizado por meio da experiência direta e da prática. Este processo envolve a habilidade de reconhecer padrões, significados e contextos sem necessariamente ser capaz de articulá-los de forma explícita. Polanyi ilustra isso através da metáfora da habilidade de andar de bicicleta - um processo que, embora possa ser entendido e explicado até certo ponto em termos mecânicos e físicos, depende em grande parte de habilidades e sensações que o ciclista conhece intimamente, mas não pode plenamente explicar ou ensinar apenas por instruções verbais.

Além disso, Polanyi enfatiza a importância do compromisso pessoal e da paixão na busca pelo conhecimento, argumentando que o envolvimento pessoal e a convicção são essenciais para a realização científica e intelectual. Ele introduz o conceito de "conhecimento fiduciário" para descrever a maneira pela qual os indivíduos depositam fé

em certas crenças e pressupostos que não podem ser inteiramente justificados pela lógica ou evidência empírica sozinhos.

No coração da filosofia de Polanyi está a convicção de que a verdadeira compreensão emerge da integração de experiências tácitas e explícitas, destacando a complexidade da aprendizagem humana e do processo de descoberta. Seu trabalho oferece uma perspectiva profunda não apenas sobre a natureza do conhecimento científico, mas também sobre a compreensão humana em um sentido mais amplo, enfatizando a importância da dimensão pessoal e subjetiva no processo de conhecer e aprender.

O escopo do eliminativismo racial

Rogério Saucedo Corrêa
Universidade Federal de Pernambuco

No debate contemporâneo em metafísica da raça posições que afirmam a existência de raças são denominadas realistas, enquanto as que negam são eliminativistas. As posições realistas são biológicas ou não biológicas. Se uma concepção é realista não biológica, então ela é um construtivismo racial. Por sua vez, se é uma concepção realista biológica, então ou é essencialista ou é populacional. Uma concepção é essencialista, se ela considera a raça como uma propriedade que caracteriza um indivíduo de modo necessário. Uma concepção é populacional, se ela sustenta que ser de uma raça é pertencer a uma população. Raça geográfica, raça ecológica e cladística são concepções populacionais. De acordo com o eliminativismo, os termos raciais são vácuos, pois eles não referem nada no mundo. O fato de não existirem os referentes dos termos raciais é comprovado pelas pesquisas em genética evolutiva dos anos setenta. Estas demonstram que não existem raças enquanto propriedades genéticas. Isso significa que não existem raças genéticas como propriedades essenciais das populações humanas. Se isso está correto, então o escopo do eliminativismo é a raça genética. Portanto, uma concepção essencialista. Isso está correto. Portanto, o escopo do eliminativismo é a raça genética. Consequentemente, raças populacionais escapam do escopo do argumento eliminativista.

Palavras-chave: raça; eliminativismo; genética.

Weak Emergentism is just too Weak

Vincenzo Ciccarelli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

In a list of seminal works on contemporary emergentism (Bedau 1997, 2002, 2011), Mark Bedau proposes a new notion of metaphysical emergence – which he calls ‘weak emergence’ – according to which a macrostate X of a system S is weakly emergent iff X may be derived from the microdynamics D of S only by simulation. To my understanding weak emergence is aimed at capturing the fact that certain macro-features of a system cannot be derived directly from its characteristic equations, yet must emerge from its history (even if approximated by numerical simulations); in this sense we say that a system endowed with emergent properties shall be regarded as “intrinsically historical”. The main theoretical advantage of the notion of weak emergence is that it clarifies the difference between emergent and merely resultant macro-features using the notion of ‘derivable only by simulation’ as a discriminant. Clearly, Bedau’s main worry is that the notion of weak emergence is neither epistemic nor linguistic (Bedau 2008), yet it must be an objective feature of physical systems or at least of their sufficiently faithful models. In this talk I will briefly expose an argument to the effect that the notion of weak emergence is dependent upon the linguistic resources of the mathematical language used to express the characteristic equations of the microdynamics of a given system. I will firstly argue that for a property P to be derivable only by simulation is equivalent to its inexpressibility through an analytic solution of the characteristic equations. Secondly, I will argue that the notion of analytic solution is highly contextual (Chow, 1999), depends upon the adopted mathematical language and upon a variety of criteria adopted by the mathematical community (Borwein & Crandall, 2013). Finally, I will draw the conclusion that the notion of derivability only by simulation – i.e. of weak emergence – is strictly dependent upon the “linguistic framework” at hand, and thus is both anthropocentric and non-metaphysical.

References

- Bedau, Mark A. (1997). Weak emergence. *Philosophical Perspectives* 11:375-399.
Bedau, Mark A. (2002). Downward causation and the autonomy of weak emergence. *Principia* 6 (1):5-50.
Bedau, Mark A. (2008). Is weak emergence just in the mind? *Minds and Machines*, 18 (4):443-459.

Bedau, Mark (2011). Weak emergence and computer simulation. In: Paul Humphreys & Cyrille Imbert (eds.), **Models, Simulations, and Representations**. Routledge. Borwein, Jonathan M. and Crandall, Richard E. (2013). Closed Forms: What They Are and Why We Care, *Notices of the American Mathematical Society*, 60 (1): 50–65
Chow, Timothy Y. (1999). What is a Closed-Form Number?, *American Mathematical Monthly*, 106 (5): 440–448

3.2 Estética Analítica **Analytical Aesthetics**

Espaço tonal, significado e valor: apontamentos para uma estética filosófica das vanguardas musicais pós-tonais

Ed Ney Gonçalves Braga

Danto e Wittgenstein: Uma análise do significado na arte conceitual

Leonildo Galdino

Can artificial agents be authors?

João Vitor Schmidt

A Social Ontology of Art

Rodrigo Gouveia

Espaço tonal, significado e valor: apontamentos para uma estética filosófica das vanguardas musicais pós-tonais

Ed Ney Gonçalves Braga
Universidade Federal do Ceará

Filósofos analíticos costumam abordar questões em filosofia da música com base em exemplos paradigmáticos da tradição tonal do Ocidente, em prol da generalidade de suas teorias. No entanto, esse ganho em generalidade pode resultar na perda da especificidade necessária para lidar com as inovações do campo, cujas implicações filosóficas nem sempre são exploradas a fundo pela tradição analítica. Um caso interessante desse tipo de inovação é o das vanguardas pós-tonais, cujos exemplos principais são o serialismo e o *free jazz*. O serialismo (ou dodecafonismo serial), surgido na tradição erudita na primeira metade do séc. XX, foi sistematizado especialmente pela Segunda Escola de Viena (Arnold Schoenberg, Alban Berg e Anton Von Webern), e buscava criar música eliminando nela a sugestão hierárquica de um centro tonal. Para isso, esses compositores tratavam as doze notas da escala cromática com igual importância, e contruíam um senso de estrutura musical a partir de organizações arbitrárias das doze notas, as chamadas “séries”, que eram em seguida submetidas a processos constantes de transformação formal. Por sua vez, o *free jazz*, surgido a partir dos anos 60 no contexto do jazz americano (em nomes como Ornette Coleman, Cecil Taylor e John Coltrane), buscava algo semelhante por outra via: libertar as improvisações baseadas em progressões harmônicas, típicas do *hard bop* dos anos 50, e substituí-las por um experimentalismo intuitivo radical. No *free jazz* a estrutura musical é volátil, fortemente improvisada, e está em mutação constante. As críticas às vanguardas pós-tonais não foram poucas: alguns, tanto leigos quanto eruditos, descreveram o resultado como caótico, barulhento, feio e incompreensível. Apesar dessas vanguardas, com o tempo, conseguirem seu espaço legítimo no repertório musical, esses juízos negativos de valor encontraram eco em alguns filósofos da arte, como Diana Raffman e Roger Scruton, que atacaram especialmente a música serial como uma espécie de fraude artística, e, no caso de Raffman, chegaram à acusação definitiva de que ela sequer é música. Do lado oposto do debate, nomes como Walter Horn e Lantz F. Miller defenderam a pós-tonalidade, com Horn enxergando o valor das obras nas experiências que elas fornecem ao expectador, e Miller se limitando a criticar os argumentos de Raffman e Scruton, deixando para os estudos cognitivos da música a tarefa de esclarecer o funcionamento estético dessas vanguardas. O objetivo desta apresentação é seguir

algumas diretrizes de Horn, Miller e outros, e traçar alguns apontamentos rumo a uma estética filosófica das vanguardas pós-tonais, especialmente a partir dos conceitos de espaço tonal, significado musical, e valor artístico, no modo segundo o qual músicos e teóricos dessas vanguardas os reconceberam para seus próprios fins. A preocupação em pauta é dar conta tanto das transformações formais rigorosas do serialismo, quanto das improvisações intuitivas do *free jazz*, mostrando que a investigação filosófica dessas inovações pode ser tão produtiva para uma estética analítica da música quanto o foco em exemplos paradigmáticos da tradição tonal do Ocidente.

Palavras-chave: Filosofia da música; Vanguardas musicais; Espaço tonal; Significado musical; Valor artístico.

Danto e Wittgenstein: Uma análise do significado na arte conceitual

Leonildo Galdino
Universidade Federal de Pernambuco

Arthur Danto (1981) desenvolve sua concepção teórica da arte mostrando que a arte contemporânea, surgida nos anos de 1960, apresenta novos problemas no campo da filosofia da arte. Tais problemas concernem ao caráter conceitual dos objetos artísticos, que é determinante para garantir o status de obra de arte naquilo que Danto veio a chamar de mundo da arte. Para Danto, o que permite a distinção entre obras de arte e objetos ordinários é a incorporação de conceitos que permitem aos objetos do mundo comum serem transfigurados como obras de arte, isto é, os objetos ordinários são ressignificados e legitimados com o status de obras que se estabelecem como possibilidade de significar situações da realidade. O mesmo Danto, no entanto, chega a defender que, apesar de o caráter conceitual ser o que determina a legitimação das obras de arte, existiria uma relação de dependência do significado entre a materialidade da obra e o caráter conceitual que determina a transfiguração. Considerando a abordagem da arte na filosofia de Danto, proporei um diálogo com a noção wittgensteiniana de significado tentando mostrar a possibilidade de uma análise da arte conceitual a partir da qual pode-se pensar o “objeto” artístico independente da dimensão de sua materialidade. A proposta em questão parte da noção wittgensteiniana, das Investigações Filosóficas (1953), de que o significado na linguagem se dá a partir de redes de conexões dos usos que fazemos das expressões da linguagem. Tais conexões, mediadas por regras sociais dos usos da linguagem, nos permitem compreender que o significado se dá por relações de uso e não por atributos das formas ou por ostensão material. Tomando o pensamento de Wittgenstein como possibilidade de se pensar a arte contemporânea, a proposta do diálogo com o pensamento de Danto, tem como objetivo analisar diversos casos da arte conceitual e pensá-los como possibilidade de que o significado das obras de arte pode também se estabelecer de maneira independente de sua materialidade.

Palavras-chave: arte; arte conceitual; linguagem; significado.

Can artificial agents be authors?

João Vitor Schmidt
Universidade de Brasília

In recent years, Generative Artificial Intelligence systems (GAI) have become vastly popular with text-to-text, text-to-image, and text-to-video systems such as ChatGPT, Midjourney, Dall-E, and SORA. These GAI systems are incredibly close to the human level of linguistic and artistic excellence and defy our conception of artworks as uniquely human products, having serious ethical consequences from educational misuse to copyright infringements, resulting in *an authorship problem*, i.e., whether artificial systems can be regarded as genuine authors of their products. The possibility of artificial agents being subjects of autonomous speech or creative production of artworks depends on their capacity for genuine agency. Although opinions may diverge on whether artificial agents have relevant agency, in 2023 the copyright guidelines issued by the U.S. Copyright Office ruled that only products of human creativity are copyrightable and that the term “author” excludes non-human agents by default.

In this talk, I aim to provide an answer to the question of whether artificial agents can be authors. The argument runs as follows. Restricting the discussion to artistic cases, I first discuss some recent theories of artistic authorship to then propose an *institutional definition of authorship*. The definition is based on the theoretical landscape of John Searle's theory of Speech Acts and Social Institutions. To apply this definition to artistic cases, I assume the Institutional Theory of Art advanced by Catharine Abell and others. Generally, institutional authorship is considered the product of an agent's declarative acts in the context of relevant institutions that grant the agent's deontic powers for performing such acts. These acts depend on sincerity conditions encompassing intentional states, which bind the product with an agent (the artwork with its corresponding author). Finally, this definition is applied to artificial agents, particularly GAI systems. My conclusion is that current GAI systems cannot satisfy the definition and, therefore, cannot be authors. At the same time, the institutional definition of authorship leaves open the route for using the GAI system's outputs in artists' own works, as similar cases were already accepted within the art world.

Palavras-chave: authorship; artificial agents; theory of institutions; artworks.

A Social Ontology of Art

Rodrigo Gouveia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

The statement that works of art are cultural or social objects or events is not uncommon. It is not clear, however, what it means, since there are several ways to make sense of it. In *Work and Object: Explorations in the Metaphysics of Art* (2010), Peter Lamarque defends the view that works of art are social objects or events in the sense that they ontologically depend on aspects of that domain, more specifically they depend on shared beliefs and practices. Lamarque acknowledges the apparent significance of social ontology for understanding the nature of art. He suggests that John Searle's notions of collective intentionality and constitutive rules would be useful in clarifying his positions on the metaphysics of art and claims that works of art "share common features with other institutional objects or facts" (p. 69). I intend to analyze the alleged ontological dependence of works of art on cultural and social aspects with the help of other concepts. The most important is the concept of the common ground of a work of art. It is inspired by Robert Stalnaker's characterization of discursive context as a common ground of shared propositional attitudes (2014, 1999 [1978]). I claim that an artwork's possession of essential aesthetic and artistic properties stems from an established common ground amongst qualified observers. Qualified observers have common beliefs that relate to a work either singularly or generally. The singular or general character of the relation varies with the kind of aesthetic or artistic proposition whose acceptance stands at the basis of a common belief. Singular aesthetic or artistic propositions attribute or deny aesthetics or artistic properties to individual works. General aesthetic or artistic propositions relate aesthetic or artistic properties with each other or with other kinds of properties. It is important to notice that some of them present conditions for the occurrence of aesthetic or artistic properties. The collection of the common beliefs of qualified observers that are relative to a work of art constitutes the common ground of that work. To clarify the thesis that the common ground of a work amongst qualified observers determines the work's possession of essential properties I will have to answer two questions: Who are the qualified observers of a work of art? What makes an aesthetic or artistic proposition true? The most natural answer to the first question is that it varies with the kind of work. Regarding the second question, my view is that common beliefs amongst qualified observers make true aesthetic or artistic propositions. The last part of the talk attempts to show how both answers contribute to a very general account of the nature of works of art that does not ignore the extraordinary diversity of these objects and events.

3.3 Ética Analítica **Analytical Ethics**

A crítica de Elizabeth Anscombe e Alasdair Macintyre à filosofia moral moderna
Antonio Afonso Ribeiro Neto

É POSSÍVEL UMA MORAL OBJETIVA EM SEARLE?
Daniel Pires Nunes

Diamantes são os melhores amigos do agente moral
Eduardo Vicentini de Medeiros

Atributivismo: metaética e semântica formal em conexão
João Grau Brigagão Cury

A peculiar autoridade da moral: um panorama do debate entre teóricos do erro e naturalistas morais
João Pedro Blanco Masso

Sobre a possibilidade de “normas fulcrais” no direito positivo
Juliele Maria Sievers

Uma defesa do raciocínio jurídico consequencialista: avaliando o impacto da aplicação de regras
Nauany Tamaio de Souza Oliveira

Modest Normative Constructivism
Rafael Graebin Vogelmann

A crítica de Elizabeth Anscombe e Alasdair Macintyre à filosofia moral moderna

Antonio Afonso Ribeiro Neto
Universidade Estadual de Londrina

Este trabalho assume como ponto de partida uma das temáticas mais correntes dos debates atuais em metaética – principalmente no campo da filosofia analítica - a insatisfação com o atual estado das teorias morais, em particular com aquelas que compõem o cerne do que Alasdair Macintyre (1984) chama de “projeto moderno da justificação da moralidade”, isto é, as hipóteses de justificação da moralidade representadas principalmente pelo utilitarismo, o contratualismo e a deontologia, em suas diversas modalidades. Filósofos como Elizabeth Anscombe e Alasdair Macintyre apontam para uma análise pré-moderna dos fundamentos da ética, e em principal, um tipo de ética que não recaia nos impasses – que Macintyre classifica como “intermináveis” - destes projetos de justificação da moralidade modernos, voltando-se para uma tradição de investigação intelectual de inspiração escolástico-aristotélica – em outras palavras, um retorno a um fundamento eudaimonista da ação moral. Neste trabalho, pretendo analisar a crítica realizada por Elizabeth Anscombe e Alasdair Macintyre dos fundamentos das teorias morais modernas em dois pontos respectivos: o uso da linguagem legalista em moralidade, feita por Anscombe, e a tendência emotivista dos debates morais contemporâneos, realizada por Alasdair Macintyre. .

Palavras-chave: filosofia moral moderna, legalismo, emotivismo

É POSSÍVEL UMA MORAL OBJETIVA EM SEARLE?

Daniel Pires Nunes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Com esta pesquisa, avaliamos se o naturalismo biológico de John Searle oferece bases consistentes para uma moral objetiva. Para isso, primeiramente avaliamos porque o realismo externo é uma condição de possibilidade para um realismo moral. Nesse sentido, examinamos como John Searle defende que o antirrealismo é irracional. Posteriormente, abordamos a teoria da ação searleana, sobretudo a explicação de como se dá a ação racional, conforme ele. Na sequência, examinamos se a objetividade da moral pode ser obtida do arcabouço filosófico de John Searle, à medida que o ato linguístico de predicar é prioritário em relação aos termos universais. Defendemos que os predicados valorativos tendem a tornar-se mais aperfeiçoados ao utilizarmos a fórmula das regras constitutivas no campo da moral, de forma a, cada vez mais, incluir outros seres humanos, de maneira equitativa, diminuindo, racionalmente – e através da intencionalidade coletiva –, os desacordos morais entre grupos e indivíduos, o que implica o reconhecimento racional dos Direitos Humanos Universais. Diante disso, defendemos que ações e valores de grupos particulares podem ser respeitados desde que respeitem o contrato geral, constituído pela intencionalidade coletiva, por meio do reconhecimento racional. Argumentamos que, como característica da intencionalidade, a racionalidade não existe sem vida, e, por isso, esta possui valor intrínseco. Deduzimos que a objetividade da moral pode ser obtida do arcabouço filosófico de John Searle, à medida que, na aplicação reiterada das regras constitutivas, os predicados valorativos tendem a tornar-se mais aperfeiçoados, com a inclusão equitativa da totalidade de seres humanos, como sujeitos de direitos e obrigações, na atribuição de função de *status* de seres humanos. Isso diminui racionalmente e por meio da intencionalidade coletiva os desacordos morais entre grupos e indivíduos. A condição de possibilidade da moral, nesse sentido, é a própria linguagem como instituição social de base. A linguagem, como delimitador lógico, e o altruísmo, como requisito lógico para o que é o certo e o errado, seriam os generalizadores da aplicação dos termos morais. Assim, não só a dimensão da racionalidade, mas todas as demais dimensões que potencialmente compõem o eu e o outro devem ser consideradas altruisticamente em uma ação propriamente boa. Portanto, pragmaticamente, as ações do agente, por não existirem fora de contexto, devem também considerar que os demais – como indivíduos e como coletividade – também se desenvolvam de tal forma que possam dar a si mesmos os próprios fins. Enfim, a partir da tese de Searle de como é possível uma realidade social e de fatos sociais e institucionais, concluímos que há como derivar

uma moral objetiva.

Palavras-chave: Naturalismo ético. Objetividade da moral. John Searle. Racionalidade. Ontologia social.

Diamantes são os melhores amigos do agente moral

Eduardo Vicentini de Medeiros
Universidade Federal de Santa Maria

A compreensão adequada do funcionamento do pensamento futuro episódico e do pensamento contrafactual é parte fundamental para a explicação dos mecanismos de cognição moral e, portanto, parte essencial para a explicação da agência moral em animais humanos. Seja na direção do futuro, seja na direção do passado, o processamento de cenários possíveis de cursos de ação é parte integral da nossa agência com base em valores e preferências. Considerando este pano de fundo integrativo, faremos uma aproximação programática entre aspectos centrais da teoria disposicional do valor (Lewis, 1989) e resultados experimentais sobre a inter-relação entre cognição moral e cognição modal (Phillips J., Luguri J., Knobe, J. 2015; Phillips, J. & Knobe, J. F., 2018).

Referências

- Lewis, David. (1989). Dispositional Theories of Value. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volumes, Vol. 63, pp.113-137.
- Phillips J., Luguri J., Knobe, J. (2015) Unifying morality's influence on non-moral judgments: The relevance of alternative possibilities. *Cognition* 145:30–42.
- Phillips, J, Knobe, J. (2018) The psychological representation of modality. *Mind Lang.*; 1–30.

Atributivismo: metaética e semântica formal em conexão

João Grau Brigagão Cury
Universidade de Brasília

Compreender a linguagem moral é decerto condição necessária para aqueles que buscam rigor e clareza em seu compromisso com a verdade. No âmbito da filosofia analítica, a metaética investiga a essencial tarefa de compreender o significado dos conceitos morais. Essa diligência é palco de controvérsias, especialmente após a publicação de *Principia Ethica* de G. E. Moore. Essa obra é considerada o marco inicial da metaética analítica, levando essa disciplina a se desenvolver e ao florescimento de debates que tanto apoiam quanto criticam Moore. Nesse contexto, a chamada ‘reabilitação da ética de virtudes’ é um movimento cujas teses entram em choque com as de Moore. A questão se inicia com a metaética de G. E. Moore e o conceito de “bom”, o qual Moore considera como primitivo, e, por isso, simples, indefinível e não-analisável. Para Moore “bom” é o termo mais importante da ética e por isso deve ser investigado preliminarmente. Essa tese gira em torno do ‘argumento da questão aberta’ o qual propõe um método para avaliar definições, concluindo que “bom” jamais poderia ser definido dada sua natureza, ou seja, ele é indefinível. O ‘argumento da questão aberta’ trata-se, portanto, de um expediente que demonstra a ‘falácia naturalista’ de Moore, falácia a qual aponta um grave erro sobre o conceito de “bom” para a ética. De todo modo, após a década de 1950, um movimento conhecido como ‘a grande expansão’, mais especificamente a ‘reabilitação da ética de virtudes’ advinda do neoaristotelismo, promoveu uma metaética contrastante com as visões de Moore e de outras escolas. Em resposta às limitações percebidas na teoria de Moore, um dos responsáveis pelo neoaristotelismo, Peter Geach, propôs a tese conhecida por atributivismo. O atributivismo diz respeito aos diferentes comportamentos e a transportabilidade do termo “bom”, tese essa que vai na contramão da proposta de univocidade presente em Moore. As consequências da tese de Geach atuam diretamente na distinção fato e valor que a falácia naturalista de Moore acarreta. Geach empunha uma visão lógico-semântica sobre o termo “bom” na discussão metaética. Nesse sentido, há um alinhamento entre o atributivismo e semântica formal a respeito do adjetivo “bom” no que concerne tanto a questão do significado quanto da ética. Essa análise sublinha a importância de uma abordagem holística da ética, que integre tanto a fundamentação e reflexão teórica da metaética até os posicionamentos da ética normativa e prática. Esse caminho possibilita a construção de alicerces teóricos e práticos sobre o quais a inevitabilidade das ações possa navegar.

A peculiar autoridade da moral: um panorama do debate entre teóricos do erro e naturalistas morais

João Pedro Blanco Masso
Universidade Federal de Minas Gerais

Existe, no interior da filosofia moral, uma tensão capaz de minar toda a moralidade ordinária. Trata-se de um conflito causado pela aparente incompatibilidade entre três lugares-comuns da metaética, a saber, i. categoricidade universal, a noção de que a moralidade aplica-se universalmente e independentemente de interesses ou desejos; ii. racionalismo, a teoria de que deveres morais necessariamente fornecem razões para agir aos agentes a que se aplicam; e iii. instrumentalismo, a ideia de que apenas ações que colaboram para os fins de um agente podem contar como razões para que ele aja.

Frente ao problema, é típico que eticistas busquem negar ao menos um dos lugares-comuns, almejando estabelecer uma compreensão menos problemática do fenômeno moral. A Teoria do Erro, no entanto, age de forma diametralmente oposta: não apenas sustenta os três pontos simultaneamente, como, ainda, afirma que eles constituem um elemento não-negociável do próprio conceito de moralidade, isto é, um elemento cuja ausência na definição do conceito o descaracterizaria por completo. Para tal, oferecem exemplos hipotéticos cujo intuito é suscitar a intuição de que o usuário do discurso moral ordinário atribui uma autoridade peculiar ao dever moral, tratando sua violação como ilegítima, e explicam tal fenômeno afirmando que o discurso moral pressupõe a noção de razões categóricas, que são incompatíveis com o instrumentalismo. A moralidade, portanto, segundo alega, seria generalizadamente falsa.

Assim, o objetivo desta comunicação é buscar explicações alternativas para a intuição em questão, a fim de contrapor a Teoria do Erro. Mais especificamente, investiga-se alternativas anti-racionalistas típicas do Realismo Externalista, que afirmam que para ter um dever moral não é necessário que um agente tenha razões para cumpri-lo, negando o ponto ii., e explicam a peculiar autoridade da ética através de elementos externos ao agente e aos conceitos morais, como o ponto de vista social, o interesse coletivo e a importância e legitimidade (geralmente) atribuídas à moralidade. Nesse sentido, esta comunicação discutirá argumentos de teóricos do erro como John Mackie (*Ethics: Inventing Right and Wrong*, 1977) e Richard Joyce (*The Myth of Morality*, 2001); refletirá sobre como filosofias morais externalistas e naturalistas, como as de Richard Boyd (*How to be a Moral Realist*, 1988), David Brink (*Moral realism and the*

sceptical arguments from disagreement and queerness, 1984 e *Externalist moral realism*, 1986) e Peter Railton (*Moral Realism*, 1986), podem responder a esses argumentos e fará uma breve exposição sobre os problemas gerados pela negação do racionalismo, como a separação dos fatos morais da normatividade.

Palavras-chave: teoria do erro; naturalismo moral; racionalismo; internalismo; externalismo.

Sobre a possibilidade de “normas fulcrais” no direito positivo

Juliele Maria Sievers
Universidade Federal de Alagoas

O presente trabalho visa propor uma transposição da discussão acerca das certezas fulcrais tais como concebidas no Da Certeza (1969) de Wittgenstein ao âmbito da Filosofia do Direito, questionando se neste contexto poderíamos admitir a existência de proposições de dever-ser de tipo fulcral. Nosso campo de estudo será a teoria do Direito Positivo proposta pelo jusfilósofo Hans Kelsen (1979), em particular a sua noção de Norma Fundamental. Essa noção apresenta-se como condição para a compreensão da totalidade de um sistema normativo: se, no Direito positivo, uma norma pode ser criada apenas por um legislador com o poder para tal (competência que é, por sua vez, fruto também da existência de uma norma “anterior”, que lhe autoriza), como cessar com o regresso *ad infinitum* pela justificação das normas? Quem (qual norma) autoriza o legislador da primeira Constituição de um país, por exemplo? A resposta de Kelsen será a pressuposição de uma Norma Fundamental, uma norma última (ou, em realidade, primeira), sem formulação, de conteúdo apenas fictício, que deve ser pressuposta no pensamento jurídico de modo estratégico, com a função específica de permitir que se possa conceber o sistema normativo dela resultante como um sistema fechado e coerente. Como o caráter ficcional envolvido impõe uma série de dificuldades teóricas, propomos aqui uma nova compreensão da Norma Fundamental: como uma proposição de dever-ser de tipo “hinge”. Nesse sentido, ela seria o eixo fixo do sistema normativo, que permite a existência da dinâmica de criação de normas ao longo do sistema, das normas mais gerais às mais individuais. Esse processo dinâmico de construção normativa precisa pressupor a existência da Norma Fundamental, ela mesma “fora” desta dinâmica, o seu “fundamento infundado” (Moyal-Sharrock, 2015). Assim, a Norma Fundamental seria fulcral neste sentido em que possibilita o funcionamento do sistema de normas, em que desempenha a função de “romper” com o processo de busca por justificação. Essa visão está de acordo com a interpretação de Moyal-Sharrock (2015), segundo a qual as hinged não seriam epistêmicas, portadoras de valor de verdade, sequer portadoras de conteúdo, sendo inclusive inefáveis. É nesse sentido também que Kelsen usou o termo “ficcional” para definir a Norma Fundamental: porque a partir do momento em que esta possui um conteúdo e é compreendida como uma norma ordinária, seu propósito prático perde-se e sua função é comprometida. Nossa abordagem propõe a troca da abordagem ficcionalista pela adoção da terminologia wittgensteiniana para oferecer um tratamento teórico mais robusto ao conceito de Norma Fundamental kelseniana, compreendida em razão de sua

função profundamente ligada com a regulação de uma prática de criação normativa – uma função “exibida na ação” conforme sustenta Moyal-Sharrock (2015) em relação às hinges – e que, no contexto da filosofia kelseniana, é justamente o que possibilita o conhecimento do sistema normativo pelo cientista do Direito.

Palavras-chave: Normatividade; Hans Kelsen; certezas fulcrais.

Uma defesa do raciocínio jurídico consequencialista: avaliando o impacto da aplicação de regras

Nauany Tamaio de Souza Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Neste artigo, proponho investigar as razões para adotar uma concepção consequencialista do raciocínio jurídico, demonstrando como essa abordagem pode promover uma racionalidade mais dinâmica e responsiva nos sistemas jurídicos. Inicialmente, apresento e respondo a objeções comuns ao consequencialismo jurídico, como o comprometimento da segurança jurídica, a erosão da base moral dos direitos fundamentais e as dificuldades práticas na avaliação das consequências jurídicas. Contra essas críticas, argumento que o consequencialismo melhora, em vez de minar, a segurança jurídica, fornecendo critérios que permitem prever a flexibilização de questões complexas quando aplicado em harmonia com as normas jurídicas tradicionais. Em seguida, refuto a alegação de que o consequencialismo negligencia princípios morais que asseguram o respeito aos direitos individuais e ao bem-estar coletivo, defendendo que ele oferece uma justificativa racional para a efetivação desses direitos. Um exemplo disso é a possibilidade de um utilitarismo de regras, que estabelece quais normas, se adotadas amplamente como garantidoras de direitos previstos, permitiriam um ganho agregado no bem-estar geral. Mostro como as críticas ao consequencialismo frequentemente atacam não a teoria em si, mas a forma como os juízes poderiam adotar esse modelo de tomada de decisão, assumindo que as consequências intuitivas de aplicar certas regras em vez de outras seriam suficientes para justificar o raciocínio jurídico consequencialista. Contra esses críticos, argumento que o consequencialismo intuitivo é um mau consequencialismo. Portanto, abordo o desafio de quantificar os resultados jurídicos defendendo metodologias transparentes e baseadas em evidências, utilizando pesquisas interdisciplinares para informar as decisões, conduzindo o desenvolvimento social ordenado e reforçando versões melhores das regras jurídicas válidas, que, se aplicadas pelo sistema jurídico, promovem um aumento do bem-estar geral. Concluo este trabalho sintetizando os resultados e mostrando que uma aplicação criteriosa da ética consequencialista no direito pode levar a um quadro jurídico mais sutil e eficaz, que aborda tanto as objeções teóricas quanto os desafios práticos.

Palavras-chave: Consequencialismo; Raciocínio Jurídico; Segurança Jurídica; Direitos Individuais; Metodologia da Interpretação do Direito.

Modest Normative Constructivism

Rafael Graebin Vogelmann
Universidade Federal de Santa Maria

Normative Constructivism is the view that the truth of a normative statement consists in the fact that it follows, as a logical or instrumental matter, from the practical standpoint of the agent it concerns, where the agent's practical standpoint is constituted by the set of normative judgment and evaluative attitudes she endorses.

We can distinguish at least two versions of normative constructivism: Kantian and Humean constructivism. What distinguishes these versions is their view about the claim that substantive normative conclusions follow from the practical standpoint *as such*, that is, abstraction made from any substantive normative commitment. Kantian constructivists claim that certain moral truths follow from any practical standpoint, independently of the particular normative commitments that constitute it. In other words, normative truths corresponding to the demands of morality can be construed from any practical standpoint. Humean constructivists deny that claim.

Thus formulated, the debate acknowledges two possible sources for normative truths: on the one hand, practical reason as such and, on the other hand, completely contingent normative attitudes. The result is that supporters of the Kantian position find themselves committed to a very ambitious project: to derive substantive moral commitments from a minimal and uncontroverted account of practical rationality.

There are good reasons to be skeptical about the prospects of that project. That does not mean, however, that Humean constructivists win the day. A more modest version of Kantian constructivism is possible. A position that starts with a normatively relevant (albeit non-trivial and controverted) account of agency and shows that it is possible to derive moral truths from it still is an attractive position. This view occupies a middle ground between Kantian and Humean constructivism. It concedes to the Humean that moral reasons do not follow from every practical standpoint. But holds that moral reasons do follow from a conception of agency that, although not trivial, is not characterized by substantive moral commitments. If successful, this view entails that the set of agents to which moral reasons apply is wider than the set of agents that actually care about moral ends, but not so wide as to be identical with the set of rational agents as such. I call this view Modest Constructivism.

The version of modest constructivism I am going to defend starts from a conception of the relevant agents according to which they are not merely agents endowed with practical rationality, but also beings that evaluate other agents in terms of virtues and

vices (or, to put it more neutrally, qualities and defects). My goal is to show that, given some reasonable suppositions, some very general, but also central moral truths follow from the standpoint of any agent thus characterized.

Palavras-chave: Constructivism; Normativity; Reasons; Virtue.

3.4 Filosofia das Ciências Cognitivas Philosophy of Cognitive Sciences

Transtornos mentais podem estar situados? Uma perspectiva enativista

Fredson Melquiades de Andrade Junior

Self-Knowledge from Resistance Training

Giovanni Rolla

A perspectiva enativa-ecológica da ciência: da naturalização da mente aos seus impactos à compreensão da prática científica

Jeferson Diello Huffermann

Predictive Processing as a unifying theory of human cognition?

Maria Luiza Iennaco; Thales Maia

Enacting sense and direct reference across divergent landscapes of affordances

Pedro Maggi Rech Noguez

Corpo, Linguagem e Ação: A Influência dos Aspectos Sensório-Motores, Ambientais e Sociais na Cognição de Bebês Humanos e Primatas Não-humanos

Thiago Andrade

Transtornos mentais podem estar situados? Uma perspectiva enativista

Fredson Melquiades de Andrade Junior
Universidade Federal de Pernambuco

Para o panorama do cognitivismo clássico, a nossa mente está localizada no cérebro, em abstração do corpo e do ambiente em que os indivíduos estão situados. Porém, a abordagem enativista concebe a mente como corporificada, enativa e situada, o que quer dizer que a cognição é uma atividade moldada por interações dinâmicas entre o corpo e os ambientes físicos e sociais. Com base nisso, buscamos argumentar que se considerarmos que a mente é corporificada e situada, então podemos compreender que transtornos mentais também são. E que, se transtornos mentais são corporificados e situados, então indivíduos que estão situados em ambientes hostis e opressivos são mais suscetíveis a desenvolverem tais transtornos. Para validar nosso argumento, partimos da tese de sense-making (produção de sentido), presente na literatura enativista, na qual argumenta que produzimos sentido ao nosso mundo de forma corporificada, situada e afetiva. Uma vez que 1) para ter cognição, é necessário ter experiências que partem de um corpo dotado de habilidades sensório-motoras particulares; 2) essas habilidades particulares estão embutidas em um contexto mais amplo, que engloba aspectos biológicos, ambientais e culturais, que interagem com os seres vivos de forma positiva ou negativa (o foco maior dessa pesquisa); 3) a afetividade não é algo distinto da racionalidade, tendo em vista que as emoções incluem estados cognitivos de avaliação do ambiente. Dessa forma, adotamos a perspectiva enativista da mente para identificar como é moldado o estado mental das classes sociais marginalizadas, que produzem sentido do mundo a partir do medo, fadiga, preocupações excessivas com o futuro e outros tipos de sintomas que podem ser categorizados como transtornos mentais, de acordo com o DSM. Com isso, buscamos expandir o problema dos transtornos mentais para além dos mecanismos neurobiológicos e propor uma abordagem que inclua as dimensões políticas e sociais para compreender a formação e a vivência da cognição.

Palavras-chave: Transtornos mentais; Enativismo; Cognição.

Self-Knowledge from Resistance Training

Giovanni Rolla
Universidade Federal da Bahia

The problem of self-knowledge has been thoroughly discussed in the context of traditional epistemology. In parallel to that traditional approach, Ecological-Enactive Cognition (EEC) has emerged in the last 30 years as a genuine contender in the cognitive sciences. According to EEC, the unity of analysis of cognitive processes is the dynamics between brain, body and environment. In this presentation, I advance an EEC approach to self-knowledge, which immediately suggests that knowing oneself is a matter of knowing what one's body can do. I then turn to resistance training, particularly weightlifting, and argue that it offers a paradigmatic case of self-knowledge in EEC's terms. I contend that periodically reaching the point of mechanical failure provides an important insight into self-knowledge. Thus, resistance training allows the trainee to achieve knowledge of themselves in a fundamentally practical manner—and doing so is transformative of the kind of actions they are capable of.

Palavras-chave: self-knowledge; embodiment; weightlifting; know-how; mechanical failure.

A perspectiva enativa-ecológica da ciência: da naturalização da mente aos seus impactos à compreensão da prática científica

Jeferson Diello Huffermann
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

A pesquisa proposta visa investigar como a caracterização contemporânea da cognição oriunda do enativismo e da psicologia ecológica pode auxiliar na compreensão do perspectivismo e pluralismo do conhecimento científico. Assim, pretende-se investigar em que medida concepções das ciências cognitivas apresentam uma imagem das nossas práticas de acesso cognitivo à realidade convergente com perspectivas anti-fundacionalistas da filosofia da ciência contemporânea que enfatizam o perspectivismo e pluralismo epistêmico como marca da atividade científica. O desafio imposto pelo reconhecimento do pluralismo e do perspectivismo na ciência é manter uma atitude realista, uma visão otimista de que a ciência está nos dizendo algo sobre as estruturas objetivas do mundo; ou ao menos, evitar-se um relativismo quase-solipsista. O que visamos mostrar é como uma teoria relacional da cognição auxilia na explicação da formação de diferentes perspectivas e epistemologias locais. Portanto, a reflexão é de caráter descritivo-normativo, primeiro, descreve-se aspectos cruciais da ciência contemporânea e aspectos cruciais da cognição humana a partir de uma compreensão corporificada da mesma. Já na etapa normativa, propõe-se uma imagem da prática científica que dialoga com a Terra ferida pelas mudanças climáticas e que acomode as demandas emancipatórias e de reconhecimento de grupos historicamente oprimidos. Recusa-se uma hierarquia ontológica no qual ciências como a física e a química tratam de aspectos mais “fundamentais” da realidade, a base da pirâmide ou os alicerces da existência, enquanto as demais ciências lidam com a complexificação das interações fundamentais. A compreensão da ciência resultante desta aproximação entre enativismo, psicologia ecológica e anti-fundacionalismo é uma compreensão relacional da mesma. O conhecimento científico é entendido como um processo em desenvolvimento que expressa nossa relação com o mundo. A perspectiva aqui é realista na medida que assume a realidade dos *relata*, ela é anti-fundacionalista na medida em que argumenta que os *relata* não podem ser conhecidos independentemente da relação na qual se encontram.

Palavras-chave: Enativismo, psicologia ecológica, naturalismo, anti-fundacionalismo, perspectivismo, conhecimento científico.

Predictive Processing as a unifying theory of human cognition?

Maria Luiza Iennaco
Universidade de São Paulo
Thales Maia
Universidade de São Paulo

This presentation will provide a critical examination of the claim that the Predictive Processing (PP) framework provides a unifying theory of human cognition. PP is a burgeoning theoretical framework poised to revolutionize our understanding of action, perception, sensation, and many other components of human cognition. However, can PP encompass both neural and behavioral levels of explanation? If so, how? To answer these questions, we will review the key philosophical and empirical aspects of PP and its ecosystem, concluding that although it holds the potential to comprehensively unify behavioral and neural descriptions of cognition, currently, it mainly offers a heuristic account of the human mind-body-environment system.

Predictive Processing is a widely-spread framework originating from computational neuroscience. It characterizes the brain as an embodied predictive machine that generates hypotheses about the causes of sensory stimuli. These hypotheses are actively and constantly updated by seeking environmental clues. Ultimately, the most accurate hypotheses contribute to conscious perception. According to this perspective, refining or confirming these hypotheses relies on the body's interaction with the world. Thus, PP emphasizes a moderately embodied model of cognition and the reciprocal action-perception cycle. Some versions of PP, that we will particularly emphasize in this presentation, start from the so-called Free Energy Principle to describe the capacity of living organisms to predictively maintain themselves in favorable states, using approximate Bayesian statistics to formally describe the mechanisms and processes underlying the predictive brain.

Although this framework has become popular in multiple disciplines, both its theoretical consistency and empirical status are still in question. In 2020, a review showed that most critics of Predictive Processing target its difficulty to be falsified. After all, while its algorithmic specification allows for integrating explanations across various levels, researchers often grapple with the complex transition from algorithmic concepts to testable structural implementation. More recently, in 2024, another group of researchers showed that certain research directions are still necessary for a reliable evaluation of the empirical adequacy and explanatory power of neural-level PP and its ecosystem. And, while it performs well in providing behavioral explanations of simple tasks, PP becomes less

manageable when applied to real-world problems with complex state spaces, observations, and policies – like any other similar scientific framework.

Therefore, there is currently a hot and open debate about whether Predictive Processing is powerful enough to actually provide a unified theory of human cognition or if it is better to consider it as a research heuristic, or as a tool for other theories and models of cognition. With this background in mind, our claim is that PP still offers a powerful philosophical lens for analyzing human cognition, given that its versatility allows for both representational and anti-representational interpretations of perception and action, and that it works well in both realistic and instrumentalist terms. From this, we understand that although the PP account has not yet achieved theoretical and empirical maturity, it has a real potential to revolutionize our understanding of cognition at a meta-theoretical level.

Keywords: Predictive Processing; Free Energy Principle; Bayesian Inference; Prediction Error Minimization; Active Inference; Philosophy of Cognitive Science

Enacting sense and direct reference across divergent landscapes of affordances

Pedro Maggi Rech Noguez
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

In this presentation, I will argue for the role an Enactive-Ecological Account of the Mind (EEAM) can, and should play, in our attempts to elucidate and to get rid of two philosophical problems inherited from twentieth century's analytic philosophy of logic. One of such problems concerns the notion of 'propositional sense', the other, the notion of 'reference' for singular terms. My claim is that both problems to be dealt with stem directly from the predominant acceptance of Broadly Representational Accounts of the Mind (BRAM). Meanwhile, by understanding and adopting EEAM, we not only get rid of such problems' very roots, but we also acquire appropriate tools for attaining further insight about both, sense and reference. The positive accounts of these matters that I have in mind here are the points at which we were left by two of the most prominent philosophers the analytic tradition, Wittgenstein and Kripke. Both these philosophers shared an attitude of rejection towards philosophical theories concerning, respectively, the sense of propositions and the reference made through denoting expressions within propositions. As a result, both of them ended up presenting us with no set of necessary and sufficient conditions for either a use of signs to bear a truth-value, or for an expression to denote something. Instead, Wittgenstein claimed to have assembled no more than "a number of sketches of landscapes" constituting "really only an album" (*Philosophical Investigations*, Preface), while Kripke has repeatedly stated that what he was offering in place of the theories of reference he argued against was but "a better picture" of reference (*Naming and Necessity*, p. 94). Interestingly, the nature of minds was a topic that for both Wittgenstein and Kripke lacked any centrality, and yet it was approached by both, and hesitatingly so in both their cases. As I intend to show, their hesitation in approaching the theme was symptomatic of the conflict there was (and would be explored by detractors of each) between their positive views on sense and reference, on the one hand, and traditional, widely accepted Broadly Representational Accounts of the Mind. Traditional BRAM has it that mental events are discrete successions of mental states bearing representational (sometimes propositional) content, that are distinct from, and comparable to, facts outside the mind which they are supposed to represent. If such accounts of mental events (which are being taken here as a large sum of different, yet equally broadly representational accounts) are thus generally correct, then the life-long search of

Wittgenstein's, for the conditions that enable the markedly intentional, active use of signs, to bear a sense, this or that sense (and hence to be propositions, to have truth-conditions), or simply to be signs at all, was in the end an unraveled search. There should be no need to take into account the historical constitution of communal forms of life, of "fine shades of behavior" (*Philosophical Investigations*, §242; II, §xi), and the "animal certainty" (*On Certainty*, §359) that would accordingly compose the (importantly: *experienced*) non-propositional grounds of propositional sense. After all, according to BRAM representational content *must* be admitted as a built-in from the very structure of our cognitive systems, standing untouched by any supposed "rule-following paradox" (*Philosophical Investigations*, §201) and being a direct refutation to the claim that "Explanations come to an end somewhere" (*Philosophical Investigations*, §1) (unless, of course, one perversely misinterprets that claim as asserting precisely that the explanation of any propositional sense end up at BRAM, and not as about the multifaceted limits of meaningful language). Finally, assumption as to the correctness of BRAM would entail that the use of names, of demonstratives, and the act of ostension, just as well as any mental event, can only take place by being mediated by representational contents, such that each altering of sub-personal symbolic structures that are operating within our cognitive systems yields a substitution of several (if not all) entities to which, by either of the above acts, we come to refer. As Thomas Kuhn has notoriously argued for on several occasions (including his lately published *Last Writings*), Kripke's idea that there is no particular knowledge or belief that is necessary to be had about *x* in order to make reference to *x* contradicts BRAM and should be denied if we accept the latter. As I will argue, a few features of the Enactive-Ecological Account of the Mind render it not only a friendly theory (of the mind in general, and of language in particular) relative to both Wittgenstein's views on propositional sense and Kripke's views on reference, but also a theoretical framework that allows further insight into these positive philosophical views. Such features are: (i) the direct, affective, and therefore non-representational perceptual relation; (ii) the irreducible, though materially grounded, character of agency as a property of an organism-environment system; (iii) the autonomy of social interactions; (iv) the historical constitution of linguistic bodies, and, finally, (v) the ineliminable tension between social and individual normativity at play in the activity of linguistic bodies. In return, it is hoped that building up this dialogue between EEAM, Wittgenstein, and Kripke might also help enthusiasts of EEAM in clarifying the latter, for which an understanding of language and rationality, in spite of admirable recent developments, still constitute a major current challenge from both operational and philosophical points of view.

Palavras-chave: Philosophy of language; Philosophy of cognitive sciences; Wittgenstein; Kripke; Enactivism; Ecological Psychology

Corpo, Linguagem e Ação: A Influência dos Aspectos Sensório-Motores, Ambientais e Sociais na Cognição de Bebês Humanos e Primatas Não-humanos

Thiago Andrade de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Neste trabalho defendo a tese segundo a qual as habilidades cognitivas de bebês humanos e primatas não-humanos são corporificadas à ação e ao ambiente. Nessa perspectiva, habilidades de conceitualizar, reconhecer, distinguir objetos, bem como atenção conjunta dependem de padrões sensório-motores e ambientais. Além disso, os enunciados (utterances) são caracterizados, neste trabalho, como sociais, corporais, materiais e dinâmicos. Se for o caso de haver a dimensão corporal dos enunciados, então as crianças humanas (autistas não-verbais) e primatas não-humanos (chimpanzés e Bonobos, entre outros), podem ser considerados *corpos linguísticos*, pois compreendem enunciados também a partir de gestos corporais (Di Paolo et al, 20218). Assim sendo, I) os conceitos são habilidades linguísticas compartilhadas publicamente; II) que cognições de bebês humanos e primatas não-humanos são corporificadas, isto é, dependentes da ação e do ambiente; III) que há uma continuidade entre a vida, a cognição e a linguagem; IV) que primatas não-humanos são *Corpos Linguísticos*. Portanto, cognição e a linguagem são habilidades corporificadas na ação, no ambiente e no social.

Palavras-chave: Habilidades Cognitivas, Sensório-motor, Corpos Linguísticos.

3.5 Filosofia da Linguagem Philosophy of Language

A NOÇÃO DE “OBJETO FÍSICO” NA LEITURA CRÍTICA DE TORALDO DI FRANCA

Bruna de Oliveira Campano; Cecília Barbosa da Silva; Eleonoura
Enoque da Silva; José Marcos Gomes de Luna

A person walks into a bar and asks: Can jokes misfire?

Deiver V. de Melo

‘I take back what I said’: A probe into the alleged uniformity of retraction

Diogo Santos

The Philosophy behind Grammar - Metaphysics, Epistemology and Pragmatics as foundations of grammatical structures

Euclides Barbosa Ramos de Souza

GASLIGHTING COMO VIOLÊNCIA GRAMATICAL: UMA LEITURA WITTGENSTEINIANA

Fábio Gabriel Tavares Praxedes

Pactos ecoicos no racismo

lalley Lopes da Silva

The illocutionary force of a fictional utterance is a declaration

Italo Lins Lemos

Natural kind terms in fictional contexts: exceptionalism vs. non-exceptionalism

Jerzy A. Brzozowski

Exploiting Ambiguity

Laura Delgado; Claudia Picazo

O argumento da substância e a natureza dos objetos no Tractatus Logico-Philosophicus

Lorrany de Paula Carvalho

Pressupostos para o Paradoxo do Seguimento de Regra

Luiz Henrique da Silva Santos

PRAGMATICS AS A BY-PRODUCT OF LOGIC IN FREGE'S EARLY WRITINGS

Marco Ruffino

Responsabilidade Linguística Estrita

Mariana Teodoro Fernandes

Adverbial modification and Predicate Modifiers

Martin Adam Motloch

Do significado ético da visão Sub Specie Aeternae no TLP de Wittgenstein

Ramon Silva Ferro

Respostas contemporâneas ao Frege's Puzzle

Victor Angelucci

O problema da intencionalidade em Ludwig Wittgenstein

Wilton Lins Júnior

A NOÇÃO DE “OBJETO FÍSICO” NA LEITURA CRÍTICA DE TORALDO DI FRANCIA

Bruna de Oliveira Campano
Universidade Católica de Pernambuco
Cecília Barbosa da Silva
Universidade Católica de Pernambuco
Eleonoura Enoque da Silva
Universidade Católica de Pernambuco
José Marcos Gomes de Luna
Universidade Católica de Pernambuco

Em 1976, o físico italiano Toraldo di Francia escreveu o livro *L'indagine del mondo físico (A investigação do mundo físico)*. A obra trata da epistemologia da ciência em particular dos princípios da física moderna, sob uma perspectiva crítica e filosófica. O capítulo selecionado para aprofundamento foi o 4, intitulado: *La microfísica*, em particular a 1ª seção denominada “*gli oggetti della fisica*” (os objetos da física), trata sobre a individualidade dos objetos físicos e as suas características nomológicas. O objetivo deste trabalho é tratar o conceito de objeto físico, na perspectiva da física e da lógica, sob o ponto de vista filosófico e histórico, segundo pensadores como Willard Quine, Bertrand Russell e Werner Heisenberg. Além de tratar essas três perspectivas, analisaremos a perspectiva do próprio Toraldo di Francia, detalhando as razões adotadas por ele de não chegar a uma definição exata de um ‘objeto físico’. Neste trabalho, daremos enfoque à discussão relevante nos campos da física e da epistemologia, em especial na sua abordagem sobre a individualidade dos objetos físicos e a sua característica nomológica. Assim, diante dessas perspectivas, é possível traçar um comparativo das teorias de Toraldo di Francia e Werner Heisenberg, que desafiam as concepções tradicionais de objetividade e oferecem uma compreensão mais profunda da natureza dinâmica e probabilística da realidade física, contribuindo para a epistemologia da ciência moderna.

Palavras-chave: Objeto físico; Toraldo; Heisenberg; Russell; Quine.

A person walks into a bar and asks: Can jokes misfire?

Deiver V. de Melo

Universidade Estadual de Campinas

It is well-known that jokes may fail. An audience could consider a joke as not funny for many reasons, such as not understanding the punchline, considering it offensive, or thinking it is too silly. However, the point of this presentation is beyond these questions. I will address whether or not humorous utterances could be considered as a distinctive kind of illocutionary acts. Furthermore, I will address whether these utterances may misfire, such as other kinds of speech acts do. If we take Austin's framework, jokes are considered, along with fictional discourse, as a kind of parasitic use of language, that is, as a set of utterances simulating serious contexts, but, because they lack the usual commitments attached to these utterances, cannot be considered within the rules for speech acts. Although this renders the Austinian framework able to explain some features of the non-serious contexts of utterance and to get rid of some theoretical complications, it seems to be somehow arbitrary. Comic utterances present some aspects in common with other speech acts: the dependence of audience's uptake, conventional features occasioned by the utterance in appropriate contexts, and the aim of producing some perlocutionary effect(s) in hearers. I will, therefore, present a schema for the performance of the illocutionary act of joking, followed by the circumstances in which a joke can misfire. Since the preparatory conditions for the performance of a joke involve the audience's response to it, my argument will be that jokes do misfire when they fail to get audience's uptake, and this may happen in two ways: either the audience does not understand the utterance as a joke, or they do not accept it (for many different reasons). In such cases we may have the perlocutionary effect of offense or the confusion with other illocutionary forces, such as assertions.

Palavras-chave: Jokes; Speech acts; Austin; Uptake; Misfire.

'I take back what I said': A probe into the alleged uniformity of retraction

Diogo Santos
University of Lisbon

In the semantic debate on evaluatives competing semantic theories are tested according to whether their predictions comply with agent-usage of evaluative talk. One of the linguistic phenomena where the accuracy of those predictions has been repeatedly tested is retraction. In the debate the following claim is typically assumed by theorists.

Uniformity Claim (UC). Retractions of evaluative assertions should be accounted for uniformly (across the different areas of evaluative discourse).

Endorsing UC implies that semantic theories have better prospects if they accurately account for how agents tend to retract evaluative assertions regardless the area of discourse. In this paper I make a case for considering that retraction does not behave uniformly by comparing retraction of assertions on matters of personal taste and assertion on matters of morality. The paradigmatic cases will be assertions of sentences containing 'funny' and 'tasty' and assertions of sentences containing 'wrong'/'bad' and 'permissible', for personal taste and moral assertions respectively. I explore three features that show that retractions display different important features depending on the area of discourse where the retraction occurs. This undermines a claim like UC. I conclude by extracting some lessons as to what this implies to the larger debate on how to best account for evaluative discourse.

The first feature has been spotted by Ferrari and Zeman (2014). They argue that agents expect moral retractions to admit fault while the same expectation is not present when it comes to retractions of personal taste. The second feature I explore has to do with the pervasiveness of

retraction. I argue that explicit moral retractions are more common than personal taste retractions. The last feature has to do with what I call the expiration date phenomenon. I argue that moral assertions generate illocutionary effects that take longer to expire than personal taste assertions and, whence, the time gap for felicitous retractions is larger regarding moral retractions than personal taste retractions.

These disparities undermine UC. The undermining of UC is significant to the debate. Firstly, because the step from the accurate predictions of how agents tend to engage while retracting evaluative assertions in a specific area of discourse to accurate predictions of the same phenomenon in every area of discourse turns out to be unfounded. Secondly, it is unfounded to believe that the picture we are going to get is a uniform semantic account across the board. Thirdly, a semantic theory with the resources that allow it to adapt its account of retractions taking into consideration the peculiarities of the phenomenon in each area of evaluative discourse should be viewed as an advantage.

Palavras-chave: retraction; relativism; contextualism.

The Philosophy behind Grammar - Metaphysics, Epistemology and Pragmatics as foundations of grammatical structures

Euclides Barbosa Ramos de Souza
Universidade Federal da Paraíba

It's not unusual to think that there are philosophical foundations underlying theories of every science, and talking about the science of language, the Grammar, as the prescriptions of the good communication, this is not different. What is new for a lot of people is to recognize that philosophy could really help them to understand some of English grammar decisions and improve their capacity of using the language as a tool of description and creation of human reality. In this work, we are going to analyze philosophical justifications to aspects of some grammar concepts and structures of the English language.

Keywords: Language; grammar; philosophy; foundations; society.

GASLIGHTING COMO VIOLÊNCIA GRAMATICAL: UMA LEITURA WITTGENSTEINIANA

Fábio Gabriel Tavares Praxedes
Universidade Federal de Pernambuco

Gaslighting pode ser entendido enquanto um tipo de manipulação na qual a vítima é induzida a pôr em dúvida suas próprias percepções, experiências e sanidade. Para compreender qual a natureza do tipo de dúvida que surge nas vítimas de casos de gaslighting, Trächtler em seu artigo *From Doubt to Despair – A Wittgensteinian Perspective on Gaslighting* (2022) busca explicitar como é possível que alguém seja levado a suscitar autoquestionamentos sobre assuntos tão fundamentais. Para tanto, a autora apresenta uma conceituação do gaslighting enquanto um tipo de injustiça epistêmica, valendo-se desse conceito da forma que foi apresentado pela Fricker em *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing* (2007). Além disso, a partir de reflexões wittgensteinianas majoritariamente presentes no *Sobre a Certeza* (2023), Trächtler fornece também uma discussão detalhada sobre a natureza de nossas práticas de duvidar. De modo a delinear quais são as condições, os limites e os tipos de dúvidas, a fim de compreender de que forma dúvidas do tipo “Será que estou louca?”, “Como sei que não estou imaginando coisas?” e “Será que não estou sendo apenas muito sensível?” se fazem presentes em casos de gaslighting e levam a vítima ao desespero. Contudo, na medida que a própria autora aponta que os autoquestionamentos presentes na prática gaslighting violam os limites de nossas gramáticas de jogos de linguagem cotidianos, consideramos incoerente interpretar que o dano causado nessa prática incida prioritariamente sobre o âmbito epistêmico da vítima. Nesse sentido, em contraposição a perspectiva apresentada pela Trächtler, argumentamos que, em consonância com as noções wittgensteinianas apresentadas pela própria autora, o gaslighting deva ser mais

adequadamente compreendido enquanto uma forma de violência gramatical.

Palavras-chave: Epistemologia feminista; Gaslighting; Injustiça epistêmica; Violência gramatical; Wittgenstein.

Pactos ecoicos no racismo

Ialley Lopes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

A pesquisa tem como objetivo apresentar o conceito de *pactos ecoicos no racismo*. Com base na filosofia da linguagem, especificamente o *ato performativo de fala* na perspectiva butleriana, buscamos compreender como as palavras ao e por serem repetidas podem não apenas construir seu significado, mas formular e reformular sujeitos que são deslocados à *outridade* – conceito discutido por Grada Kilomba – e, conseqüentemente, relegados a pactuarem-se à branquitude. No intuito de complemento aos *pactos narcísicos* debatidos por Maria Aparecida Bento e a fim de ilustrar a proposta, utilizaremos como alegoria a mitologia da ninfa Eco e seu encontro com Narciso, considerando que a ninfa é vista como um símbolo de regressão e passividade, amaldiçoada a somente repetir para a manutenção do conforto de quem falar, especialmente de Narciso que desvela a imagem da branquitude. Por fim, enquanto os pactos narcísicos se relacionam a um ideal identitário universal, notamos que os pactos ecoicos se relacionam ao desejo e à subordinação através da linguagem com a finalidade de atualizar a idealização narcísica e espolar pessoas negras à *outridade*.

Palavras-chave: Contrato Racial; Filosofia da Linguagem; Racismo; Ato Performativo de Fala; Pactos Ecoicos.

The illocutionary force of a fictional utterance is a declaration

Italo Lins Lemos
Universidade Federal do Cariri

According to John Searle's "A Taxonomy of Illocutionary Acts" (1975a), there are five categories of illocutionary acts: (1) Assertives (or representatives); (2) Directives; (3) Commissive; (4) Expressives; and (5) Declarations. But, what kind of illocutionary act is at stake when an author writes a work of fiction? Searle himself, in "The Logical Status of Fictional Discourse" (1975b), argued for the thesis that there's no illocutionary force when an author performs a fictional utterance. He held that "the author of a work of fiction pretends to perform a series of illocutionary acts, normally of the representative [assertive] type" (Searle, 1975b, p. 325). After all, for a speech act to be an assertion (or representation), it needs to follow four rules: (i) The essential rule; (ii) The preparatory rule; (iii) The obviousness rule; and (iv) The sincerity rule (Cf. Searle, 1975b, p. 322), and a fictional utterance violates all of them. So, for example, Mark Twain only pretended to assert that there was an adventurous boy called Huckleberry Finn in Mississippi when he wrote *Huckleberry Finn*. I think Searle is right when he says that a fictional utterance isn't an assertion. However, I argue that there's no pretense involved when an author writes a work of fiction, for I find it mysterious how an author is capable of creating a fictional character by pretending to assert that something is (or isn't) the case. Therefore, in order to preserve the notion that authors are creative individuals, I follow my previous works on performatives, Catherine Abell's book *Fiction* (2020) and Karl Bergman and Nils Franzén's paper "The Force of Fictional Discourse" (2022), and hold that the illocutionary force of a fictional utterance is a declaration. Searle says that "it is the defining characteristic of this class [a declaration] that the successful performance of one of its members brings about the correspondence between the propositional content and reality" (Searle, 1975a, p. 358). For example, "if I successfully perform the act of appointing you chairman, then you are chairman" (Searle, 1975a, p. 358).

Analogously, if Mark Twain declares that Huckleberry Finn is an adventurous boy who lives in Mississippi, then it's fictionally the case (and parafictionally true) that Huckleberry Finn is an adventurous boy who lives in Mississippi. Thus, the declaration view seems an interesting alternative that explains how fictional characters are created and how there are stories of fiction at all.

Palavras-chave: Semantics of fiction; speech acts; declarations.

Natural kind terms in fictional contexts: exceptionalism vs. non-exceptionalism

Jerzy A. Brzozowski
Universidade Federal de Santa Catarina

In *The Lord of the Rings*, the One Ring is made of gold, but is it made of atoms with atomic number 79? In *A Song of Ice and Fire*, does the term 'water' (or 'ice', for that matter) refer to H₂O? Call non-exceptionalism (NE) the view that natural kind terms – in fictional or parafictional contexts – refer to whatever they do outside these contexts. Consider also an opposing view, exceptionalism (E), a broadly Fregean alternative according to which natural kind terms in fictional or parafictional contexts are about (but perhaps do not refer to) abstract representations, or roles of natural kinds. Those two views are intended to parallel the dispute between NE and E for proper names featured in the recent debate between Stacie Friend (defending NE) and Manuel García-Carpintero (defending E). In the proper name case, non-exceptionalism holds that names of flesh-and-blood people, geographical places, and the like, retain their referents when imported into fiction; the name 'Napoleon' in *War and Peace* refers to the historical figure himself rather than a fictional surrogate. Exceptionalism about proper names, on the other hand, posits that the name is about (without singularly referring to) a role, an abstract representation. Here, I intend to explore what can be gained by transposing the debate from proper names into natural kind terms, and ask whether parallel arguments can be drawn in favor of each position. Both Lewisian (1978) and Kripkean (2013) accounts seem to favor NE about natural kind terms in fiction, albeit for different reasons. For instance, the Kripkean account predicts that, since the reference of natural kind terms has been fixed via contact with samples that occur in the actual world, that reference is imported into fiction. However, there is an asymmetry when exporting reference from fiction, because the purported chain of reference in those cases is a mere pretense – just like it is impossible for us

to find, in the actual world, the flesh-and-blood person being referred to as 'Sherlock Holmes' in the Conan Doyle stories, it should also be impossible to find unicorns or mithril as actual natural kinds. I conclude with an assessment as to whether intuitions about rigidity favor NE. In that regard, natural kind terms pose specific problems of their own. First, perhaps intuitions about natural kind terms in fiction may be genre-dependent: it might be more intuitive to think of 'water' as referring to H₂O in a science fiction than in a fantasy story. Second, recent empirical studies (Devitt and Porter 2023; Haukioja et al. 2023) have shown that descriptivist intuitions about them are stronger when the natural kind in question is of widespread practical interest (which is the case for 'rice', but curiously not for 'water').

Palavras-chave: theories of reference; natural kind terms; fiction.

Exploiting Ambiguity

Laura Delgado

University of Lisbon

Claudia Picazo

Universidad Nacional de Educación a Distancia

Although often it makes sense to disambiguate between the possible meanings or contents of our expressions, it seems to also be the case that we are quite happy with ambiguities, i.e., that we tolerate them and even exploit them for various communicative and non-purely communicative purposes. This paper explores the often-overlooked phenomenon of ambiguity exploitation in communication. We argue that the phenomenon calls for a semantic explanation and we motivate and develop an alternative, multipropositionalist view of ambiguity exploitation that provides a natural description of the multiplicity of content present in the examples.

We consider four types of ambiguity exploitation:

- *Type A – Puns, Jokes, Slogans*: It's hard to explain puns to kleptomaniacs because they always **take** things literally (uptake/steal).
- *Type B – Insinuation*: **Labour** isn't working (the British political party/ the workforce).
- *Type C – Strategic Ambiguity*: It was **Leo** who broke the window (where there are two children named 'Leo').
- *Type D - Dogwhistles, Internal Communication*: There is power, **wonder-working power**, in the goodness and idealism and faith of the American people (the power of doing wonderful things/the power of Christ).

In all these examples, two contents seem to be put into play. However, this apparent multiplicity of content goes against a

monopropositionalist principle standardly assumed in semantics. According to this principle, sentences semantically express at most one proposition per context. How can we account for the apparent multiplicity of content in the examples?

In our view, the examples show that speakers can have multiple semantic intentions.

Semantically intending a content' means here to intend for a word w to mean $[w]$ (when $[w]$ is one of the word's standing meanings) - or to intend for a sentence S to mean p (at context c).. One can have more than one of these semantic intentions. One can intend for w to mean $[w]$, and to mean $[w']$ (at c) - or for S to mean p (at c), and to mean p' (at c). For instance, in type A ambiguity the speaker has the semantic intention for S to mean p and to mean p' . In strategic ambiguity, the semantic intention is to retain all potential meanings without adjudicating among them.

Our conclusion is that ambiguity exploitation is best explained using multipropositionalist semantics (Viebahn (2018)). We claimed that semantic intentions can activate multiple meanings for words at the context and thus, assuming naive compositionality, the sentence thereby expresses more than one proposition.

Palavras-chave: Ambiguity; Multipropositionalism; Semantic Pluralism; Semantic Intentions.

References

Viebahn, E. (2018). **Semantic Pluralism**. Frankfurt, Germany: Klostermann.

O argumento da substância e a natureza dos objetos no Tractatus Logico-Philosophicus

Lorrany de Paula Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Minha comunicação consiste em uma análise do motivo pelo qual os objetos simples devem constituir a substância do mundo no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. A obra do primeiro Wittgenstein é conhecida pelo seu caráter enigmático; suas passagens assemelham-se a aforismos, e por isso quase não há justificações para o que é afirmado. Contudo, esse cenário sofre uma mudança com a introdução do que ficou conhecido na literatura tractatiana como o argumento da substância (T 2.0211-12). O argumento, via uma redução ao absurdo, expressa que se o mundo não tivesse substância, o sentido de uma proposição dependeria da verdade de outra proposição. Mas, caso o sentido fosse dependente do valor de verdade, não seria possível traçarmos figuras do mundo. Visto que o *Tractatus* compreende a linguagem como essencialmente figurativa, a inexistência da substância resultaria na impossibilidade da linguagem.

No *Tractatus*, a significatividade da linguagem é explicada devido à relação existente entre linguagem e realidade, de modo que a explicitação da essência da linguagem coincide com a tarefa de elucidar como a linguagem pode representar a realidade. Isso significa que o *Tractatus* possui preocupações linguísticas que dizem respeito ao que a linguagem deve satisfazer para ter sentido e também preocupações ontológicas que dizem respeito a como o mundo deve ser para que ele possa ser representado pela linguagem. Ou seja, a ontologia da obra também possui um papel semântico. É por essa razão que encontramos na ontologia do *Tractatus* o conceito que serve como fundamento para a sua teoria da linguagem: o conceito de objeto simples, que constitui a substância do mundo.

Apesar de ser um dos poucos momentos no texto onde Wittgenstein fornece uma justificção para uma de suas afirmações, disso não se segue que o argumento da substância seja menos misterioso do que as outras declarações contidas na obra. Duas questões surgem a partir desse argumento: por que a independência entre o sentido e o valor de verdade das proposições garante o fato da linguagem? E por que o sentido só pode ser independente do valor de verdade caso o mundo tenha substância?

O argumento da substância estabelece uma relação entre ontologia e teoria da linguagem, na medida em que a possibilidade do discurso significativo repousa na existência da substância. Para compreender por que a existência da substância garante a independência entre o sentido e a verdade das proposições, e conseqüentemente, como essa independência garante o fato da linguagem, é necessário investigar o que confere aos objetos o estatuto ontológico de substância.

Visamos mostrar como uma concepção específica da noção de substância consegue garantir a independência entre sentido e valor de verdade. Entretanto, para explicar por que o sentido e o valor de verdade das proposições são independentes no *Tractatus*, é necessário analisar o argumento que determina a existência daquilo que possibilita o discurso significativo buscando responder à seguinte questão: os objetos são simples porque são substância ou são substância porque são simples?

Palavras-chave: Wittgenstein; *Tractatus*; Substância.

Pressupostos para o Paradoxo do Seguimento de Regra

Luiz Henrique da Silva Santos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O paradoxo do seguimento de regra, colocado por Wittgenstein em suas *Investigações Filosóficas* (1953), tornou-se o *locus* de uma complexa discussão que ocupou vários pensadores da tradição analítica. Minha intenção ao revisitar essa discussão é delinear as ideias e pressupostos que servem de base para os dizeres expostos no §201 das *Investigações*, onde encontramos a culminância de um intrincado trilho de pensamento desenvolvido nos parágrafos anteriores. Seguirei a definição Sainsbury (2009) de acordo com a qual um paradoxo é um argumento que parte de pressupostos aceitáveis e leva a uma conclusão inaceitável. A primeira dessas premissas para a qual chamo atenção é uma explicação wittgensteiniana sobre um uso majoritário da palavra “significado”. Tal explicação é colocada através da afirmação de que o significado de uma palavra é seu uso na linguagem. Um segundo pressuposto importante é o de que esse uso é quase sempre aprendido por alguém no contexto de uma prática que possui objetivos específicos, geralmente com o auxílio de outra pessoa que encaminha o aprendizado. O último pressuposto aqui elencado é o de que aquele que dá instruções a alguém que está sendo inserido num certo uso de uma expressão linguística deve ser tolerante a variações na regra a ser seguida, caso haja sucesso na prática almejada. Como parece não haver diferença entre uma mudança sistemática e uma mudança aleatória na aplicação de uma regra, Wittgenstein concluirá que nesse caso todo curso de ação pode ser determinado pela regra e, ao mesmo tempo, nenhum curso de ação pode ser determinado por ela.

Palavras-chave: Paradoxo; Seguimento de Regra; Segundo Wittgenstein

PRAGMATICS AS A BY-PRODUCT OF LOGIC IN FREGE'S EARLY WRITINGS

Marco Ruffino
University of Campinas

There used to be a popular interpretation of Frege's view according to which he harbors a philosophical contempt for pragmatic aspects of natural language. This interpretation was promoted not only by several formal logicians that followed the Fregean tradition in logic and truth-functional semantics (such as the first Wittgenstein, Tarski, Carnap, etc.) but also by ordinary language philosophers (such as the second Wittgenstein, Strawson, Austin, etc.). It depicts Frege as a dry Platonic logician, insensitive to the richness of fundamental non-truth-functional aspects of ordinary language and communication.

More recent scholarship by some linguists and philosophers (such as Karttunen (2016), Horn (2007), Sander (2021, 2021.a), and Neale (1999), among others) has shown that the popular interpretation is fundamentally wrong. A careful examination of several of Frege's remarks reveals a much more sophisticated perception of semantic and other pragmatic aspects of language than the one ordinarily attributed to him. These scholars bring to light many of Frege's insights on side-thoughts (*Nebengedanke*), coloring (*Färbung*), presuppositions (*Voraussetzungen*), illumination (*Beleuchtung*) etc., that appear in his writings from 1892 on (especially in "*Über Sinn und Bedeutung*" and "*Der Gedanke*"), and that are nowadays central to the field of pragmatics. From a historic perspective, these writings are from a relatively late stage of Frege's thought, a stage in which his notion of what belongs to logic and what belongs "only" to ordinary language and communication was already fairly mature and consolidated.

Less attention was given in this recent literature to his earlier writings in logic (from 1879 to 1882), especially to the *Begriffsschrift* (BS) and other texts from the same period. This is a crucial period of Frege's thought

because, while outlining his very first formal language, he has to decide what belongs to logic strictly conceived (i.e., pure thought), and what must be filtered out, no matter how much it appears essential to thought and communication. In so doing, he must fight not just against our natural inclinations as speakers but also against a well-established tradition in logic (a tradition coming from Aristotle and endorsed by the overwhelmingly neo-Kantian culture of his time) of analyzing judgements in terms of subject and predicate and of taking grammar as a guide to thought. (In the Preface of BS he describes the task of his book as the one of “break[ing] the power of the word over the human mind, uncovering illusions which through the use of language *often almost unavoidably arise* concerning the relations of concepts” (p. 106).)

In this presentation I want to focus on these very early writings and relate to some aspects of contemporary pragmatics, especially to the notion of implicatures, speech acts and presupposition. I shall first analyze passages in which Frege filters out grammatical aspects of language. As I intend to show, in fixing the limits of his logic he anticipates a very subtle—even if most of the time negative—characterization of the linguistic phenomenon of conventional implicature that would almost a century later be rediscovered by Paul Grice (1967), although Grice does not seem aware of the Fregean antecedents of the topic.

I shall also briefly discuss Frege’s justification for introducing the assertion sign (BS §2) and the definition sign (BS §24) as logical symbols. As some scholars have pointed out (e.g., Vanderveken 1990, Ruffino et. al. 2021, and Ruffino 2022), Frege not only recognizes distinct illocutionary forces in logical assertions and definitions, but also wants to include a marker for those forces in the object-language of logic (indeed, as logical signs), going against a tradition before (and after) him of indicating illocutionary force only in the metalanguage. Finally, I shall make some remarks concerning Frege’s notion of presupposition (*Voraussetzung*) in the BS and related articles. As it will become clear, what he has in mind at this stage of his thought is something quite different from the notion later presented in “*Über Sinn und Bedeutung*” and that became the center of

attention of contemporary pragmatics (e.g., in Strawson (1950), Karttunen and Levinson).

Keywords: Frege, Grice, Pragmatics, Implicature, Speech Acts

Responsabilidade Linguística Estrita

Mariana Teodoro Fernandes
University of Campinas

Situado na discussão acerca da distinção entre semântica e pragmática, o debate entre minimalismo semântico e contextualismo tem como principal objetivo delimitar o conteúdo semântico de uma sentença. Para que sejam compreendidos os pontos que serão levantados neste resumo, é preciso saber, em suma, que as duas posições no debate citado divergem sobre a quantidade de informações contextuais que são aceitas no conteúdo semântico. Por um lado, contextualistas moderados e radicais consideram uma ampla gama de intrusões contextuais como essenciais para a composição do conteúdo semântico; por outro lado, minimalistas consideram estas mesmas intrusões parte do conteúdo não-semântico e totalmente indesejadas dentro da semântica. Aprofundando neste debate, uma das principais críticas à posição minimalista é a de que o conteúdo semântico que ela propõe é mínimo demais e, portanto, sem utilidade. Devido a isso, a filósofa Emma Borg (“Explanatory Roles for Minimal Content”. *Wiley Periodicals, NOUS*, 513-539, 2019), principal referência para o minimalismo semântico, dedica-se à explicitação de algumas funções deste conteúdo mínimo. A função que terei como foco caracteriza-se por apontar o conteúdo mínimo como fundamental para entendermos algumas práticas acerca da nossa responsabilidade pelo que dizemos. Somos responsáveis apenas pelo conteúdo literal do que dizemos? Se a resposta for sim, como podemos responsabilizar alguém que enuncia uma sentença aparentemente neutra, mas que implica um conteúdo que é depreciativo? Se a resposta for não, até que ponto os falantes podem ser responsabilizados por interpretações não-literais de suas sentenças? Apresentarei minha análise e desenvolvimento dos conceitos de responsabilidade linguística conversacional e de responsabilidade linguística estrita esboçados por Emma Borg e Patrick Connolly (“Exploring Linguistic Liability”. in *Oxford Studies of Philosophy of*

Language vol. 2, 1–26, 2021). Ambos os conceitos parecem promissores e foram apenas esboçados pelos autores. Para Borg e Connolly, nós temos a prática de fazer dois tipos de atribuição de responsabilidade e isso os leva a postular dois tipos de conteúdo: *estrito* e *conversacional*. Quando nós enunciarmos sentenças podemos ser responsabilizados estritamente apenas pelo conteúdo literal do que dizemos, assim a responsabilidade linguística estrita é uma noção caracterizada pelos autores como binária: somos ou não responsáveis pelo conteúdo estrito. Ao mesmo tempo, nos nossos enunciados produzimos conteúdos não-literais e, sobre eles, seremos responsabilizados em graus, como defendem os autores: somos mais ou menos responsáveis conversacionalmente a depender do conteúdo conversacional. Veremos que o minimalismo, com seu conteúdo mínimo, fundamenta a responsabilidade linguística estrita e que o contextualismo precisa trilhar caminhos para explicar esse tipo de responsabilidade, por isso, ela será meu foco nesta apresentação; além disso, apresentarei algumas das aplicações práticas das duas noções de responsabilidade. Assim, a partir destas considerações pretendo apresentar: (i) as noções de responsabilidade linguística estrita e conversacional, (ii) suas relações com os conteúdos semânticos e (iii) suas aplicações práticas.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem; Semântica; Pragmática; Responsabilidade Linguística; Minimalismo Semântico.

Adverbial modification and Predicate Modifiers

Martin Adam Motloch
Universidade Federal do Piauí

The logical formalization of sentences about events, especially those containing adverbial modification, e.g., "John walks slowly," remains demanding. According to Jonathan Bennett (1988, 2002), as facts are exemplifications of properties, they are abstract and not basic items in the universe, whereas events constitute a special subcategory of concrete facts. From the semantic point of view, the names of facts are complete, but the names of events are incomplete. This paper aims to provide an alternative logical formalization of facts and events, reflecting Bennett's metaphysical and semantic insights better than his formalization based on Davidson (1967a, 1985) and Parsons (1990). After discussing Bennett's theory, I will develop my logical formalization based on Clark's (1970) predicate modifiers theories. Using the abstraction operator will allow different modifiers to have the same scope and simultaneously guarantee the unicity of the fact or event. There is no quantification over facts or events. The resulting formalization will have advantages in coping with verb-dependent and nonstandard adverbs and allowing for easier conjunctive formalization. The semantic insight that the names of facts are complete describers, and the names of events are not will manifest in the distinct formalization of events. Multigrade predicates will enable further logical entailments. As a result, we get a formalization fitting into Bennett's theory. More importantly, it will remedy the limitation of first-order logic to deal with adverbial modifications ubiquitous to natural language. The X-bar theory treats adverbial modification mainly as adjuncts. If not in first-order logic, we need a way to formalize adverbial modification in some extensions of FOL adequately. Adverbial modification is nowadays most frequently formalized as quantification over events. The predicate modifier theory was very productive in the 1970s and 1980s. Eventually, Davidson's approach became mainstream. Sentences containing adverbial modifications and

those talking explicitly about facts and events can be formalized in first-order logic if we add predicate modifiers and the lambda operator. The trade-off between technical complications and the increased formalization power is worth it.

Palavras-chave: Adverbial modification; predicate modifiers; events; facts.

Do significado ético da visão *Sub Specie Aeternae* no TLP de Wittgenstein

Ramon Silva Ferro
Universidade Federal de Alagoas

“Minhas proposições elucidam desta maneira: Quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.” (TLP, 6.54) Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* desenvolve dois pontos de suma importância: o modo no qual aquilo que é transcendental se *mostra* no mundo; e o que apenas pode ser *dito* ou não, de modo que, aquele é condição de possibilidade deste, no sentido de que, só podemos apreender o que se mostra, a partir do momento em que entendemos a nossa linguagem factual, e percebemos que “Aquilo que não se pode falar, deve-se calar” (TLP, 7). Exploraremos como Wittgenstein nos mostra que a concepção de mundo *sub specie aeternae* (sob espécie de eternidade) só é possível na dimensão transcendental que está para além de toda a linguagem e da empiria, pois para conseguir tê-la, deve-se observar o mundo de fora pois assim concebe-se o mundo em sua totalidade. Veremos também como ele desenvolve o conceito do “eu” e como compreender o *Tractatus* leva a esse acesso a uma visão de mundo liberta das tentativas de formular pseudoproposições e nos ajuda a subir essa “escada” até o “mundo dos felizes”. O que é, portanto, o mundo dos felizes? É o mundo daquele que compreende verdadeiramente o *Tractatus* e, através de uma atitude pensada, *quer* utilizá-lo em sua vida para “treinar” a sua linguagem através de diversos erros, o sujeito quer, pois, essa tarefa cabe somente a mim, como indivíduo, ninguém mais pode fazê-la senão eu. Wittgenstein, frisa isso logo no prefácio do TLP, ele nos fala que o TLP não é um manual, ele, portanto, apenas nos aponta a direção e, ao compreendê-la, subiremos, enfim, as “escadas” para o mundo dos felizes.

Veremos, portanto, como este tema se apresenta no TLP e o analisaremos detalhadamente.

Palavras-chave: solipsismo; transcendental; tractatus.

Respostas contemporâneas ao Frege's Puzzle

Victor Angelucci

Universidade Federal de Minas Gerais

O *Frege's Puzzle* é um problema antigo em filosofia da linguagem. Sua clássica formulação foi feita no célebre artigo “Sobre o Sentido e a Referência” de Frege (Frege 2011). Em poucas palavras, se constantes, termos referenciais ou conceitos singulares contribuem com um objeto para as condições de verdade da sentença ou pensamento em que figuram, então as identidades $a=a$ e $a=b$ possuem o mesmo significado. Mesmo assim, tais identidades apresentam valor cognitivo diferente: um sujeito racional pode acreditar em uma enquanto toma a outra como falsa e uma pode ser informativa enquanto a outra não.

A solução fregeana é conhecida, a saber, postular dois níveis de significado- o sentido e a referência. Entretanto, por razões que escapam do escopo do projeto, a solução fregeana original foi abandonada. Neste contexto, o presente trabalho se propõe a apresentar as soluções contemporâneas para o *Frege's Puzzle*. Partindo do trabalho de Gray (Gray 2017; Gray 2020; Gray 2022), podemos dividir as posições contemporâneas entre relacionistas (Fine 2007) e NeoFregeanos (Evans 1982; Recanati 2012).

Relacionistas apostam na aplicação da noção de coordenação para a solução do problema. Duas constantes estão coordenadas quando é possível “explorar” suas identidades (*trade their identities*), como no critério estabelecido por Campbell (Campbell 1988; Campbell 1994): em uma inferência como $Fa, Ga \vdash Fa^A Ga$ não há necessidade de explicitar a correferência das constantes, ela é pressuposta. Sendo assim, estão coordenadas. O relacionismo semântico de Fine vai interpretar a relação de coordenação como necessidade semântica de correferência e vai tentar dar conta das noções de identidade ou diferença de valor cognitivo por meio da necessidade de duas constantes correferirem. Devemos notar que tudo isso

é feito sem abandonar um quadro referencialista, no qual o significado de termos referenciais, por exemplo, é apenas sua referência.

Já NeoFregeanos tentam resgatar a estratégia empregada por Frege, isto é, postular dois níveis para o significado. Atentos aos desenvolvimentos da semântica ao longo do século XX, teorias neofregeanas não constroem o nível semântico equivalente ao sentido como tendo um funcionamento satisfacional. Um dos quadros teóricos mais refinados neste sentido é a teoria dos arquivos mentais de Recanati (Recanati 2012; Recanati 2016), que associa aos termos não sentidos, mas modos de apresentação não-descritivos na forma de arquivos mentais. A referência de um arquivo é fixada por meio de uma relação epistemicamente recompensadora (*ER-Relation*) entre sujeito e objeto. Aqui, a diferença de valor cognitivo é explicada por meio da utilização de um mesmo arquivo ou de arquivos diferentes nos contextos relevantes.

Em geral, são essas as posições disponíveis para o teórico. O objetivo do trabalho é apresentar as posições e as exemplificar por meio da teoria dos arquivos mentais de Recanati e pelo relacionismo semântico de Fine. As posições serão contrastadas e, por fim, veremos como uma disputa direta entre as teorias é difícil. Arquivos mentais são conceitos singulares possuídos por sujeitos específicos e a necessidade de correferência entre constantes é um traço interno à semântica de uma dada linguagem.

O problema da intencionalidade em Ludwig Wittgenstein

Wilton Lins Júnior

Universidade Católica de Pernambuco

Inicialmente, a comunicação visa problematizar o tema da intencionalidade na obra investigações filosóficas de Wittgenstein. Consiste em saber o que é a intencionalidade? Qual a diferença da sua concepção de intencionalidade em detrimento a outros filósofos, saber no Wittgenstein tardio em que base está fundamentada sua noção de intencionalidade? Está estritamente compreendida na linguagem. Além disso, Wittgenstein deu grande atenção a esse tema, desde o início da sua investigação filosófica, a depender do seu período de desenvolvimento filosófico, essa noção passou por mutações em seu entendimento, acerca do problema da intencionalidade, o objetivo proposto aqui é dissecar esse conceito presente nas investigações filosóficas, obra que marca um ponto disruptivo no seu pensamento.

Palavras-Chave: Intencionalidade. Linguagem. Investigações Filosóficas.

3.6 Filosofia da Matemática
Philosophy of Mathematics

Frege antecipou o problema da má companhia

Alessandro Bandeira Duarte

Monological argumentation as inner dialogue

Bruno Ramos Mendonça

Seriam as geometrias não-euclidianas um problema para o garfo de Hume?

Bruno Vaz

A relação entre a Física e a Matemática: o problema da aplicabilidade

Faysall Santana Farhat

Did Frege have Basic Law V in mind in *Die Grundlagen*?

Rafael de Araujo Serra

Frege antecipou o problema da má companhia

Alessandro Bandeira Duarte

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Com a descoberta da contradição originada pelo Axioma V, em uma carta a Russell de 28 de julho de 1902, Gottlob Frege indica a possibilidade de fundamentar a aritmética a partir do Princípio de Hume – a segunda definição de número cardinal, que foi rejeitada nos Fundamentos da Aritmética. Todavia, Frege também rejeita essa possibilidade. Por muito tempo, a interpretação mais comum dessa rejeição devia-se ao fato de que o Princípio de Hume não era imune ao Problema de Júlio César e tal interpretação estava fundamentada em uma tradução equivocada na edição inglesa. O objetivo do trabalho é apresentar uma nova interpretação da passagem na carta de 28 de julho, no intuito de relacionar a rejeição do Princípio de Hume com o Problema da Má Companhia, que foi explicitamente formulado na década de 1990 pelos opositores do neologicismo de Crispin Wright e Bob Hale, mas que Frege implicitamente considera na carta. Serão apresentadas algumas evidências textuais em cartas anteriores que favorecem a interpretação aqui defendida. Além disso, há evidências diretas e indiretas relacionadas ao papel do Princípio de Hume na fundamentação da aritmética. Em particular, será mostrado que Frege chegou a considerar o Princípio de Hume como um princípio fundador entre 1882 e 1884.

Palavras-chave: Gottlob Frege; Problema da Má Companhia; Carta a Russell.

Monological argumentation as inner dialogue

Bruno Ramos Mendonça
Universidade Federal da Fronteira Sul

In *Proofs and Refutations* (1976), Lakatos offered us an original and innovative portrait of Mathematics as an essentially dialogical practice. From a Lakatosian perspective, the proof of a conjecture is something we present to others. It's the proof's interlocutive dynamics that grounds the validity of its argumentative steps. C. D. Novaes in her book *The Dialogical Roots of Deduction* (2021) recently (and with great impact) revisited this dialogical conception of mathematical practice. In her work, Novaes further explores the Lakatosian hypothesis by arguing that deductive mathematical practice is an instance of a prover–skeptical game (Sorensen and Urzyczyn, 2006). Despite their undeniable appeal, it's still not clear whether we have solid empirical evidence supporting these ideas. In particular, the Lakatos–Novaes hypothesis entails the claim that monological argumentation is a kind of inner dialogue, and, so far, it's uncertain whether advanced cognitive and psycholinguistic studies on dialogue internalization give support to that claim. In this talk, I present an overview of the state of the art of the empirical research on dialogue internalization. Furthermore, I critically assess whether these investigations justify the Lakatos–Novaes hypothesis and, more specifically, the claim that (monological) demonstration is an example of a prover–skeptical game.

Palavras-chave: Proofs and refutations; Dialogue internalization; Dialogical logics.

Seriam as geometrias não-euclidianas um problema para o garfo de Hume?

Bruno Vaz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Hume é bastante claro ao fornecer os critérios para classificar todos os objetos da investigação humana. Aqueles que são, nas palavras dele, intuitivamente ou demonstrativamente certos pertencem ao grupo das relações de ideias, e podem ser descobertos pela operação do pensamento, guiada apenas pela ausência de contradição. Já aqueles cujo conhecimento exige mais que a simples operação do pensamento são classificados como questões de fato, e uma peculiaridade destes é que seu contrário sempre é possível. O critério estabelecido é bastante interessante, pois coloca as matemáticas como uma atividade que depende apenas da mente humana, não devendo nada ao poder do hábito e da causalidade para sua consolidação enquanto conhecimento. Todavia, o advento das geometrias não-euclidianas lança desafios interessantes para a compreensão do lugar das matemáticas em uma teoria do conhecimento nestes moldes. Há que se responder, por exemplo, à questão sobre como e por que lógica e matemática (e até mesmo a física teórica) devem ser vistas como pertencentes ao mesmo lado ou a lados diferentes desta divisão. Quando pensamos, por exemplo, que o paralelismo pode ser visto de três maneiras diferentes, todas elas incompatíveis entre si, não estamos com isso querendo dizer que a proposição que afirma existir uma única paralela passando por um ponto externo a uma reta dada é de tal sorte que sua negação também pode ser concebida (o que a classificaria, de acordo com os critérios de Hume, como uma questão de fato e portanto como não sendo, a rigor, do domínio das matemáticas). Obviamente, Hume não pode ser criticado por ter aparentemente deixado tais questões em aberto, afinal o as geometrias não-euclidianas surgiram posteriormente. Pelo contrário, é justamente a perspicácia do critério que faz com que se procure um modo

de acomodar as novas descobertas a ele. No presente trabalho procuramos oferecer modos de compreender o critério estabelecido pelo garfo de Hume para os quais as geometrias sejam vistas como realmente pertencentes às relações de ideias, uma vez que não se pode dizer que uma resposta advinda da experiência possa decidir sobre qual das geometrias seria a verdadeira. Em certo sentido, as geometrias alternativas são mais ameaçadoras para uma concepção como a de Kant, comprometida que está com a geometria euclidiana como sendo a ciência do espaço da intuição pura. Afinal, o que garante cidadania matemática às geometrias não-euclidianas é justamente a ausência de contradição em seus sistemas, critério que as coloca bem no lugar que Hume reservou para elas, muito embora as deixe deslocadas, sem lastro com a realidade, na teoria de Kant. As proposições da matemática não estão à espera de um experimento para que se resolva sobre sua verdade. Defenderemos que elas são como que propostas que a mente coloca para questões que os fatos são incapazes de responder (no caso das partes teóricas das ciências empíricas), ou para situações em que tanto a afirmação quanto a negação de uma determinada proposição, de maneira exclusiva, podem ser admitidas (no caso das matemáticas). Palavras-chave: geometrias não-euclidianas; garfo de Hume; relações de ideias; questões de fato.

A relação entre a Física e a Matemática: o problema da aplicabilidade

Faysall Santana Farhat

Universidade Federal de Santa Catarina

Em meados de 1959, Eugene Wigner aborda o problema da aplicabilidade da Matemática no domínio da Física teórica e experimental em uma palestra na New York University, inaugurando a questão em termos contemporâneos. O cientista, entretanto, afirma que a aplicabilidade é simplesmente um milagre que não somos capazes de explicar. Diante destas dificuldades e a fim de tornar mais claro o referido problema, traçaremos a distinção proposta por Mark Steiner entre os diversos casos de aplicabilidade, quais sejam: as não empíricas, as empíricas canônicas e as empíricas não-canônicas – sendo estes os últimos os casos filosoficamente mais interessantes e nos quais iremos nos concentrar. Para tratá-los, vamos propor uma abordagem naturalista da evolução das teorias matemáticas, que consiste em considerar várias de nossas concepções matemáticas mais básicas como baseadas, assim como a Física, em algumas de nossas percepções, dessa vez, entretanto, percepções mais primitivas. Livre para explorar abstratamente tais concepções, sem as amarras de observações e experimentos mais acurados, o intelecto humano desenvolve uma gama de teorias matemáticas que poderão ou não servir como ferramentas para o trabalho da Física que, impondo o crivo da aplicabilidade, selecionará aquelas mais convenientes para o seu avanço. Ao tratarmos os casos que parecem distanciar-se das percepções primitivas dos seres humanos, como a Teoria da Relatividade e Mecânica Quântica, mostraremos como a evolução tanto da Matemática quanto da Física guarda uma relação íntima de generalização de antigas teorias, ligando-as novamente às nossas experiências sensoriais. Abordaremos ainda os casos nos quais as teorias matemáticas necessárias para o crescimento de determinado campo do conhecimento não estão ainda disponíveis, fazendo

com que as ciências empíricas se tornem propulsoras do desenvolvimento da Matemática.

Palavras-chave: aplicabilidade; aplicações empíricas não-canônicas; relação entre a Matemática e a Física.

Did Frege have Basic Law V in mind in *Die Grundlagen*?

Rafael de Araujo Serra
Universidade Estadual de Campinas

In *Die Grundlagen der Arithmetik* (1884), Frege attempted to define cardinal number contextually by means of the abstraction principle known as Hume's Principle, according to which an equality of numbers should be understood as one-to-one correspondence between the concepts involved. The Julius Caesar problem has shown that this definition failed in providing the concept of number with a meaning, which led Frege to an explicit definition of number in terms of extensions of concepts. The explicit definition defines the cardinal number of a concept F as the extension containing all the concepts which can be correlated one-to-one with F . The main reason for Frege's adoption of the notion of extension of concept was that, according to him, it apparently avoids the Julius Caesar problem. Nevertheless, there was a second important motive behind his adoption of the explicit definition: Hume's Principle can be proved by means of it. In Frege's view, this is an essential feature of any appropriate definition of number, since Hume's Principle, which had been discarded as a good definition, is a cornerstone in the logicist project: it represents arithmetical equality in a purely logical way. It will be argued that the proof Frege envisioned of Hume's Principle was based on a logical law that he had not yet explicitly formulated: Basic Law V. More precisely, the proof sketched in *Die Grundlagen*, paragraph 73 relies on a principle which governs the relation of identity between extensions of second-level concepts. Such a principle is very similar to Frege's later Basic law V stated in *Grundgesetze der Arithmetik* (1893), which shows that he already had an idea of what his logical law governing extensions of concepts would be like. This discussion will raise the following question: if Frege actually had Basic Law V in mind in *Die Grundlagen*, how could he formulate it at the time with the linguistic apparatus of his conceptual notation? The answer to this question will reveal that a possible version of Basic Law V in

Die Grundlagen would have made use of Frege's early notion of identity of content, which would make this version different to the later one.

Keywords: Hume's Principle; Basic Law V; Identity of Content.

3.7 Filosofia da Mente **Philosophy of Mind**

Consciência aninhada: um exame dos animais coloniais como entidades subjetivas

Anderson Fonseca

meta-ontologias e ficções

Gabriel Andersen Eugênio

Do Quarto Chinês ao Solipsismo: como a metafísica do argumento de Searle conduz à Simulação de Baudrillard

Gabriel de Albuquerque Barbosa Baumann

Há mente além do cérebro? Kastrup e Huemer contra o fisicalismo

Gabriel Brasileiro

Unintentional Intentionality

Iulia Nistor

Functionalism: a new approach to the problem of qualia

João Felipe Santana Rasi

A crítica genealógica de Nietzsche à noção de sujeito livre

Leovan Moraes Rodrigues Neto

McCulloch & Pitts: Um Olhar Filosófico

Libni Ewerton Teles

O papel explicativo da atenção em teorias do lembrar episódico

Mártin Cerezer Kolberg

Consciousness and contingency: why representationalism must rest in peace

Marco Aurélio Sousa Alves

A estratégia dos conceitos fenomenais: uma resposta fisicista ao argumento do conhecimento

Matheos S. Maia

A história e-qualia de Robert Kirk contra o argumento do zumbi

Matheus Pereira da Fonseca

WHAT IS “IMAGINATION” IN THE PHILOSOPHY OF MEMORY? Between the attitudinal and constructive senses of imagination

Matheus Vinícius Cavalcante

Execution Failure

Samuel Asarnow

Distal Content and Counterfactual Comparison

Sérgio Farias de Souza Filho

A estrutura dos fenômenos mentais conscientes na *Psicologia de Brentano*

Tárik de Athayde Prata

Aspectos da filosofia da mente de Wittgenstein a partir da leitura dos §§903-8 das Observações sobre a Filosofia da Psicologia

Thiago Ferreira dos Santos

Em busca do núcleo de sentido de “mente”: uma proposta metodológica para a análise de função

Victória Karoline Ramos de Oliveira

Consciência aninhada: um exame dos animais coloniais como entidades subjetivas

Anderson Fonseca
Universidade Federal do Ceará

No presente trabalho, pretendo apresentar este argumento metafísico: mentes individuais podem ser combinadas para formar uma macromente. Este argumento baseia-se no Combinacionismo, a tese de que a consciência do sujeito está fundada e é explicada pelo conjunto das consciências das partes que o compõem. Dentro dessa linha, defenderei a tese de que a consciência de um organismo vivo, ao ser o produto da coleção de coisas conscientes em uma estrutura adequada, admite graus.

Assim, analisarei a relação entre organismos coloniais como consciência coletiva e a consciência fenomenal unificada. Considerando que certas colônias de animais invertebrados são modelos para o exame do desenvolvimento da multicelularidade, imaginamos ser plausível analisá-las também como exemplos de integração experiencial, ou seja, como sistemas capazes de combinar as experiências dos indivíduos componentes em uma macromentalidade genuína. A consciência de um sujeito experiencial seria, portanto, aninhada. Por conseguinte, o exame do modo como as mentes individuais são combinadas se embasaria no estudo do desenvolvimento do corpo colonial. Isso significa admitir a hipótese de que a consciência vem em graus de composição psicofísica, ou seja, segundo o modo de integração.

Se a consciência é gradual, então ela é vaga ou imprecisa em alguns sistemas vivos. Por conseguinte, haveria a possibilidade de casos limítrofes. Neste trabalho, argumento que coletivos conscientes (ou mentes de grupo) se encontram na fronteira *entre* ser *nós* e *eu*, quando a combinação é parcial. Em compensação, quando a combinação é total, são unidades conscientes.

Em razão disso, selecionei os briozoários, animais que vivem em forma colonial e cuja conexão física entre os indivíduos parece ser suficiente para fundamentar uma possível integração fenomenal. Por conseguinte, investigo as características biológicas desses animais a fim de elaborar um modelo teórico de quais aspectos seriam adequados para que um organismo colonial apresente unidade subjetiva ou se encontre na fronteira da integração fenomenal.

Palavras-chave: Consciência; Colônias; Combinacionismo; Gradualismo Psicofísico.

meta-ontologias e ficções

Gabriel Andersen Eugênio
Universidade Estadual de Campinas

Os objetos ficcionais fornecem um grande quebra-cabeças para os metafísicos, pois, ainda que seus termos e nomes estejam inseridos em nossa linguagem usual, elas são entidades que não possuem uma natureza clara. Sabemos que podemos formular expressões como "Bruce Wayne nasceu em Gotham City" e "Capitu nasceu em São Paulo", além disso, podemos dizer que a primeira expressa uma proposição verdadeira, já a segunda, uma proposição falsa. Contudo, a que objeto se refere "Bruce Wayne" e "Capitu"? Esses objetos existem? Que propriedades podemos atribuir a eles? Ou mesmo, em que sentido podemos dizer que uma das proposições é falsa e a outra é verdadeira? Essas são questões que os metafísicos se debruçam ao discutir as entidades ficcionais. Contudo, de acordo com a meta-ontologia defendida por Amie Thomasson (2015), i.e., a *Ontologia Fácil*, podemos responder de forma direta às questões acerca da existência de tais entidades. Em concordância com tal perspectiva meta-ontológica, dadas as condições de aplicação para os termos (ou nomes) ficcionais (que são criadas ao longo das obras nas quais os objetos estão inseridos), caso seja verificado que tais condições são cumpridas, podemos concluir a existência dessas entidades. Todavia, responder tal questão é apenas uma parte do problema, precisamos ainda investigar como podemos atribuir propriedades a tais objetos. Por isso, seguindo Thomasson no livro *Fiction and Metaphysics* (1999), faz-se indispensável uma discussão acerca do que são os objetos ficcionais. Sobre esse tópico três visões são majoritárias: possibilismo, meinongianismo e artefactualismo (Kroon e Voltolini, 2023). De acordo com o cenário exposto, em minha apresentação pretendo mostrar a interação entre os debates de filosofia da ficção e meta-ontologia. Proporei, então, que o debate acerca do que são os objetos ficcionais forneça-nos pistas do que devemos tomar como

metodologia para a metafísica. Além disso, sugirirei que a posição que melhor descreve nossas práticas linguísticas é o abstracionismo.

Palavras-chave: Metametáfísica; Ficção; Meta-ontologia.

Do Quarto Chinês ao Solipsismo: como a metafísica do argumento de Searle conduz à Simulação de Baudrillard

Gabriel de Albuquerque Barbosa Baumann
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

No argumento do Quarto Chinês, John Searle ataca a possibilidade da existência de uma Inteligência Artificial (IA) no sentido forte. Por meio de um experimento mental, ele pretendia demonstrar que uma mera implementação algorítmica computacional não é, por si só, suficiente para a consciência ou intencionalidade, já que ninguém que apenas manipulasse símbolos desconhecidos de outra língua diria que compreende verdadeiramente o idioma, ainda que assim o parecesse para os demais. Seja para objetar ou reforçar o argumento, há duas abordagens comuns: lidar com a intencionalidade dos estados mentais; ou lidar com aspectos linguísticos da relação entre sintaxe e semântica. Propomos aqui, uma outra perspectiva de problematização: a metafísica. Existe um pressuposto ontológico no argumento de Searle: o fato de que o cérebro de seres humanos e de animais são a base causal da existência de fenômenos mentais (SEARLE, 1980). A fundamentação metafísica de seu raciocínio está na ideia de redução causal, segundo a qual “uma relação entre quaisquer dois tipos de coisas que podem ter poderes causais, onde a existência e, a fortiori, os poderes causais da entidade reduzida são mostrados como inteiramente explicáveis em termos dos poderes causais dos fenômenos redutores” (SEARLE, 2008). Nesse contexto, não faz sentido falarmos de IA forte, uma vez que aquilo reconhecidamente como mente só surge de entidades orgânicas mais fundamentais. Apesar disso, a força do argumento está num princípio da filosofia da mente: “tratando-se da consciência, sua realidade é aparência” (SEARLE, 2008). Isso vale para dizermos que não compreendemos chinês, quando estamos no lugar do programa de computador, mas, não para quando estamos fora. Por quê?

Porque aquilo que produz a aparente compreensão de um idioma não encontra base causal num estado mental intencional, explica-nos Searle. No entanto, como saber se outra coisa possui algo assim? Por que à pergunta “será possível uma IA forte?” Searle responde: “eu não sei chinês”? Existe aqui um “salto” sutil, de difícil explicitação, operado pelo movimento de passagem de terceira pessoa (observador) para primeira pessoa (agente consciente). Para clareá-lo, nos inspiramos no conceito de simulação, descrito pelo filósofo francês Jean Baudrillard (BAUDRILLARD, 1991). Podemos esquematizar as simulações conforme suas relações causais e observacionais em dois tipos: (1) o simulador, a fim de enganar o observador por meio da simulação da posse de uma causa real, produz efeitos similares a partir de outras causas desconhecidas pelo observador; (2) o simulador, a fim de enganar o observador, torna-se detentor das causas reais, mas omite suas verdadeiras motivações. Ora, uma simulação do tipo (1) é justamente o que se passa quando vemos o quarto chinês de fora; e uma simulação do tipo (2) é precisamente quando estamos dentro. Então, o raciocínio do argumento de Searle pode ser reescrito em termos causais na relação entre simulador e observador. Contudo, nesse cenário, existe somente uma certeza: apenas eu sei quando eu estou simulando. Nada se pode dizer dos outros, nem eles de mim. Portanto, pela via da investigação da metafísica do Quarto Chinês, temos uma consequência indesejada: o solipsismo cartesiano.

Palavras-chave: Quarto Chinês; metafísica; redução causal; Simulação; solipsismo.

Referências

- SEARLE, J. (1980). Minds, Brains and Programs. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 3, p. 417-457.
- SEARLE, J. (2008). **Reductionism and the Irreducibility of Consciousness. Emergence:** Contemporary Reading in Philosophy and Science. Cambridge: The MIT Press, p. 69-80.

BAUDRILLARD, J. (1991). **Simulacros e Simulação**. Relógio D'Água: Lisboa.

Há mente além do cérebro? Kastrup e Huemer contra o fiscalismo

Gabriel Brasileiro
Universidade Federal do Ceará

A natureza da mente é um dos tópicos mais debatidos na filosofia analítica contemporânea, havendo inúmeras propostas que trazem consigo diversas controvérsias e, conseqüentemente, diversos desacordos. Posto isso, umas das questões mais sensíveis desse tópico é se a mente se encerra no cérebro ou se, em algum sentido, ela está além dele. Fisicalistas abraçam a primeira alternativa ao crerem que a mente pode ser reduzida ao cérebro, substituída por descrições de causas cerebrais ou colocada em uma posição de estrita dependência ontológica em relação ao cérebro — entre outras propostas. Desse modo, no caso de fisicalistas, o sujeito tem seu fim junto ao seu cérebro quando morre, não havendo mente e nem nada que sobreviva após a morte. Já aqueles que abraçam a alternativa de que a mente está além do cérebro creem que a existência da mente não é produto do cérebro ou que, mesmo sendo produto do cérebro, as propriedades da mente o transcendem de alguma maneira. De forma geral, esses poderiam ser chamados de anti-fisicalistas, contudo, seus posicionamentos não se restringem a uma monolítica oposição ao fisicalismo, pois há diferentes modos de não ser fisicalista, da mesma maneira que há diferentes modos de ser fisicalista. Frente a isso, neste trabalho, iremos analisar as visões dos filósofos analíticos Bernardo Kastrup e Michael Huemer, cujas posições são descritas respectivamente como monismo idealista e dualismo de substância. Assim, iremos explorar um argumento de cada filósofo segundo suas diferentes perspectivas, porém, mantendo a unidade entre elas frente àquilo que ambas as posições concordam: a mente não depende do cérebro para existir. O argumento do Kastrup que iremos explorar aborda a questão por meio da interpretação dos resultados de pesquisas científicas sobre experiências de quase-morte (EQMs), mostrando que explicações

fiscalistas — dentre elas a hipótese do cérebro entrópico, a mais popular atualmente — não dão conta de explicar os fenômenos daquelas experiências. Já o argumento do Huemer que iremos também explorar aborda a questão por meio do exame da persistência da identidade pessoal, que não parece ser bem explicada por meios físicos. Desse modo, apesar das diferenças entre as posições dos filósofos, veremos que ambos os argumentos mencionados complementam-se. Além disso, ainda com base em Kastrup e Huemer, será exposto que, se a mente não depende do cérebro para existir, então, há boas razões para pensar que a mente persiste em existência mesmo que não haja mais cérebro.

Palavras-chave: mente; cérebro; fiscalismo; monismo; dualismo.

Unintentional Intentionality

Iulia Nistor
University of Regensburg

Intention is a necessary condition for John Searle's concept of derived intentionality; it is what bestows the intentionality of mental states on physical phenomena. This may be true for illocutionary acts but not for all instances of intentionality in the physical realm. I discuss cases of unintentional intentionality, starting with the example of the wave-poem by Steven Knapp and Walter Benn Michaels (1982) and continuing with cases that implement images rather than text, that is, pareidolia. Furthermore, I criticise the dependency of the intentionality of physical phenomena on the intentionality of mind, suggested by the adjective 'derived'.

Palavras-chave: intentionality; derived intentionality; meaning intention;
pareidolia

Functionalism: a new approach to the problem of qualia

João Felipe Santana Rasi
Universidade de São Paulo

At all times, people experience a range of emotions, memories, desires, and experiences. These feelings are responsible for creating our rich inner mental life. We have direct access to and familiarity with these feelings, but strangely we don't have any good scientific knowledge about these mental states. This problem is known as the hard problem of consciousness (CHALMERS, 1996). For a long time, several philosophical theories have tried to answer this problem, presenting a metaphysical theory of consciousness. One of these theories is functionalism which defends that mental states are functional states. This state could be understood through a causal chain between input, inner state (mental state, and output (some behavior). For example, if someone has a desire, he or she has a specific brain organization that was caused by some input, and this person will act in some form (output). Just like any philosophical theory, functionalism suffered from some objections. One of the most classical criticisms against functionalism is the objection of absent qualia and inverted qualia done by Ned Block (1972;1978) and Jerry Fodor (1972). This objection can be interpreted and summarized by the weakness that functionalism has in understanding qualia. The concept of qualia is a technical term that has been used by literature to reference phenomenological consciousness. For Chalmers (1996) every physicalist reductionist theory of phenomenological consciousness will have some difficulties in resolving the hard problem of consciousness. Initially, functionalism (LEVIN, 2023; HEIL, 2013) had some physicalist/ reductionist ideas about phenomenological consciousness. Because of this, maybe, we could understand functionalism's weakness in understanding qualia like the same difficulty that physicalists/reductionists have to solve the hard problem of consciousness. Through this, we can raise the hypothesis that functionalism suffers from the objection of absent and inverted qualia because its origin occurred in a physicalist reductionist

paradigm. But functionalism isn't an ontological theory of mind (if the mind exists independent of physical or not), the functionalist theory is a metaphysical thesis about the mind (what is the nature of the mind). Thus, functionalists won't be necessarily compromised with an ontological physicalist-reductionist thesis of the mind. Therefore, the purpose of communication is to argue that the heart of absent and inverted qualia objection is the hard problem of consciousness. And, because of this, if we think of some new version of functionalism that isn't physicalist and reductionist, maybe, functionalism could solve the objection of absent and inverted qualia. So, in the end, I will propose a new version of functionalism that is a fusion with Russeliano monism.

Palavras-chave: functionalism; the hard problem of consciousness; qualia.

A crítica genealógica de Nietzsche à noção de sujeito livre

Leovan Morais Rodrigues Neto
Universidade Federal de Pernambuco

Nietzsche desenvolve, na *Genealogia da Moral* (1887), uma espécie de “método” histórico-crítico voltado a realizar um exame dos valores morais: a genealogia. Caracterizada por ser um procedimento que utiliza elementos teóricos-conceituais da história, da filologia e da fisiopsicologia como instrumentos metodológicos, a genealogia realiza a crítica à moral a partir de um critério extra-moral: a vida. Com base nos resultados do exame genealógico, o filósofo do martelo busca realizar projeto da Transvaloração dos valores, a partir do qual não só tece uma contraposição à cultura e à filosofia ocidentais, como busca superar as bases desta cultura. No contexto desse projeto da Transvaloração, um dos alvos de Nietzsche é a noção de sujeito livre. Dentro deste cenário, nosso trabalho possui como objetivo central apresentar a forma pela qual Nietzsche realiza esta crítica à ideia de um sujeito livre. Buscamos evidenciar, com isso, que o filósofo do martelo compreende o sujeito como um equívoco linguístico-psicológico formulado como a base moral da cultura ocidental com a intenção de imputação da culpa. Por isso, dividimos nosso trabalho em três momentos. O primeiro desses momentos é caracterizado pela explicação do procedimento genealógico, tendo em vista as suas ferramentas metodológicas. O segundo momento, pela demonstração da crítica genealógica ao sujeito. Por fim, buscaremos demonstrar como Nietzsche busca superar essa noção de sujeito com a ideia da vontade de potência.

Palavras-chave: Crítica; Genealogia; Nietzsche; Moral; Sujeito.

McCulloch & Pitts: Um Olhar Filosófico

Libni Ewerton Teles
Universidade Federal de Alagoas

Passou despercebido, à época, o impacto filosófico da formalização do neurônio artificial e a doutrina seguida na concepção dos artigos "*A Logical Calculus of the Ideas Immanent in Nervous Activity*" e "*How we Know Universals: the Perception of Auditory and Visual Forms*". Investigaremos o contexto intelectual que envolvia os neuropsiquiatras pioneiros da cibernética. São eles Warren McCulloch e Walter Pitts, que, junto de Alan Turing, John McCarthy, Hebert Simon e Marvin Minsky, lançaram as bases da Inteligência Artificial. A partir dessa retrospectiva, procuraremos entender o que eles pretendiam com suas formalizações do comportamento humano e faremos paralelos com as teorias que seriam desenvolvidas posteriormente, tais como o fisicalismo, em especial as teorias funcionalistas da mente e o funcionalismo de estado-máquina (*machine-state*) desenvolvido por Hilary Putnam.

Palavras-chave: Conexionismo; Inteligência Artificial; Filosofia da Mente; Funcionalismo; Hilary Putnam.

O papel explicativo da atenção em teorias do lembrar episódico

Mártin Cerezer Kolberg

Universidade Federal de Santa Maria

Neste trabalho pretendo abordar a questão sobre qual deve ser o papel explicativo da atenção em teorias do lembrar episódico. Para isso, buscar-se-á estruturar uma posição teórica que sustente a atenção como uma propriedade emergente, um efeito, ou ainda, uma consequência natural dos efeitos de priming. As implicações de tal posição poderá servir de resposta à questão da relevância da atenção como um explicador para teorias do lembrar episódico. Com isso, almeja-se contribuir com o desenvolvimento da Filosofia da Memória e facilitar o trabalho futuro de filósofos que cogitem a inserção da atenção nas teorias. Para isto, vou me basear principalmente no trabalho de Britt Anderson “*There is no such thing as attention*” (2011). Nele, Anderson sustenta que a atenção não pode ser vista como um agente causal, embora boa parte do trabalho moderno adote tal posição causal. Por exemplo, encontra-se em publicações afirmações como “a atenção torna o tempo de reação a um estímulo mais curto” ou ainda “a atenção melhora o processamento de estímulos perceptuais”. Sua posição eliminativista sustenta que a atenção foi reificada, isto é, atribuiu-se um poder causal à atenção, quando é apenas um conceito abstrato. Além disso, ele argumenta que o uso do termo “atenção” nas explicações dos fenômenos não aprofunda nosso entendimento teórico e pode ser facilmente deixado de fora ou substituído por outros termos. Por fim, a alternativa proposta por ele é uma mudança terminológica. Ele propõe que os fenômenos atencionais podem ser melhor estudados a partir de uma terminologia bayesiana. O eliminativismo de Anderson abre espaço para repensar quaisquer pressupostos que podemos ter de que a atenção é capaz de explicar o lembrar episódico.

Palavras-chave: filosofia da memória; atenção; eliminativismo.

Consciousness and contingency: why representationalism must rest in peace

Marco Aurélio Sousa Alves
Universidade Federal de São João del-Rei

The metaphysical nature of the phenomenal qualities of conscious experiences, in particular of perceptual (sensible) experiences, remains as puzzling as it was 30 years ago (or 400 years ago). When such a problem came to be called "hard", it was believed that a theory that adequately explained the relationship between phenomenal and physical properties would be on the right track. Representationalism promised to do just that, explaining phenomenal properties in terms of mundane (physical) properties that natural representational systems have evolved to track in their environments. In such a theory, brain states are vehicles of representational contents, and such contents would be composed of physical/worldly properties that fix the phenomenal character of experiences. Representationalism comes in various flavors. In recent years, many of its former defenders and even founding fathers have abandoned or profoundly modified it to accommodate the response-dependent character of experience, which suggest the internal dependence of at least some of the sensible properties. Adam Pautz (2021) advocates what might be considered today the strongest version of representationalism still on the market, which he calls the "internalist-nonreductive" version. His particular flavor combines internalist and externalist elements, with spatial properties being fundamentally externalist and providing the strongest argument in favor of what remains of the representationalist theory. Contrary to Pautz, I will argue that his arguments in favor of the essential directness of spatial sensible properties are flawed. Following David Papineau (2021), I argue that the representationalist theory is untenable, even in its internalist (weakened) version, because the relationship between phenomenal and representational properties is fundamentally contingent, and not necessary,

as such theory requires. Phenomenal properties are intrinsic properties of the physical support (typically the brain) that realizes them. The properties of our experiences are, in the most fundamental metaphysical level, properties of the brain. Such a metaphysical stance on the nature of phenomenal qualities naturally leads to a renewed interest in advances in the neuroscience of consciousness. After a brief presentation of the currently most prominent theories, I argue that the science of consciousness does not and will not offer the required elements to answer the hard problem. Such a problem requires a necessary relationship that no science of consciousness will be able to provide. As I shall argue, the contingent character of the relationship between consciousness and worldly (physical) properties renders the hard problem metaphysically insoluble, given the scarce epistemic access we have to the evidence necessary for a science of consciousness of universal scope.

A estratégia dos conceitos fenomenais: uma resposta fisicista ao argumento do conhecimento

Matheos S. Maia
Universidade Federal Fluminense

O argumento do conhecimento, formulado por Frank Jackson, representa um dos mais importantes desafios impostos as teses materialistas a respeito da experiência consciente. A ideia, apresentada a partir de um experimento de pensamento proposto por Jackson, era a de que nenhuma descrição física sobre o mundo poderia fornecer o caráter fenomenal da experiência visual de um indivíduo, em primeira pessoa. Assim, suposta a existência de uma super neurocientista chamada Mary que, desde seu nascimento, vive confinada em um quarto preto e branco e sabe todos os fatos físicos acerca da percepção da cor vermelha. Ao sair do quarto, e ser confrontada pela primeira vez com um objeto vermelho, é intuitivo aceitar que ela aprende algo novo que não está contido no escopo das verdades que ela conhecia antes de sair do quarto. Percebe-se, portanto, que há uma lacuna epistêmica entre o fenomenal e o físico. Isto é, há um *gap* entre aquilo que Mary pode conhecer sobre as propriedades físicas da experiência visual de vermelho e o conhecimento acerca do caráter fenomenal da experiência de ver vermelho. Em vista disso, alguns filósofos materialistas (que constituem o assim classificado materialismo do tipo B), a fim de impedir a passagem de uma lacuna epistêmica para uma lacuna ontológica, e explicar o aparente progresso epistêmico de Mary, defendem que ao invés de assumir que ela adquire um novo conhecimento sobre um fato novo, o que, em realidade ela adquire, é um novo conceito. Estes últimos, denominados conceitos fenomenais, teriam natureza distinta de todo conceito físico e funcional, na medida em que sua aquisição é ligada necessariamente, ao contrário dos conceitos físicos, a ciência do caráter fenomenal da experiência à qual ele se refere. No caso de Mary, o conceito fenomenal VERMELHO só pôde ser adquirido por ela, conforme dita o

estrategista dos conceitos fenomenais, após passar pela experiência de ver um objeto vermelho e acessar por introspecção o caráter fenomenal dessa experiência. Tal distinção, por sua vez, somente se dá a nível conceitual, permitindo com que um conceito fenomenal e um conceito físico não-fenomenal correspondente tenham o mesmo referente, à saber, as propriedades físicas do fenômeno em questão. Compatibilizando, dessa maneira, nossas intuições acerca do progresso epistêmico de Mary com um monismo ontológico. O objetivo do presente trabalho será então o de examinar criticamente a estratégia dos conceitos fenomenais (ECF) como uma resposta fisicista ao desafio lançado pelo argumento do conhecimento. Nesse sentido, baseado nas críticas de Derek Ball e Michael Tye à ECF, procuramos analisar a plausibilidade da existência de tais conceitos fenomenais especiais, que só podem ser adquiridos após o sujeito de conhecimento passar, *in loco*, pela experiência relevante. Pôde-se constatar que, se aceitamos a *deferencialidade* dos conceitos fenomenais e, conseqüentemente, assumimos que podemos possuí-los mesmo não os compreendendo completamente (tornando-nos abertos a possibilidade de correção por outros membros da comunidade linguística), então em nada eles difeririam dos demais conceitos não-fenomenais.

Palavras-chave: Experiência consciente; Lacuna Epistêmica; Conceitos fenomenais.

A história e-quality de Robert Kirk contra o argumento do zumbi

Matheus Pereira da Fonseca
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Desenvolvida por Robert Kirk, a história e-quality pretende mostrar como as qualias epifenomenais seriam, por definição, o que nos torna fenomenalmente conscientes e, ao mesmo tempo são propriedades incapazes de produzir efeitos físicos, justamente por serem epifenomenais. Por isso, a história e-quality seria, por esse motivo, incoerente. Mas, dado que a algo ser concebível é dizer que esse algo não pode ser rejeitado a priori, então a história e-quality é inconcebível, pois é rejeitada a priori por ser incoerente. Para isso, Kirk pede para supormos que os processos eletroquímicos dentro de nossos cérebros que constituem o processamento perceptivo induzam correntes elétricas padronizadas, sem que essas correntes elétricas afetem algo no nosso processamento perceptivo. Uma vez que as correntes elétricas não afetam em nada, não podemos percebê-los, compará-los etc. Os qualias epifenomenais são igualmente impotentes, portanto, devemos sustentar que eles também não podem ser atendidos, notados, comparados uns com os outros etc. Com isso, é possível chegar a primeira premissa do argumento, a saber, (I) a história e-quality é inconcebível.

Para defender o segundo passo, é preciso mostrar que os defensores dos zumbis não poderiam negar que, um item não físico x que produz consciência, quando adicionado a um mundo zumbi w produz consciência fenomenal e intimidade epistêmica nos habitantes desse mundo em questão. Ao adicionar x em w , obteríamos w^* , um mundo no qual os habitantes ex-zumbis passam a ter consciência fenomenal e intimidade epistêmica com as suas qualidades fenomenais. Conseguindo isso, Kirk chega à conclusão de que a concebibilidade do mundo zumbi acarretaria a concebibilidade da história e-quality, à medida que as teses do mundo zumbi são um espelho das teses da história e-quality, o que nos permite chegar a (II) se zumbis fossem concebíveis, a história e-quality seria concebível.

Tendo provado as premissas (I) e (II), por modus tollens, podemos chegar à conclusão desejada: (III) zumbis são inconcebíveis.

O argumento de Kirk pretende mostrar como o experimento zumbi é inconcebível, pois é rejeitado a priori. A relevância da história e-qualia encontra-se justamente na promessa de ser aquilo que derrubará de uma vez por todas o argumento do zumbi, que está no cerne do problema difícil apontado por David Chalmers em *The Conscious Mind*. O objetivo da apresentação é mostrar o argumento com mais detalhes, apresentando cada tese da história e-qualia.

Palavras-chave: epifenomenalismo; qualia; Robert Kirk; problema mente-corpo.

WHAT IS “IMAGINATION” IN THE PHILOSOPHY OF MEMORY?

Between the attitudinal and constructive senses of imagination

Matheus Vinicius Cavalcante
Universidade Federal de Santa Maria

The present research deals with the need for a good definition of “imagination” for the current philosophy of memory to tackle the problem of whether “episodic memory and episodic imagination are varieties/species of mental states of the same kind/genus. Such a problem arises as a result of the fact that philosophers of memory who engage in the debate on the relationship between episodic memory and imagination diverge into two positions, *continuism* and *discontinuism*. A continuist defends the thesis that imagination and episodic memory are mental states of the same kind; discontinuists, on the other hand, argues that imagination and episodic memory are not the mental state of the same kind.

However, the goal of the present work is not to argue for or against (dis)continuism. Rather, I will argue that in regarding their positions for or against (dis)continuism, philosophers of memory didn't pay enough attention to the need for a good definition of “imagination”, focusing almost exclusively on the concept of “episodic memory” that too is in dispute. Thus, my purpose is to analyze the relevant meaning of “imagination” in the (dis)continuist debate. For this, I will use as a starting point the common ternary distinction of the concept of “imagination” between imagistic imagination, constructive imagination, and attitudinal imagination.

The concept of imagistic imagination is defined as the ability to conjure mental imagery, so this seems to be something other than the relevant concept of “imagination” in debate because it is agreed that episodic remembering is an imagistic mental state. I defend that the relevant meanings of “imagination” in the (dis)continuist debate are *constructive imagination* (defined as a capacity of generating new representations) and

attitudinal imagination (one's collection of fictional attitudinal imaginings). I believe that the two senses are relevant for the debate because discontinuists tend to claim the attitudinal sense and continuists tend to claim the constructive sense. That happens because discontinuism focuses on episodic remembering as a current *mental state*, and continuism focuses on episodic memory as a constructive *system*. For this reason, I suggest, as others have similarly suggested, that the development of the (dis)continuism debate depends on the fact that there are two different debates, one about the relationship between episodic remembering and attitudinal imagination (attitudinal debate) and other about the relationship between episodic memory and constructive imagination (constructive debate).

But, is this sufficient? I think it is an important advance, but not a satisfactory conceptual work on “imagination”, because it is not clear whether the attitudinal and constructive senses can answer in depth what is “imagination” in the philosophy of memory. I believe that the inquiry about imagination is indispensable and enriching for us to understand the relationship between episodic memory/remembering and other ways of mental time travel, such as personal future planning and past counterfactual thinking. Thus, future works in the philosophy of memory should make an effort conceptually when talking about “imagination” because “not every use of the word ‘imagine’ or its cognates in ordinary language corresponds to an exercise of imagination”.

Palavras-chave: Episodic Memory; Imagination; (Dis)continuist debate.

Execution Failure

Samuel Asarnow
Macalester College

Execution failure is the rational vice of failing to act on one's intentions, as when one resolves to get out of bed, but continues lying there out of laziness. In earlier work, several philosophers have argued for two theses about execution failure: that it is possible (which some have doubted on the grounds that, if you don't get out of bed, that shows you didn't really intend to), and that it poses a challenge to the widely accepted thesis of Mentalism in the philosophy of mind and epistemology. Mentalism is the doctrine (associated with Earl Conee, Richard Feldman, and Ralph Wedgwood) that facts about whether an agent is rational supervene on facts about the agent's mind. (This doctrine is a central commitment of internalism in epistemology.) In this paper, I revisit those arguments and make two new ones. First, I argue against recent attempts to resolve the puzzle about execution failure and mentalism by appeal to the notion of "exercising an ability." Some philosophers have argued that what is irrational is intending an end and failing to exercise an ability, where the latter is a purely mental notion. I argue that this approach faces a dilemma: if exercising an ability is purely mental, then this approach does not resolve the puzzle. But if exercising an ability involves bodily (i.e. non-mental) resources, then the proposed principle of rationality is not compatible with Mentalism. Second, I consider whether conceptual resources from the metaphysics of vagueness can help with the puzzle. Specifically, I develop a type of view according to which whether a fact "is mental" is vague, and thus it can be indeterminate whether a particular type of fact is a mental fact. I then propose a minimal modification of Mentalism that I argue is compatible with a version of the abilities approach proposed by others.

Palavras-chave: intention, rationality, mentalism, abilities

Distal Content and Counterfactual Comparison

Sérgio Farias de Souza Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Minds represent the world. Infants represent food and frogs represent flies. These are representations of distal features of the world, not proximal features like retinal images. But how is it possible for a representational state to have a distal content? This is the distality problem. Informational teleosemantics is often attacked for failing to give a principled reason for why the state represents the distal feature, not the proximal one. The goal of this presentation is to save informational teleosemantics from the distality problem. According to informational teleosemantics, it is the biological function of the system which produces the representation that determines its content. Assuming the selected effects theory of biological function, the function of a trait is the effect for which it was selected. So, content is determined by the selected effect of the producer system, namely, to respond to a given external condition. This response consists in the tokening of the representation when the external condition obtains. The content of the representation is precisely the external condition to which the producer system has the function to respond. But here the distality problem arises. The producer system responds to the distal feature through a causal chain – the distal feature causes the proximal features, which ultimately causes the tokening of the representation. For instance, the representation of the frog responds to the fly by responding to the retinal image, light rays, etc. So, in virtue of what was the producer system selected to respond to the distal feature, since the producer system responds to the distal feature by responding to the proximal features? Why does the representational state represent the distal feature, rather than the proximal one? What is required here is a principled reason that plainly justifies the distal content attribution. In this presentation I argue that this justification lies in the assessment of counterfactual evolutionary environments for the organism. To fully determine content, one should consider both the actual and the

counterfactual evolutionary history of traits of this kind. However, this response is threatened by the problem of indeterminate reference situation, insofar as it appeals to both actual and counterfactual historical environments to determine content. The goal of this presentation is to propose a solution to this problem.

Palavras-chave: distal content; contrafactual comparison; teleosemantics

A estrutura dos fenômenos mentais conscientes na *Psicologia* de Brentano

Tárik de Athayde Prata
Universidade Federal de Pernambuco

A concepção de consciência articulada por Franz Brentano (1838-1917), em sua *Psicologia de um ponto de vista empírico* (1874), tem suscitado um intenso debate desde a virada do século XXI (cf., p. ex., Thomasson, 2000; Kriegel, 2003; Zahavi, 2004 e Textor, 2006). Brentano emprega o termo “consciência” como designação de todos os fenômenos psíquicos, em virtude do fato de que, na visão dele, todo fenômeno psíquico, na medida em que existe efetivamente (a não apenas como uma disposição), se manifesta ao seu portador. Tal manifestação (a consciência como característica dos fenômenos mentais) é explicada por ele em termos de uma *fusão* [*Verschmelzung*] de representações: todo fenômeno mental, na exata medida em que representa um objeto, representa também a si mesmo. O argumento de Brentano para essa tese (da fusão de representações) se baseia em nossa *experiência interna* [*innere Erfahrung*]: percebemos imediatamente que não podemos representar a representação de um objeto sem que esta última (que podemos chamar de representação *primária*) seja constitutiva da representação que se dirige a ela (que podemos chamar de representação *secundária*).

Contudo, esse argumento levanta diversas questões, entre as quais a questão da *conceptibilidade* de representações primárias *desacompanhadas* de representações secundárias (ou seja, a conceptibilidade de fenômenos mentais inconscientes) admitida por Brentano (1924, p. 180; Brentano, 1995, p. 128). Outra questão são as consequências da (suposta) fusão de representações para a concepção de Brentano sobre a *unidade* da consciência.

Essas questões serão discutidas na comunicação, a partir da interpretação do termo “representação” como referindo um *tipo de ato*

mental, e do termo “objeto” como referindo aquilo que chamaríamos hoje um *conteúdo representacional* (cf. Antonelli, 2022, p. 304; p. 310). Através dessa discussão espero alcançar uma compreensão mais profunda a respeito da estrutura dos fenômenos conscientes na perspectiva de Brentano.

Referências

- Antonelli, M. (2022) Consciousness and Intentionality in Franz Brentano. *Acta Analytica*, Vol. 37, pp. 301-22.
- Brentano, F. (1924). **Psychologie vom empirischen Standpunkt**. 2ª edição. Leipzig: Felix Meiner, (Vol. I).
- Brentano, F. (1995). **Psychology from an empirical standpoint**. London: Routledge & Kegan Paul.
- Kriegel, U. (2003). Consciousness as Intransitive Self-Consciousness: Two Views and an Argument. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 33, N° 1, pp. 103-132, Mar.
- Textor, M. (2006). Brentano (and some Neo-Brentanians) on Inner Consciousness. *Dialectica*, Vol. 60, pp. 411–432.
- Thomasson, A. L. (2000). After Brentano: A one-level theory of consciousness. *European Journal of Philosophy*, Vol. 8, N° 2, pp. 190–209.
- Zahavi, D. (2004). Back to Brentano? In: *Journal of Consciousness Studies*, 11, N° 10-11, pp. 66-87.

Aspectos da filosofia da mente de Wittgenstein a partir da leitura dos §§903-8 das Observações sobre a Filosofia da Psicologia

Thiago Ferreira dos Santos
Universidade Federal do Paraná

Os §§903-8 do texto *Observações sobre a Filosofia da Psicologia vol I* (TS229 1947) apresentam uma série de observações de Wittgenstein acerca da questão da correlação entre processos físicos e mentais, mais precisamente sobre a noção de isomorfismo psicofísico, noção esta largamente aceita nas definições tradicionais do mental e defendida por psicólogos da Gestalt, como Köhler. Entre os §§903-4 o filósofo apresenta suas observações quanto ao conceito de pensamento e; nos §§905-8 a aplicação de suas objeções ao conceito de memória. A temática discutida em torno dos §§903-8 apresenta uma abordagem menos usual no modo de trabalho de Wittgenstein, uma vez que não parte de seu caráter metodológico, mas direciona suas críticas diretamente a teorias estruturalistas e representacionistas da mente e cérebro, dando menos ênfase a linguagem como usualmente se apresentam outros exemplos relacionados ao mental trabalhados pelo filósofo. Para desenvolver o debate sobre o tema apresentado nesse grupo de parágrafos, propomos discutir entre os §§903-4, as diferentes leituras de MCGUINN (1984), MCDONOUGH (2004) e HARK (1995); em seguida, entre os §§905-8 discutiremos as leituras de MOYAL-SHARROCK (2009), STERN (1991) e BENNETT; HACKER (2003) no intuito oferecer uma interpretação moderada das observações de Wittgenstein desse grupo de parágrafos e, explicitar que, ainda que sua filosofia da psicologia, em última instância, se construa a partir de suas reflexões sobre a linguagem e observações do uso de nosso vocabulário psicológico, em nossa leitura, o conteúdo de suas observações nesse grupo de parágrafos não é de caráter metodológico, mas questiona diretamente a plausibilidade de certas teses fisiologistas quanto à relação mente-cérebro.

Palavras-chave: Wittgenstein; Filosofia; Psicologia.

Em busca do núcleo de sentido de “mente”: uma proposta metodológica para a análise de função

Victória Karoline Ramos de Oliveira
Universidade Federal do Ceará

Proposta de estruturação do método de Análise de Função para encontrar o núcleo de sentido da palavra "mente" na filosofia da mente, a partir das considerações de François Recanati e Gilbert Ryle. A diversidade de significados concorrentes atribuídos à expressão "mente" na filosofia da mente nos impõe o desafio de saber se existe um significado único que atenda a essa palavra. A Pragmática Condicional da Verdade, de François Recanati, postula que as palavras possuem pelo menos um núcleo de sentido, que está sujeito a modulações contextuais. Com base nisso, propõe-se a estruturação de um método fundamentado nas considerações de Gilbert Ryle e da tradição filosófica da linguagem comum sobre Análise de Função para determinar o núcleo de sentido comum a todos os usos dessa expressão na filosofia da mente. O acesso a esse núcleo de sentido pode significar o primeiro passo para se pensar a possibilidade de uma teoria unificada da mente, uma vez que expõe os pontos de contato entre diferentes abordagens do tema.

3.8 Filosofia Política Analítica
Analytical Political Philosophy

A Racionalidade do Populismo Digital: uma análise dos usos das fake News populistas

Albérico Araújo Sial Neto

Competição e Cooperação: uma discussão sobre racionalidade econômica

André Nascimento Pontes

Jogando o jogo da identidade: inferencialismo e expressivismo na luta e resistência normativa

Pedro Pennycook; Marcos Silva

Notas sobre “Africana Phenomenology” por Paget Henry

Marianne Serafim de França

A Racionalidade do Populismo Digital: uma análise dos usos das *fake News* populistas

Albérico Araújo Sial Neto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Os estudos acerca do populismo digital defendem que o uso populista das fake news têm por objetivo o apelo à irracionalidade. Esse apelo contribuiria para uma distinção afetiva e identitária entre os seguidores do líder e a elite opositora. No entanto, tal perspectiva é deficitária em vários pontos, sendo os dois mais importantes: (1) não responde o porquê das fake news populistas serem relativamente imunes à checagem de fatos e (2) não oferece ferramentas satisfatórias de combate a essas fake news. Ademais, essas limitações parecem estar diretamente relacionadas a uma visão filosófica equivocada que analisa as fake news populistas apenas pelos critérios de verdade e falsidade. Por sua vez, no lugar de simplesmente apelar às emoções, defendo que o uso populista das fake news tem origem em uma racionalidade que visa introduzir indivíduos numa determinada visão de mundo cujas regras articulam significados e sentidos atravessando processos de subjetivação. Dessa maneira, a partir das reflexões do segundo Wittgenstein, argumento que o uso populista das fake news visa ao estabelecimento de uma normatividade sobre aspectos do mundo. Isso explica o porquê das fake news populistas produzirem graves consequências ao romper com as fronteiras de articulação entre verdade e política. Nesse sentido, o populismo digital oferece um desafio para as democracias atuais, haja vista que a distinção entre os seguidores do líder populista e a elite deixa de ser apenas identitária e afetiva e passa a ser também normativa.

Palavras-chave: fake News; normatividade; populismo digital; racionalidade; visão de mundo.

Competição e Cooperação: uma discussão sobre racionalidade econômica

André Nascimento Pontes
Universidade Federal do Amazonas

O objetivo do presente trabalho é apresentar algumas objeções à concepção de racionalidade econômica em termos de maximização do benefício próprio e do conseqüente comportamento competitivo que ela produz. Essa posição foi formulada pela primeira vez de maneira sistemática já em *A Riqueza das Nações* de Adam Smith e popularizada através da chamada *Hipótese da Mão Invisível* (HMI). De acordo com HMI, um conjunto de inúmeras decisões auto interessadas interagindo entre si seria o melhor caminho para promover o equilíbrio de mercado e o bem-estar coletivo. Os economistas sempre tiveram consciência de que, embora de grande influência para a escola clássica e neoclássica, HMI é uma hipótese filosófica que pressupõe uma tese controversa, a saber, a de que o ser humano é auto interessado por natureza. Para desfrutar de respaldo científico, HMI precisaria ser corroborada pelos melhores modelos econômicos e pelos dados empíricos. Em meu trabalho, avalio criticamente algumas dessas tentativas de provar HMI ao longo da história do pensamento econômico, em especial, a *Teoria das Vantagens Comparativas* de David Ricardo e o *Primeiro Teorema Fundamental do Bem-Estar*. Defendo que não há nenhum argumento contundente em favor da relação de causalidade entre a promoção do auto interesse e o alcance do bem-estar coletivo tal como alegada pela HMI. As inúmeras tentativas de provar HMI ou (i) se mostraram inconsistentes com os dados empíricos ou (ii) estão fundadas em pressupostos irrealistas sobre como a economia funciona ou (iii) se envolvem em algum grau com petições de princípio. Apresento também alguns conceitos e problemas clássicos de teoria dos jogos que, caminhando na direção contrária à HMI, indicam que, pelo menos em determinados contextos, é o comportamento cooperativo que

está em melhor condições de promover o melhor resultado para a comunidade. Nesse sentido, é de especial interesse as noções de *Equilíbrio de Nash* e *Ótimo (ou Eficiência) de Pareto*. Esses dois instrumentos de decisão racional nos ajudam a obter uma interessante análise sobre competição e cooperação no Dilema do Prisioneiro que penso ser favorável ao comportamento cooperativo. Caso meus argumentos estejam corretos, penso que eles podem funcionar como um ponto de partida para questionar a hegemonia do paradigma do auto interesse como fundante da racionalidade econômica. Revisar essa noção de racionalidade a qual a ortodoxia econômica atribuiu quase a força de um dogma tem importantes consequências não só para a teoria econômica, mas também para a ciência política, a sociologia, a filosofia moral, entre outras.

Palavras-chave: competição; cooperação; racionalidade econômica.

Jogando o jogo da identidade: inferencialismo e expressivismo na luta e resistência normativa

Pedro Pennycook

Universidade Federal de Pernambuco

Marcos Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Defenderemos, a partir do inferencialismo e expressivismo semânticos, que grupos socialmente minorizados não precisam abrir mão do conceito de identidade em sua resistência contra injustiças e violência sistêmica, mesmo que a identidade não encontre uma contrapartida ontológica na realidade. Nosso argumento seguirá a seguinte estrutura: primeiro (I), defenderemos a rejeição ao essencialismo proposta por vários autores anti-identitários. No entanto, qualificamos tal recusa às identidades como 'teórica', em oposição à necessidade da manutenção do conceito em função do seu nível pragmático e estratégico. Assim, em (II), mostraremos as consequências que a abdicação do conceito de identidade pode desencadear na pragmática do campo político. O terceiro momento (III) será dedicado a mostrar que podemos desinflacionar identidades ontologicamente e ainda assim garantir o manejo pragmático do conceito de identidade adequado para enfrentar injustiças em seus próprios termos. Mostraremos no último momento (IV) como dissolver a ambivalência do conceito de identidade, a saber: assumindo a distinção semântica entre uma visão referencialista e uma visão inferencialista da identidade. Como consequência, devemos aprender a jogar o jogo da identidade sem cair nas armadilhas ontológicas do essencialismo. Podemos, pois, explicitar, resistir, disputar, e mudar normativamente o significado do conceito de identidade a partir de suas articulações inferenciais.

Palavras-chave: Identitarismo; Anti-identitarismo; Normatividade; Inferencialismo; Expressivismo.

Notas sobre “Africana Phenomenology” por Paget Henry

Marianne Serafim de França
Universidade Federal de Pernambuco

A fenomenologia tradicional se concentra na descrição das experiências e na constituição de uma filosofia, seguida a partir do cânone filosófico ocidental. A proposta de uma fenomenologia africana surge como um subcampo emergente da fenomenologia, sendo aplicada a partir da atitude fenomenológica. A contribuição de Paget Henry, em seu artigo “*Africana Phenomenology: Its Philosophical Implications*”, apresenta em discussão como a fenomenologia africana foi atravessada pelo estado de dupla consciência observado por W. E. B. Du Bois, Frantz Fanon e Lewis Gordon, mencionando o processo de *niggerization* como produto da violência colonial. A fenomenologia africana, ao integrar problemáticas e perspectivas, oferece um contraponto importante à fenomenologia tradicional, ampliando o campo filosófico e desafiando a hegemonia das perspectivas ocidentais, afirmando a validade e a importância das suas próprias tradições intelectuais e políticas.

Palavras-chave: fenomenologia africana; dupla consciência; niggerization

3.9 História da Filosofia Analítica
History of Analytical Philosophy

Varieties of Wittgensteinian anti-skepticism

Antonio Ianni Segatto

**O conceito de *caráter* em Hegel e suas repercussões nos
hegelianismos “analíticos” contemporâneos**

Federico Sanguinetti; Luca Corti

O construcionismo de Russell e suas restrições impostas à análise

Gabriel Guedes Silva

Varieties of Wittgensteinian anti-skepticism

Antonio Ianni Segatto
Universidade Estadual Paulista

In his recent paper “Two Varieties of Skepticism,” James Conant draws a distinction between Cartesian skepticism and Kantian skepticism. Even though these two varieties of skepticism correspond to mere imaginary philosophers (a Cartesian skeptic and a Kantian skeptic), they both constitute serious threats to the possibility of knowledge and so raise the question of how knowledge is possible. One way of formulating the contrast between the problematics related to each kind of skepticism is as one of *knowledge vs. the conditions of knowledge*. According to the widespread view, the Cartesian wants to arrive at knowledge, the Kantian wants to arrive at the ground of the possibility of knowledge. Accordingly, while Cartesian skepticism calls into question the veridicality of one’s experience, Kantian skepticism calls into question the intelligibility of experience. While the Cartesian problematic is concerned with the question “How can I know that things are as they seem?”, the Kantian problematic is concerned with the question “How can things so much as seem to be a certain way?”. The Kantian problematic focuses, then, on the conditions of the possibility of the kind of *unity* presupposed by the Cartesian. In this communication I want to examine two varieties of Wittgensteinian anti-skepticism. The first considers that Wittgenstein responds to the Cartesian variety of skepticism about language, in that he attacks the following questions: How can I know that my interpretation of a text, an utterance, a sign-post is correct? How can I be sure that this is what is really meant? The second considers that Wittgenstein responds to the Kantian variety of skepticism about language, in that he attacks the following questions: How can a sequence of marks or noises so much as seem to mean something? How could such entities, in and of themselves, ever be the sort of things that mean something? I shall defend the last one as the genuine variety of Wittgensteinian anti-skepticism, because it fits appropriately Wittgenstein’s own conception

of skepticism not only in his rule-following considerations, but also in his remarks on skepticism as nonsense put forward in the *Tractatus logico-philosophicus* as well in *On Certainty*.

Keywords: skepticism; Wittgenstein; nonsense.

O conceito de *caráter* em Hegel e suas repercussões nos hegelianismos “analíticos” contemporâneos

Federico Sanguinetti

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Luca Corti

Università di Padova

Vários autores contemporâneos de formação analítica recorreram a Hegel para pensar a relação entre natureza e racionalidade.

a) Por um lado, há o partido de autores que defendem, com base em um pano de fundo aristotélico ou antropogenético, que a racionalidade é um aspecto de nossa natureza - nesse quadro, o componente natural do ser humano é diretamente relevante para a definição de sua capacidade racional (cf. McDowell 2017 e 2018, Moss 2016 e 2017).

b) Por outro lado, há o partido de autores que argumentam que, para entender o ser humano como racional, é preciso “deixar a natureza para trás” (cf. Pippin 2002, Brandom 2002 e 2019).

Ambos os partidos tentam “alistar” Hegel como um de seus defensores. Contudo, eles ignoram um conceito pouco estudado no pensamento hegeliano, o conceito de *caráter*, que desempenha um papel central em qualificar a relação entre natureza e racionalidade e que põe problemas para ambas as tentativas de considerar Hegel como um “santo padroeiro”.

Os passos centrais do nosso argumento são dois:

1) Em primeiro lugar, procuraremos mostrar que a noção de caráter em Hegel (como conjunto de disposições em alguma medida - a ser explicitada - “naturais” para agir, pensar e se expressar de determinadas maneiras) está intimamente ligada à noção de autoconsciência (como elemento distintivo da racionalidade humana) e à noção de espírito de um povo (como um conjunto de fatores socioculturais e disposicionais que

permitem diferentes níveis de compreensão da autonomia da racionalidade humana).

2) Em segundo lugar, procuraremos mostrar que o nexo entre caráter e autoconsciência, por um lado, e o nexo entre caráter e espírito de um povo, pelo outro, é funcional a uma hierarquização suprematista branca/europeia e patriarcal de indivíduos e povos.

Estes dois pontos põem problemas distintos para os dois partidos mencionados acima. Problema para o partido a): se alguém for ler Hegel a partir da ideia de que nossa racionalidade é um aspecto de nossa natureza, e que as determinações naturais são constitutivas de nossa racionalidade, seria muito difícil (de fato, absolutamente perverso) querer manter Hegel como um ponto de referência teórico. Com efeito, o link que ele estabelece entre caráter e racionalidade é extremamente racista e desqualificador contra mulheres, e indivíduos e coletivos não-brancos/europeus. Problema para o partido b): se alguém tentar alistar Hegel como um autor que considera a racionalidade como algo independente da naturalidade, ele vai encontrar contraevidências incontornáveis no modo como Hegel qualifica a noção de caráter.

Palavras-chave: Hegel; caráter; racionalidade; hegelianismos analíticos contemporâneos.

O construcionismo de Russell e suas restrições impostas à análise

Gabriel Guedes Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Apoiando-me no que Peter Hylton, em *Beginning with Analysis* (2005), chama de *restrições à análise*, i.e., a ideia de que não há uma noção neutra de análise de proposições, e de que antes de sua aplicação são impostas sob a análise restrições que ditam suas condições de sucesso, busquei rastrear a mudança de um método de Russell através das distintas restrições que são impostas à análise.

Não é tão simples rastrear quando começa o construcionismo russelliano. Notam-se indícios de que a aplicação do método construcionista já começa antes de ser empregado o termo “construções lógicas”. Se buscarmos rastreá-lo através da aplicação de suas ferramentas, por exemplo, podemos apontar o uso de tal desde o início do projeto logicista nos *Principia* (1910), ou mesmo desde *On Denoting* (1905). Porém, se tomarmos como central para o construcionismo o interesse de Russell por questões acerca do conhecimento, em especial aquelas acerca do conhecimento do mundo físico, podemos rastreá-lo a partir de *Problems of Philosophy* ou de *On Matter* (ambos de 1912). Independentemente de onde começa o construcionismo russelliano, busco evidenciar indícios de que *Our Knowledge of The External World* (1914) pode ser tomada como obra definitiva e mais ilustrativa do construcionismo russelliano, indicando quais são as condições de sucesso que são exigidas da análise ali.

Desse modo, busco defender que, apesar da presença de diversas constantes metodológicas, o que define o método construcionista e o distingue dos outros métodos utilizados por Russell é o fato de ser um processo que leva em conta os três fatores: (i) a aplicação da dúvida cartesiana em função de ‘purificar’ nosso conhecimento pré-análise. Tendo aplicado a dúvida, (ii) aplica-se a navalha de Occam de modo a se

comprometer com as entidades indubitáveis, visando assim proteger-se de que a dúvida continue a impedir que o ceticismo universal atrapalhe o progresso filosófico, mas sem também negar a existência das entidades inferidas. Então, comprometendo-se somente com entidades indubitáveis, (iii) busca-se fornecer construções lógicas que partem de tais entidades. Por fim, a função de tais construções será a de justificar e prover fundamentos para nosso conhecimento.

A intenção é que o processo de (i) a (iii) seja repetido para cada problema da filosofia e não se limite a resolver um problema fundamental, de modo que a resolução dos outros problemas seria inferida desse. Vê-se que é possível interpretar o construcionismo russelliano como a busca por dar fundamento e justificação para o conhecimento científico e suas diversas áreas. Com isso, aponto também que construcionismo russelliano coincide com o que o próprio Russell nomeia de “o método científico de se filosofar”. Além disso, com tais fatores em mente, não me parece absurdo dizer que o construcionismo pode ser lido como uma ramificação ou uma sequência prática do atomismo lógico — já que se baseia no átomo lógico como constituinte último da análise e parte dele para a execução das construções lógicas.

Palavras-chave: Russell; Método; Construcionismo; Lógica; Linguagem; Atomismo Lógico

3.10 Lógica e Filosofia da Lógica **Logic and Philosophy of Logic**

Operadores de Atualidade Caracterizados por Semânticas Não-determinísticas

Alan René Antezana

Tópicos em filosofia da lógica: um panorama da paraconsistência

Allix Cardoso Caetano

Qual a natureza da Consequência Lógica?

Arthur Silva

Aceitar ou Endossar? O Problema da Adoção de um Princípio Lógico sob uma Perspectiva Inferencialista

Bruno Rolemberg Dantas Barreto

Uma Abordagem Fuzzy para Inteligência Artificial

Cecília Barbosa da Silva; Eleonoura Enoque da Silva

Possibilistic logic as a theory of vagueness

Daniel Alves da Silva Lopes Diniz

Nominalismo e Semânticas para as Lógicas de Segunda Ordem

Diego Fernandes

Vagueness across the Type Hierarchy

Elia Zardini

A questão “que” e a questão “como”: consequência lógica e validade de inferência

Joaquim Torres Waddington

Uma Comparação entre a Lógica de Primeira Ordem e a Lógica Descritiva Acerca da Noção de Compromisso Ontológico em Quine

Lídia Raquel Forte de Lima Batinga

What is deontic inconsistency?

Mahan Vaz Silva

The role of epistemic community in testimony and knowledge transmission

Marcelo Cabral

Enigmas e Provas

Rafael Ongaratto

O problema de comunicabilidade entre lógicas

Toma Gheorghe Tavares de Melo

Operadores de Atualidade Caracterizados por Semânticas Não-determinísticas

Alan René Antezana
Universidade Estadual de Campinas

Em 1988, J. Ivlev desenvolve semânticas com quatro valores de verdade e funções multivaloradas para caracterizar lógicas modais [5], precedendo o trabalho em semânticas não-determinísticas de Lev e Avron em 2005 [1]. Em 2015, Coniglio, del Cerro e Perón estendem uma hierarquia de sistemas à la Ivlev, indicando também interpretações de conceitos modais, epistemológicos e deônticos nesses sistemas [2].

Neste trabalho, partimos da lógica T45m definida em [2] para formalizar um operador de atualidade "A". O operador de atualidade seguirá diretrizes estabelecidas na literatura: em primeiro lugar, definimos um operador em termos dos axiomas de S5A presentes em Crossley & Humberstone [3]; em segundo lugar, definimos um operador em termos dos axiomas de SA presentes em Hazen, Rin e Wehmeier [4].

Tendo em vista os resultados obtidos, argumentamos contra propriedades implicadas pelo axioma $A\alpha \rightarrow \Box A\alpha$ de Crossley & Humberstone para a definição de um operador de atualidade. Argumentamos que: (i) o axioma fora de uma leitura em termos de mundos possíveis parece implicar o fatalismo, i.e. fatos atuais são fixos; e (ii) o axioma só é intuitivo em termos de uma semântica de Kripke. Argumentamos também contra a redundância do operador de atualidade em SA por motivos semelhantes. Sugerimos então que uma semântica sem mundos possíveis, como a semântica não-determinística, pode ser mais adequada ao conceito de atualidade.

Finalmente indicamos a intenção de estabelecer em trabalhos futuros a caracterização os operadores com estruturas swap, e definir operadores de atualidade com base em sistemas deônticos à la Ivlev.

Referências

- [1] A. Avron and I. Lev. (2005). Non-deterministic multi-valued structures. *Journal of Logic and Computation*, 15(3):241–261.
- [2] M. E. Coniglio, L. Fariñas del Cerro and N. M. Peron. (2015). Finite non-deterministic semantics for some modal systems. *Journal of Applied Non-Classical Logic*, 25(1):20–45.
- [3] J. N. (1977). Crossley and L. Humberstone. The logic of “actually”. *Reports on Mathematical Logic*, 8(1):11–29.
- [4] A. P. Hazen, B. G. Rin, and K. F. Wehmeier. (2013). Actuality in Propositional Modal Logic. *Studia Logica*, 101(3):487–503.
- [5] Ju. V. Ivlev. (1988). A semantics for modal calculi. *Bulletin of the Section of Logic*, 17(3/4):114– 121.

Tópicos em filosofia da lógica: um panorama da paraconsistência

Allix Cardoso Caetano
Universidade Federal de Santa Catarina

A lógica paraconsistente, uma família de sistemas formais que tolera contradições sem trivialização, é explorada nesta pesquisa de forma ampla, dando enfoque em seus aspectos filosóficos e alguns aspectos formais. Este trabalho examina aspectos filosóficos e metodológicos de dois sistemas lógicos paraconsistentes dentro desta família: a *lógica do paradoxo* e os *sistemas formais inconsistentes*. Dada a abordagem da lógica clássica em relação às contradições, a revisão da lógica tornou-se um debate crucial para o avanço das lógicas paraconsistentes. Portanto, neste trabalho investiga-se um dos primeiros modelos para a revisão de teorias lógicas. Esta revisão desafia a visão tradicional do conhecimento lógico como incorrigível, abrindo espaço para o anti-excepcionalismo. Os autores de *LP* e *SFI* discordam desta tradição que caracteriza o conhecimento lógico como *a priori*, antecipando debates atuais sobre o anti-excepcionalismo. Além disso, a filosofia da lógica de da Costa se aproxima do pluralismo local, restringindo a aplicação da lógica a contextos científicos. Explora-se também a relação do dialeteísmo com o monismo lógico. A aplicação canônica da lógica confere ao projeto de Priest um caráter unificador, que o faz caminhar para o monismo lógico.

Palavras-chave: filosofia da lógica; lógica paraconsistente; revisão de teoria.

Qual a natureza da Consequência Lógica?

Arthur Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Atualmente, existem uma grande quantidade de sistemas lógicos. De maneira geral, eles podem ser divididos em dois grandes grupos: lógicas complementares e lógicas alternativas. O primeiro busca ampliar o arcabouço lógico para além do sistema clássico, enquanto o segundo grupo, derroga pelo menos um princípio da lógica clássica. Dessa maneira, surge um antro de questionamentos em torno dessa disputa de sistemas lógicos, que carece de um revisionismo para analisar, se há uma ou mais formas de sistemas lógicos corretos. Com isso, adotar uma concepção sobre qual seria a natureza da consequência lógica, tendo-a como conceito principal da lógica, pode servir como base para determinar o que é lógica e quais são suas limitações e intersecções. Sendo este conceito, portanto, que nos permitirá dizer se existe uma ou várias lógicas corretas. Com esse intuito, utilizamos as noções de jogos Wittgensteinianos e a perspectiva dialógica de Dutilh Novaes para delimitar as fronteiras sobre qual a natureza da consequência lógica. Desse modo, solidificando o debate entre lógicas, para que haja um terreno fixo no qual possamos nos aprofundar e analisar com mais perspicuidade a discussão. Obtendo, assim, aparatos filosóficos necessários, para que haja um diálogo na disputa entre monismo e pluralismo na Lógica

Palavras-chave: Disputa Lógica; Pluralismo Lógico; Monismo Lógico; Consequência Lógica.

Aceitar ou Endossar? O Problema da Adoção de um Princípio Lógico sob uma Perspectiva Inferencialista

Bruno Rolemberg Dantas Barreto
Universidade Federal de Sergipe

A presente pesquisa tem como objetivo mostrar que o Problema da Adoção de um Princípio Lógico perde sentido se analisado sob a perspectiva de uma teoria inferencialista do significado. Parte-se da leitura que Romina Padró faz do problema na sua tese *What the Tortoise Said to Kripke: the Adoption Problem and the Epistemology of Logic*, especialmente em sua reconstrução do Diálogo de Carroll, denominada “O Caso Harry”, e de comentários da tradição analítica correlatos ao problema. Em seguida, apresenta-se o inferencialismo semântico, especialmente na forma proposta por Robert Brandom. São abordadas as questões em sua obra relativas à distintividade do conceitual; pragmatismo conceitual e linguístico; expressivismo racionalista; inferencialismo e proposicionalismo conceitual; e holismo semântico. Emprega-se então o inferencialismo semântico como abordagem ao Problema da Adoção através do caso Harry, mostrando-se que a aparente adoção do princípio lógico realizada pelo personagem foi um ato verbal, mas não proposicional, pois não houve endosso das consequências inferenciais resultantes da sentença proferida. Por fim, demonstra-se que o significado de princípios lógicos é constituído por sua posição em uma rede de consequências inferenciais, de modo que é destituída de sentido uma formulação do problema da adoção em bases atomísticas, isto é, que não considere as consequências inferenciais em outros princípios lógicos e proposições em geral da adoção de um determinado princípio lógico.

Palavras-chave: Inferencialismo; Holismo Semântico-; Problema da Adoção de Princípios Lógicos

Uma Abordagem Fuzzy para Inteligência Artificial

Cecília Barbosa da Silva

Universidade Católica de Pernambuco

Eleonoura Enoque da Silva

Universidade Católica de Pernambuco

Os avanços no campo da inteligência artificial (IA) têm sido marcados por uma busca incessante por métodos que possam capturar a complexidade e a incerteza inerentes aos problemas do mundo real. Nesse contexto, a combinação de duas técnicas distintas - Redes Neurais Artificiais (ANNs) e Lógica Fuzzy - tem se destacado como uma estratégia promissora para otimizar o aprendizado de máquina e a tomada de decisões. As Redes Neurais Artificiais, inspiradas no funcionamento do cérebro humano, são sistemas computacionais compostos por neurônios interconectados que aprendem a partir de exemplos. Por meio de algoritmos de aprendizado, as ANNs ajustam os pesos das conexões entre neurônios para otimizar o desempenho em tarefas específicas, como reconhecimento de padrões, previsão e classificação. Por outro lado, a Lógica Fuzzy oferece uma estrutura formal para lidar com informações imprecisas e ambíguas. Em contraste com a lógica booleana tradicional, que opera com valores binários (verdadeiro ou falso), a lógica fuzzy trabalha com valores contínuos entre 0 e 1, representando o grau de pertinência de uma proposição a um conjunto fuzzy. Essa capacidade de modelar a incerteza e a ambiguidade é fundamental para lidar com problemas do mundo real, nos quais as fronteiras entre classes são difusas e os dados podem conter ruído e imprecisão. A integração de Redes Neurais Artificiais e Lógica Fuzzy oferece uma série de vantagens significativas no campo do aprendizado de máquina. Enquanto as ANNs são altamente eficazes na modelagem de relações complexas entre variáveis e na aprendizagem a partir de grandes conjuntos de dados, a Lógica Fuzzy permite incorporar o conhecimento humano e lidar com a incerteza inerente aos dados do mundo real. Ao combinar essas duas técnicas, é possível criar sistemas de IA mais

robustos e adaptáveis, capazes de lidar com a complexidade e a ambiguidade de problemas do mundo real. Este trabalho busca analisar o papel que a linguagem, entendida como um sistema simbólico complexo, desempenha na aquisição, representação e transmissão do conhecimento em inteligências artificiais, além de explorar como a lógica fuzzy pode ser integrada às redes neurais para otimizar o processo de aprendizado de máquina.

Palavras-chave: 1.IA; 2. Lógica Fuzzy; 3.Linguagem; Redes Neurais;

Possibilistic logic as a theory of vagueness

Daniel Alves da Silva Lopes Diniz
Universidade Estadual de Campinas

Introduced in 1965, fuzzy sets are generalized sets with graded characteristic functions. They are the foundation of fuzzy logic, used to formalize reasoning involving vague predicates, such that, if John's height fits the concept of human tallness to a degree of 70%, then "John is tall" translates to " $\mu_{\text{TALL}}(\text{john}) = 0.7$," where μ_{TALL} is the characteristic function of fuzzy set TALL. Proponents of fuzzy logic thus equate vagueness with a graduality of applicability of predicates, and, controversially, equate the latter with degrees of truth. Fuzzy logic has been posited as a theory of vagueness, a contender alongside supervaluationism and epistemicism, among others. Epistemicism is a rather unique theory of vagueness insofar as it conceives vagueness as an epistemic phenomenon: proposition "John is tall" is either true or false in the classical sense, but its truth value is not only unknown, but unknowable, as the threshold delimiting who counts as tall is unknown. This interpretation runs counter to the more widely accepted theories of vagueness, and arguably pre-theoretical intuition, according to which vague propositions lack a truth value because there is no fact of the matter to determine it. Fuzzy sets are also the foundation of possibilistic logic, a formalism intended to handle imprecise, rather than vague, predicates. An imprecise predicate either fully applies or does not to every object, and thus a proposition containing imprecise predicates has a classical truth value. Agents may however ignore the actual truth value of the imprecise proposition, and thus limit themselves to estimating the possibility and necessity that the proposition is true (or false). The estimations of possibility and necessity are implemented through fuzzy sets. Proponents of possibilistic logic presuppose that vagueness is not an epistemic phenomenon, and hence leave matters of vagueness to fuzzy logic. It seems reasonable, however, to understand vagueness in the sense of epistemicism and formally model it with possibilistic logic. We therefore

assess how tenable the resulting theory of vagueness is: how well it fulfills the tasks of theories of vagueness, how it differs from fuzzy and probabilistic alternatives, to what extent it provides more explanatory power than the existing theories and compares to them.

Palavras-chave: lógica possibilística; vagueza; epistemicismo.

Nominalismo e Semânticas para as Lógicas de Segunda Ordem

Diego Fernandes
Universidade Federal da Paraíba

Na apresentação será desenvolvida a proposta de Henkin (1953) para uma interpretação nominalista das lógicas de segunda ordem e de ordens superiores. Essa interpretação foi sugerida como resposta à alegação de Quine (1947) de que tais lógicas não apenas (i) se comprometem com a existência de conjuntos, mas também (ii) se comprometem com a existência de mais conjuntos do que jamais poderiam ser referidos na linguagem. A interpretação de Henkin raramente é citada no debate sobre semântica e compromissos ontológicos para essas lógicas, embora tenha muitas ideias interessantes e inovadoras. O desenvolvimento detalhado mostrará que ela emprega a estratégia de usar quantificação substitucional para reduzir compromissos ontológicos. Ademais, será visto que a perspectiva adotada para as variáveis de predicado a torna uma extensão natural da interpretação nominalista de Quine para lógica de primeira ordem. No entanto, argumentarei que, em relação ao programa nominalista de Quine (1947; 1948; 1966) e sua noção de compromisso ontológico, (i) ainda se mantém e, portanto, a interpretação de Henkin não é nominalista. Não obstante, será visto que (ii) é abordado com sucesso e isso fornece mais insights sobre o chamado “Paradoxo de Skolem” (1967).

Referências

- Henkin, L. (1953, 03). Some notes on nominalism. *J. Symbolic Logic*, 18 (1), 19–29.
- Quine, W. V. O. (1947). On universals. *Journal of Symbolic Logic*, 12 (3), 74–84. doi: 10.2307/2267212
- Quine, W. V. O. (1948). On what there is. *The Review of Metaphysics*, 2 (5), 21–38.

Quine, W. V. O. (1966). A logistic analysis of the ontological problem. In: **The ways of paradox, and other essays**. New York: Random House.
(Presented at the fifth International Congress for the Unity of Science, Cambridge, Mass., September 1939)

Skolem, T. (1967). Some remarks on axiomatized set theory. In: J. Van Heijenoort (Ed.), **From Frege to Gödel: a source book in mathematical logic, 1879-1931**. Harvard University Press.

Vagueness across the Type Hierarchy

Elia Zardini

Complutense University of Madrid

When is an entity vague? Perhaps a natural answer would be to say that a property is vague iff it (possibly) presents borderline cases. However, firstly, it is not clear how to generalise the answer to other types of entities such as *e.g.* objects. Secondly, the answer overgenerates as it also makes vague *e.g.* the paradigmatically precise property *x-is-a-straight-line*. This paper critically examines one influential proposal for characterising vagueness across the type hierarchy and then offers an alternative.

According to an influential proposal going back at least as far as Rolf [1980], we should take the notion of vagueness as primitive for some types and characterise vagueness for other types by saying that an entity is vague iff it takes at least one precise input and yields a vague output. I'll argue that the Rolf-style characterisation embodies an objectionably "purist" conception of vagueness. For example, consider a property ("schbaldness") taking any precise object *x* to yield, say, <*x* is a number> (plausibly assuming that the property *x-is-a-number* is precise) and any vague object *x* to yield <*x* is bald>. Schbaldness would seem vague, for, say, it takes a man, Harry, whose vagueness (we may so suppose) only resides in the vagueness of where its right toe ends and who has 50,000 hairs, to yield the borderline and therefore vague <Harry is bald>. However, schbaldness is precise on the Rolf-style characterisation, for it takes any precise object *x* to yield the precise <*x* is a number>. This train of thought leads to the issue that, on the Rolf-style characterisation, it is not even clear that baldness is vague, since objects capable of having hair on their scalp and for which therefore the question of baldness could arise are typically—and, one may well suspect, invariably—vague. Typical precise objects (such as numbers, graphs, points in space *etc.*) are not objects capable of having hair on their scalp and for which therefore the question of baldness could arise.

Turning now to my favoured alternative, let a soritical series for an entity be a series along a dimension relevant for the entity's presence (*i.e.*, depending on the entity's type, its existence or occurrence or application *etc.*), where at the start the entity is clearly present while at the end it is clearly not present, and where each successive case in the series represents a tiny worsening of the conditions for the entity's presence. Further, let an entity lack a sharp boundary on a soritical series for it iff, for no pair of adjacent cases in the series, the entity is present in one and not present in the other. Then, the same characterisation of vagueness that many have thought to apply for properties can be defended to apply to all other types as well: just as a property is vague iff it (seemingly) possibly lacks a sharp boundary on some soritical series for it, so is any entity of any other type.

In conclusion, on this view, there is one single nonprimitive notion of vagueness—(seeming) possible lack of a sharp boundary—that gets realised in different irreducible ways among and within different types, as opposed to the Rolf-style characterisation, on which there are primitive separate notions of vagueness for certain types to which vagueness of all other types is reduced.

Keywords: precision; Rolf, B.; soritical series; type theory; vagueness

References

Rolf, B. (1980). A Theory of Vagueness., *Journal of Philosophical Logic* 9: 315–325.

A questão “que” e a questão “como”: consequência lógica e validade de inferência

Joaquim Torres Waddington
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Esta exposição tem como objetivo analisar dois critérios para para distinguir argumentos válidos de argumentos inválidos: (1) o critério clássico, de preservação de verdade, e (2) a proposta de Prawitz [1974], de um critério construtivo de validade de inferência. O critério clássico é desenvolvido, de maneira sistemática, por Tarski [1936]. Argumentos válidos são argumentos que preservam a verdade das premissas para a conclusão. Essa concepção, como aponta Read [1995], constitui a ortodoxia em relação à qual as concepções rivais são comparadas e por isso podemos chama-lá de clássica. Prawitz [1979] argumenta que a preservação da verdade, apesar de ser um critério necessário, não é suficiente para assegurar a validade de uma inferência. O critério da preservação de verdade não exige que haja nenhum tipo de conexão entre as premissas e a conclusão. Ele não é suficiente para explicar como uma conclusão é extraída de um conjunto de premissas, apesar de ser suficiente para explicar que uma conclusão se siga de um conjunto de premissas. A posição clássica permite saltos de desenvolvimento: se a preservação de verdade for um critério suficiente, então, é permitido concluir o último teorema de Fermat diretamente a partir dos axiomas de Peano, sem nenhum tipo de desenvolvimento intermediário. De acordo com a concepção clássica, esse raciocínio não é problemático: A conclusão é consequência lógica das premissas uma vez que o valor de verdade foi preservado. Mas até que ponto seria aceitável validar uma inferência mesmo sem saber como a conclusão se segue das premissas? De acordo com Prawitz, a concepção de Tarski faz com que argumentos se transformem em caixas pretas: se as premissas forem verdadeiras, a conclusão será verdadeira. Se o input for verdadeiro, o output será verdadeiro. A estrutura interna do argumento é negligenciada. Um bom

argumento precisa mostrar como as premissas se relacionam com a conclusão. A mudança de foco, da questão “que” para a questão “como”, traz consigo mudanças fundamentais. Como observa Prawitz, “Na teoria dos modelos, o foco está em responder que sentenças são logicamente válidas e que sentenças se seguem logicamente de outras sentenças mas, a questão a respeito de como sentenças são logicamente válidas e como sentenças se seguem logicamente de outras sentenças é negligenciada” [Prawitz 1974]. Nesse sentido, Prawitz argumenta que a teoria da prova seria, por sua vez, uma tentativa de suplementar a teoria dos modelos, ao estudar o processo pelo qual nós conhecemos validades lógicas. Não é muito claro o que mais, além da preservação da verdade, deveríamos exigir para que uma inferência seja válida. Exploraremos nesta exposição a proposta de Prawitz de uma “ideia heurística de validade de argumento”.

Palavras-chave: Consequência Lógica, Validade de inferência, Prawitz.

Uma Comparação entre a Lógica de Primeira Ordem e a Lógica Descritiva Acerca da Noção de Compromisso Ontológico em Quine

Lídia Raquel Forte de Lima Batinga
Universidade Federal da Paraíba

A noção de compromisso ontológico sugerida por Quine para a lógica de primeira ordem está intimamente ligada ao uso de variáveis. Mas o que ocorre com esta noção em uma lógica que não contém variáveis, como a lógica descritiva? Neste trabalho, ao compararmos a lógica de primeira ordem e a lógica descritiva no que concerne à noção de “compromisso ontológico” em Quine, mostraremos por que tal noção não é apropriada para a lógica descritiva. Argumentaremos, por fim, como esta noção de compromisso ontológico pode ser reabilitada por uma tradução das sentenças da lógica descritiva em sentenças da lógica de primeira ordem.

Palavras-chave: compromisso ontológico; lógica de primeira ordem; lógica descritiva.

What is deontic inconsistency?

Mahan Vaz Silva
Universidade Estadual de Campinas

Perhaps the most interesting deontic paradoxes are the ones called contrary-to-duty – referred as CTD –, perhaps because they fuse the violability of obligations together with the paradise for paradoxes that deontic logic is. The most famous CTD paradox is known as Chisholm's Paradox [5], and its general form is presented as follows. There is a situation where an agent has a primary obligation that they are supposed to fulfill, and we denote it $O\alpha$, where α is a proposition. This primary obligation is tied to another entailment, usually called compliant-to-duty obligation, which says that the obligation to do α entails the obligation to do β , that is, $O\alpha \rightarrow O\beta$; There is another clause, called the contrary-to-duty obligation, that says that in failing to do α , then the agent is obligated to do the negation of β , in symbols, $\neg\alpha \rightarrow O\neg\beta$; and finally, the agent fails to do α , that is, $\neg\alpha$, which is a factual claim. These set of sentences formalized in this way lead to a deontic situation where the agent is obligated to do α and obligated to do $\neg\alpha$, thus being inconsistent. Attempts to reformulate these four clauses lose independence between them. Thus began the attempts to deal with these situations.

Thinking about such contexts and expanding the paraconsistent notions of LFIs, Coniglio [2, 3] proposed what he called Logics of Deontic Inconsistency, that joins LFIs [1] and the modal operator O . In this work, the notion of obligation is added to minimal paraconsistent logics, mainly mbC, creating a paraconsistent deontic logics, following the method suggested in da Costa and Carnielli [4]. Here, we can understand a formula α being deontically inconsistent if $O\alpha$ and $O\neg\alpha$ together trivialize the system. It seems, however, that the notion of O used here is the one according to Standard Deontic Logic – referred as SDL –, which does not merge well with the base paraconsistent logics being used. Moreover, there are many situations in that the SDL account is not adequate, one of them being the

Chisholm's paradox. Adding to that is the fact that LFIs and da Costa's systems are negation-based, whereas CTD paradoxes are paradoxes of deontic conditionals [5]. Perhaps, we can use these works to further investigate the use of deontic conditionals in a paraconsistent deontic context.

I intend thus to investigate the different meanings that can be assigned to the operator O when dealing in a paraconsistent approach to deontic logics, focusing on deontic conditionals, together with the notion of inconsistency that they bring. I argue that the paraconsistent obligation can be interpreted in many ways, including giving a non-deterministic semantics for such logics, together with definitions and interpretations of the notion of obligation that focus on dyadic modal operators, such as strict implication, non-material implications and dyadic O. In the end, the work intends to shed light on possible new interpretations for the deontic modal operator in a paraconsistent context.

Keywords: paraconsistent logic; deontic logic; inconsistency;

References

- [1] Walter Carnielli, Marcelo E. Coniglio, and João Marcos. (2007). **Logics of Formal Inconsistency**, pages 1–93. Springer Netherlands, Dordrecht.
- [2] Marcelo Esteban Coniglio. (2009). Logics of deontic inconsistency. *Revista Brasileira de Filosofia*, 233:162–186.
- [3] Marcelo Esteban Coniglio and Newton Marques Peron. (2009). A paraconsistentist approach to Chisholm's Paradox. *Principia: An International Journal of Epistemology*, 13(3):299–326..
- [4] Newton C. A. Costa and Walter A. Carnielli. (1986). On paraconsistent deontic logic. *Philosophia*, 16(3-4):293–305.
- [5] Risto Hilpinen and Paul McNamara. (2013). **Deontic Logic**: A historical survey and introduction, pages 3–137. College Publications.

The role of epistemic community in testimony and knowledge transmission

Marcelo Cabral

Vrije Universiteit Amsterdam & Universidade de Campinas

While there is widespread agreement on the importance and ubiquity of testimony, there are various and competing theories on its nature and relation with other epistemic concepts. Among these disputes, the reductionism x anti-reductionism debate is of interest in this paper. In addressing this issue, I present and critically evaluate John Greco's social achievement proposal, which, for solving the dispute between reductionism and anti-reductionism, distinguishes two kinds of testimonial knowledge: knowledge generation and knowledge transmission. Epistemic community, according to him, provides a rationale for justified epistemic dependence and warranted practices of epistemic trust, and therefore, for testimony in the service of knowledge transmission. While Greco's proposal has much to commend, I offer a critique of his framework and argue that it fails to accomplish its purpose fully. Specifically, his model is unable to accommodate paradigmatic cases of testimonial knowledge. I argue that his conception of epistemic community is not encompassing enough and that he is wrong in grounding all cases of warranted allocations of epistemic trust on a narrow notion of epistemic community. I then discuss some responses that Greco could offer to my objection, and respond to each of them. Finally, I suggest two strategies for addressing the shortcomings of Greco's proposal that can provide a more fruitful approach to tackling the reductionism vs anti-reductionism debate.

Keywords: Knowledge transmission; Epistemic community; Testimony; Social epistemology; John Greco

Enigmas e Provas

Rafael Ongaratto

Universidade Estadual de Campinas

Puzzles lógicos possuem um lugar consagrado no ensino de lógica, sendo uma maneira lúdica de introduzir conceitos como validade, inferência, e os conectivos lógicos. Em contraste, a lógica formal e sua maneira matemática de lidar com os objetos lógicos parece ser um domínio distinto de meros enigmas. No entanto, na presente apresentação, mostrarei como este aspecto recreativo dos enigmas não exaure sua relevância lógica. Isto é, mostrarei como é possível demonstrar a solução dos enigmas de maneira formalizada, ou seja, incluindo os enigmas no âmbito de interesse da lógica formal. Como caso particular de análise, utilizarei os enigmas dos Cavaleiros e Bandidos de Raymond Smullyan: esta família de enigmas possui uma solução geral e formal, utilizando um método de tabelas-verdade e ProLog. Após tal exposição, pretendo mostrar como é possível elaborar enigmas lógicos semelhantes aos enigmas de Cavaleiros e Bandidos, mas em lógicas não-clássicas, e demonstrar a solução destes enigmas de maneira formal a partir de tabelas-verdade geradas com a ajuda de ProLog. Assim, apresentarei alguns enigmas que criei baseados em lógicas paraconsistentes e paracompletas.

Palavras-chave: enigmas lógicos; lógicas paraconsistentes; lógicas paracompletas.

O problema de comunicabilidade entre lógicas

Toma Gheorghe Tavares de Melo
Universidade Federal de Pernambuco

O crescimento de lógicas heterodoxas nos dois últimos séculos nos dá alguns problemas fundamentais. Esses são o problema de comunicabilidade e o do convencimento. O problema da comunicabilidade foi posto por Quine no capítulo “Deviant Logics” de “philosophy of logics” assim: uma lógica é uma linguagem e, mudando de linguagem, mudamos de assunto. E daí segue o problema do convencimento: como todo argumento racional pressupõe uma lógica em uso, temos que: a) defender uma lógica envolve necessariamente pressupô-la; b) negar uma lógica é ir da lógica rejeitada para a promovida; é mudar de assunto.

Embora os dois problemas sejam fortemente ligados, focarei o trabalho no problema da comunicabilidade. O primeiro ponto a ser destacado é o fato de que, na argumentação por uma ou outra lógica, filósofos não utilizam exclusivamente a linguagem artificial de suas notações; eles utilizam uma linguagem natural. Assim sendo, a relação da lógica com a linguagem merece ser examinada. Caso seja uma relação na qual a lógica garante o sentido para a linguagem, como com o primeiro Wittgenstein, uma diferença de lógicas se tornaria verdadeiramente insolúvel. Se, no entanto, essa dependência for invertida, a comunicação deixaria de ser um problema.

Brandom e Peregrin propõem que o sentido de sentenças numa linguagem é adquirido pelas suas regras inferenciais: o que é aceitável concluir e presumir com base na asserção que “P”. O vocabulário lógico (se... então...) é meramente explícita essas relações. Essa é a função da lógica, aqui. Com base nisso, vemos a variedade de lógicas como uma variedade de contextos de aplicação de regras, a linguagem natural e a função de operadores dando um mesmo chão aos operadores diversos. Isso é refletido no uso prático das lógicas, tanto clássica como heterodoxas. Também vemos, assim, o caminho pelo qual se argumentaria

contra e a favor de uma ou outra lógica.

3.11 Metafísica Analítica **Analytical Metaphysics**

Analysis of the concepts of “now” and “simultaneity” applied to the Metaphysics of Time

Ana Maria Correa Moreira da Silva

Uma resposta ao problema evolucionário do mal

Arthur Henrique Soares dos Santos

Making Sense of Simultaneity: A Reply to Wahlberg

Caio César Silva

Da responsabilidade à causalção: o caso da extensionalidade

Gabriel de Andrade Pagnozzi Maruchi

What is metaphysics?

Filipe Herkenhoff Carijó

Wittgenstein’s logical space: *The only one substance*

Gonzalo Núñez Erices

Deliberação e consequencialismo: investigando o problema do determinismo e da deliberação na ética normativa

Luan Marques

Pensando *grounding* como *truthmaker*

Mariana Cabral Falqueiro

CORNEA and actuality

Pedro Merluzzi

Contra a Quineanismo: uma objeção fenomenológica

Renato Semaniuc Valvassori

what kind of response to expect from the traditional question of truth?

Yuri Rodrigues

Analysis of the concepts of “now” and “simultaneity” applied to the Metaphysics of Time

Ana Maria Correa Moreira da Silva
Universidade de Brasília

According to Max Jammer in the book “Concepts of Simultaneity from Antiquity to Einstein and Beyond” (2006), the concept of “simultaneity” plays an essential role not only in scientific theories but also in philosophical theories that deal with other equally fundamental concepts, such as time, eternity, and consciousness. Commonly understood as “the temporal coincidence of events”, it has acquired a non-temporal sense as “togetherness”, which is not to be identified with any spatial or temporal aspect of the concept but rather with its logical aspect.

Despite the widespread assumption that simultaneity essentially means “being in the same now”, Jammer affirms that the relation between “now” and “simultaneity” has scarcely been discussed in the literature, with the notable exception of Eugen Fink’s definition of the Now as “universal simultaneity”, which, however, must be relativized in light of Einstein’s theory of special relativity.

The objective of my paper is to contribute to filling this gap by analyzing the connection between “now” and “simultaneity” as applied to some issues within the Metaphysics of Time.

According to the metaphysical model of Eternalism or Four-dimensionalism, the ontological equivalence of past, present and future does not mean that they exist simultaneously, but rather that they exist objectively. In other words, while neither the past nor the future exist now, they do exist *simpliciter*.

Assuming that the concept of “simultaneity” possesses a logical nature that forms the basis for its temporal nature, we may ask whether the past, present and future can exist simultaneously, although in an atemporal sense. In that case, are they existing now?

In the critical paper “The Irrelevance of the Presentist/Eternalist Debate for the Ontology of Minkowski Space” (2006), Mauro Dorato asserts that the reality of the past and the future in Eternalism merely signifies the semantic situation that the past has been, and the future will be, neither of which is being now. When presentists claim that the future is unreal, they ultimately mean the platitude that the future does not exist now, and the same applies to the past. Unless there is evidence for an immediate end of the universe, which seems implausible, one cannot establish a sharp contrast between a real future and an unreal one.

We claim that the logical, non-temporal, and more fundamental nature of simultaneity can shed a new light on these issues.

Palavras-chave: lógica; metafísica; tempo; eternalismo; simultaneidade; agora.

Uma resposta ao problema evolucionário do mal

Arthur Henrique Soares dos Santos
Universidade Federal do Pará

Tradicionalmente, existem respostas teístas ao problema do mal em geral, sendo a defesa do livre-arbítrio de Alvin Plantinga (1974) a mais conhecida dentro da filosofia analítica da religião, defendendo que Deus permite o mal por conta do livre-arbítrio das criaturas. Contudo, as defesas tradicionais como a de Plantinga se chocam com o relato evolucionário, pois se a teoria da evolução é verdadeira, então o sofrimento e a morte existiam antes da decisão livre dos primeiros seres humanos de cometer o pecado. Isso deu uma nova oportunidade para filósofos ateus como William Rowe (2007) e Michael Tooley (2018), os quais utilizam a teoria da evolução a fim de colocarem em dúvida o sucesso das defesas teístas tradicionais, defendendo que, se a teoria da evolução é verdadeira, então muito provavelmente Deus não existe.

Tendo em vista tal problemática, o presente trabalho pretende responder ao problema evolucionário do mal, investigando possibilidades de conciliação entre as defesas tradicionais, com o quadro tradicional da Criação e da Queda, e os relatos evolutivos envolvendo sofrimento e morte entre os animais antes de qualquer ação humana livre. Com esse propósito, será feita uma análise crítica da teodiceia proposta por John Hick (2018), a qual será vista como problemática. Isso se dá porque, ao abrir mão de uma Queda histórica e argumentar que Deus criou o mundo em um estado de mal, Hick agrava o problema do mal e se distancia do quadro teísta tradicional.

Por fim, será esboçada uma resposta teísta ao problema evolucionário do mal, com base em propostas de James K. A. Smith (2021), John Walton (2016), Peter van Inwagen (2018) e Richard Swinburne (2019). As linhas gerais dessa defesa podem ser resumidas da seguinte forma: em primeiro lugar, será defendido que Deus está moralmente justificado em permitir dor e sofrimento em um estado pré-Queda, antes do mal moral livre

das criaturas humanas; tal justificação se dá por conta dos bens buscados através dessa permissão, como a formação de virtudes nos animais, a existência de um mundo com regularidades ou o surgimento de criaturas à imagem de Deus a partir do processo evolucionário. Em segundo lugar, surgem criaturas humanas livres da evolução; e a partir das ações livres de tais criaturas, as defesas teístas tradicionais, como a defesa do livre-arbítrio de Plantinga, podem operar como resposta ao problema do mal moral.

Consequentemente, a conclusão central do trabalho é que a teoria da evolução não gera um argumento do mal bem-sucedido contra o teísmo. Pelo contrário, a compatibilidade entre as defesas teístas tradicionais e a defesa teísta evolucionária mostra que os argumentos de Rowe e Tooley contra a existência de Deus a partir da evolução não funcionam, de modo que há uma compatibilidade entre a crença em Deus e a crença no processo evolucionário.

Palavras-chave: problema evolucionário do mal; teoria da evolução; sofrimento; teísmo.

Making Sense of Simultaneity: A Reply to Wahlberg

Caio César Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recently Wahlberg (2017) offered some criticisms against Mumford & conception of simultaneous causation on their work, *Getting Causes from Powers*. Regardless of how exotic their theory might be in some respects which need to be properly addressed,¹ their case in favour of simultaneity is not one from them. In this talk object one of the many criticisms Wahlberg wages against Mumford & Anjum: his argument in favour of sequential causation in detriment of simultaneous causation.

On Section 1 I introduce objection to Mumford and simultaneous causation approach and contextualize the discussion. Then, I discuss solution: the half-open time intervals, that contain all of the instants between t and t^* but lack either t or t^* ($(t, t^*]$ or $[t, t^*)$ or both $(t, t$ (2017, 109-110). In this approach, while the cause exists through a closed interval $[t, t^*]$, the effect exists through the half-open interval $(t^*, t^{**}]$; and even if we consider an overlap between the cause and the effect, cause and effect can still be non-simultaneous if understood as not beginning to exist at strictly the same time, even if there is no positive time interval separating their where the cause may exist over the closed interval $[t, t^*]$ and the effect over the half-closed, overlapping interval $(t, t^*]$ (Id.). If solution is correct, sequential causation can resist temporal contiguity objection. However, if ¹ The rejection of necessity and the sui generis modality between possibility and necessity are probably the most distinct aspects of their theory compared to other causal realists. solution is defused, sequential causation is then in no better place than simultaneous causation, at least *prima facie*.

On Section 2 I show that solution is not capable to face one of the objections considered by Mumford & Anjum: the possibility of prevention. Not only that, but this objection only affects sequential causation precisely because of its structure: cause and effect need to be ordered as a sequence and effect can only happen after the cause have taken place. To corroborate

this claim, present a graphical analysis from both simultaneous causation and sequential causation to make it explicit how each of these approaches face the difficulty generated by the possibility of prevention. In the end, it follows that if a cause behaves like sequential causation suggests, causation is impossible. Nevertheless, the same need not be said to simultaneous causation.

References

- Chakravartty, A. (2005). Causal Realism: Events and Processes . *Erkenntnis*, 63(1), 7-31.
- Emmet, D. (1985). *The Effectiveness of Causes*. Albany: SUNY Press.
- Emmet, D. (1992). **The Passage of Nature**. London: Pgrave Macmillan.
- Fischer, F. (2018). *Natural Laws as Dispositions*. Boston: De Gruyter.
- Harré, R. & Madden, E.H. (1975). *Causal Powers: A Theory of Natural Necessity*. Oxford: Blackwell.
- Inghorsson, R. D. (2021). **A Powerful Particulars View of Causation**. New York: Routledge.
- Mumford, S. & Anjum, R.L. (2011). **Getting Causes from Powers**. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, B. (1913). On the Notion of Cause. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 13, 1-26.
- Wahlberg, T.H. (2017). Meso-level Objects, Powers, and Simultaneous Causation. *Metaphysica*, 18(1), 107-125.

Da responsabilidade à causalção: o caso da extensionalidade

Gabriel de Andrade Pagnozzi Maruchi
Universidade Estadual de Campinas

Que as noções de *responsabilidade* — mais especificamente aqui, *responsabilidade moral* — e *causação* estão fortemente ligadas é algo bem estabelecido e ponto de partida de várias investigações filosóficas sobre responsabilidade. Encontramos na metafísica da causação tanto uma possível ameaça à possibilidade de responsabilidade — sob a forma do determinismo causal —, quanto um modo de melhor entender como funcionam certas atribuições de responsabilidade que realizamos (Sartorio, 2016, Parte 1). Predomina nesses casos, porém, uma certa visão metafilosófica: causação — a noção metafísica — elucida responsabilidade — a noção prática —; é através do estudo da primeira que podemos melhor entender a última.

Em um artigo recente, Carolina Sartorio (2023) defende uma inversão metodológica; usarmos nossas intuições sobre atribuições de responsabilidade para avançarmos debates sobre a metafísica da causação. Ela exemplifica seu ponto usando o debate sobre transitividade da causação. Segundo ela, ao moldarmos os cenários em discussão nesse debate de modo a suscitar intuições sobre responsabilidade moral, temos uma forte evidência de que causação não é transitiva.

Na minha apresentação, pretendo aplicar a metodologia de Sartorio a outro debate em metafísica da causação, o debate sobre a extensionalidade causal. O debate gira em torno da seguinte tese:

Extensionalidade Causal Uma asserção causal “*a* causa *b*” não muda de valor de verdade dada uma substituição co-referente dos termos “*a*” e “*b*”.

Ainda que haja contraexemplos à Extensionalidade Causal, eles não foram amplamente aceitos (Davidson, 1967; Strawson, 1985).

Defenderei que ao considerarmos como atribuições de responsabilidade funcionariam nos cenários que originam os contraexemplos, temos um argumento mais forte contra Extensionalidade Causal. Negar nossas intuições sobre atribuições de responsabilidade pesa mais contra uma teoria do que negar nossas intuições causais. A partir de considerações sobre responsabilidade, portanto, conseguimos avançar esse debate.

Minha apresentação se dividirá em quatro partes. Na primeira, apresentarei o debate sobre a extensionalidade da causação. Na segunda, discutirei a relação entre causação e responsabilidade. Na terceira, adicionarei elementos de responsabilidade moral aos contraexemplos à Extensionalidade Causal e defenderei que os novos cenários pesam contra certas teorias de causação. Na quarta parte, esboçarei como poderíamos expandir esse argumento a outras posições no debate.

Palavras-chave: Causação; Responsabilidade Moral; Extensionalidade.

Referências

- Davidson, D. (1967). *Causal relations*. *Journal of Philosophy* 64(21), 691–703.
- Sartorio, C. (2016). **Causation and Free Will**. Oxford University Press UK.
- Sartorio, C. (2023). *From responsibility to causation: The intransitivity of causation as a case study*. *Philosophical Issues* 33(1), 211–222.
- Strawson, P. F. (1985). *Causation and explanation*. In: B. Vermazen and M. B. Hintikka (Eds.), **Essays on Davidson: Actions and Events**, pp. 115–35. Oxford University Press.

What is metaphysics?

Filipe Herkenhoff Carijó
Universidade Federal do Rio de Janeiro

I'll present a view about the nature of metaphysics and the possibility of solving metaphysical disputes. It belongs to a family of views stressing the fact that which side of a metaphysical dispute is right seems to make no difference to anything else. Traditional members of this family are the logical positivists' claim that metaphysical theories make no empirical predictions and James's view that rival metaphysical theories have identical consequences. 21st century members are, *inter alia*, views by Karen Bennett, David Chalmers and Stephen Yablo. In my talk I'll defend a view of this kind. I'll start by offering examples which illustrate the fact that metaphysical theories often seem intended to be such that whether or not they're right, everything else in the world is the same. I'll then offer three progressively more accurate ways of capturing the sense in which metaphysical theories are devoid of consequences. The first two attempts will be discarded as mere approximations, but they are helpful for expository purposes. According to the first view, a metaphysical theory is one whose truth would have no causal consequences. Quibbles about this view will lead us to a second view, formulated in terms not of causation, but of constitution: roughly, that a metaphysical theory is one whose truth has no consequences to any facts other than those that constitutively determine its truth-value. Finally a view will be defended according to which to speculate metaphysically is to alter, or to entertain the possibility of altering, one's web of belief in a particular, minimal way. The specific process by which, according to the view, one alters one's web of belief in metaphysics will be described and exemplified. It will then be argued that this view entails that metaphysical disputes are impossible to solve.

**Wittgenstein's logical space:
*The only one substance***

Gonzalo Núñez Erices
Universidad Católica del Maule

In metaphysics, monism and pluralism differ in the number of fundamental substances or realities that are sufficient to explain what there is: for the former, one is enough; for the latter, two or more. Wittgenstein's *Tractatus*, given its close relation to logical atomism, can be regarded as a work committed to a metaphysical pluralism, namely: the world breaks down from complex structures to fundamental and irreducible basic entities known as objects or simples. The present paper defends a monistic interpretation of the *Tractatus* on the basis of the notion of 'logical space' (*logischer Raum*) by considering some of the main aspects of Jonathan Schaffer's priority monism. Logical space is understood as a fundamental and priority totality already contained in the Tractarian notion of object as the form of the world and, thus, in the figurative relation between facts and propositions.

Palavras-chave: *Tractatus*; Logical Space – Monism; totality

Deliberação e consequencialismo: investigando o problema do determinismo e da deliberação na ética normativa

Luan Marques

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Os céticos quanto ao livre-arbítrio parecem enfrentar um problema relativo à deliberação. Parece plausível pensar que uma pressuposição da deliberação racional é que temos mais de uma alternativa sobre o que fazer: o que podemos chamar de **tese da abertura**. No entanto, a tese da abertura seria tornada falsa por outra tese que, embora o cético não afirme, ele considera uma possibilidade aberta: o **determinismo**. Assim, pressupondo o determinismo pelo bem do argumento, um agente deliberador racional teria que crer em algo falso; e além disso, um agente deliberador racional cético que cresse no determinismo e nas suas consequências para suas ações teria que ter crenças inconsistentes. O problema parece se estender para a ética normativa. Por exemplo, considere uma concepção de ação correta consequencialista como a seguinte: “Dentre um conjunto de opções, a ação correta é aquela que mais produz bem geral.” Um consequencialista cético teria de considerar o determinismo uma possibilidade aberta. Logo, a crença no determinismo e suas consequências para nossas ações, por sua vez, traria os seguintes problemas para um deliberador racional consequencialista: (1) se o determinismo é verdade, toda opção sobre como agir menos uma está fechada a ele, mas a definição de ação correta utilitarista (pelo menos se não for trivial) o levaria a fazer a pressuposição falsa de que mais de uma opção está aberta a ele; e, assim, crendo no determinismo e em suas consequências para suas ações, ele teria crenças inconsistentes. (2) Emendando a definição consequencialista de ação correta para levar em conta as consequências do determinismo para a abertura, o problema se torna que o agente acaba *sempre* cometendo a ação que maximiza o bem geral dentre suas opções (que se resumem a uma única), e assim acaba

trivialmente *sempre* cometendo a ação correta. Nesta apresentação, busco explicar o problema no contexto do debate do livre-arbítrio, motivo a sua extensão ao âmbito da ética normativa e aplicação ao consequencialismo, exponho três soluções potenciais ao problema dentro do debate do livre-arbítrio e defendo uma em particular e, por fim, a aplico também no caso da ética normativa.

Palavras-chave: livre-arbítrio; deliberação, consequencialismo.

Pensando *grounding* como *truthmaker*

Mariana Cabral Falqueiro
Universidade de Brasília

Podemos determinar, em um primeiro momento, que um *truthmaker* é aquilo que em virtude de alguma coisa, algo é verdadeiro, em que tal *truthmaker* corresponderia a um determinado fundamento (*ground*), ou mais especificamente podendo ser elucidado como uma *base ontológica* de uma reivindicação verdadeira. Dessa forma, identificamos aí ao menos uma relação entre algo que produz a verdade e algo que receba tal verdade. Portanto, no princípio do *truthmaker* diz respeito não a uma verdade banal, mas sim num sentido metafísico, em que se tem a necessidade de uma verdade forte. Dessarte, o *truthmaker* de uma proposição verdadeira é uma entidade que atua como base ontológica da verdade.

Ao levarmos em consideração o desenvolvimento da teoria do *grounding*, podemos observar a aproximação desta com a teoria do *truth-maker*. Se as observarmos separadamente, conseguimos estabelecer as distinções entre essas duas teorias. Por exemplo, Fine (2012) apresenta de um modo geral, o *grounding* tal como um operador. Já um *truthmaker* corresponderia a uma relação que representaria o mundo ao relacionar um fato ou estado de coisas com uma entidade qualquer, e que ao final, determinaria uma proposição representativa do mundo atual. Por conseguinte, Fine continua a afirmar que tratar a teoria do *grounding* como um *truthmaker*, era o mesmo que restringir a teoria do *grounding* para uma visão existencial, na medida em que o *grounding* assume a forma de atribuições existenciais.

De fato, a noção de *truthmaker* parece remeter a uma representação de relações de prioridade, e, essa prioridade da existência de uma coisa sobre a verdade de um *truth-bearer*. Assim sendo, é razoável nos questionarmos como relacionar as noções de *grounding* e *truthmaker*.

Nesse sentido, temos a representação dessa equivalência (Correia, F. & Schnieder, 2012, p 26):

Pred x faz a proposição y verdadeira sse o fato que x existe *ground* o fato que y é verdadeiro.

Op x faz a proposição y verdadeira sse (y é verdadeiro porque x existe).

Consequentemente, ao observarmos as definições propostas, podemos perceber que o caso da dependência existencial, acaba por sugerir que usemos a equivalência para tentar representar a situação. Logo, *truthmaker* seria definido em termos de *grounding*. Além disso, vem a questão sobre a redução do entendimento tanto da noção do *grounding* como a noção de *truthmaker*, pois estas estariam apenas sob a perspectiva ou dos fatos da existência, ou os fatos da verdade.

Palavras-chave: Grounding; truthmaker; metafísica analítica.

CORNEA and actuality

Pedro Merluzzi

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Stephen Wykstra (1984) has offered an influential response to the evidential argument from evil by arguing that we are not justified in claiming that a particular instance of evil appears — according to the epistemic sense of “appears” — pointless. This is because, in order to be entitled to make that sort of claim, he argues, one must satisfy the Condition Of Reasonable Epistemic Access (CORNEA): On the basis of cognized situations, human H is entitled to claim “It appears that p” only if it is reasonable for H to believe that, given her cognitive faculties and the use she has made of them, if p were not the case, s would likely be different than it is in some way discernible by her. Wykstra's principle is a key premise of his critique of William Rowe's (1979) evidential argument from evil. To see how, Wykstra appeals to an additional premise, namely, that we are not in a position to discern the purposes of God: even if the instances of evil mentioned by Rowe weren't pointless (because God would have some justification or some reason for allowing these evils), they would appear pointless to us anyway, as we are too ignorant to understand the reasons of a perfect being like Them. Our aim in this talk is to highlight a problem wherein any actualised statement about pointless suffering seems to pass CORNEA's test. As a result, Wykstra's original principle will fail to provide a plausible condition for asserting appearance-claims. Contrary to the usual interpretation of Rowe's argument, we emphasise in our argument the fact that the cases at the starting point of Rowe's argument as well as its conclusion concern the actual world. The interesting cases will be only those in the intersection between I and P, that is, cases in our world that are actually pointless. Thus, our claim will be that it appears that, actually, there is no good that justifies God's permission for certain evils. Let's break down the argument. First, let p be the claim that “there is no good that justifies God's permission of certain evils”. Second, we introduce @ to denote the

“actually” operator. The important aspect is this: if @p is true at world w, @p is true in all worlds accessible from w, based on the modal logic principle that if @p is true at w, then @p implies that is I necessary that @p (The standard axiomatization of S5 modal logic with @ can be found in Crossley and Humberstone (1977), who also introduce the disambiguation argument for the introducing a actuality operator.) Given this, we argue that we are entitled to claim “it appears that @p” since, if @p is true, there will be no possible world in which “actually p” is false, thus satisfying the requirement specified in the CORNEA. We urge for reevaluation of CORNEA's conceptual framework to address these challenges. Several solutions are proposed throughout the talk; however, it ultimately concludes in a state of aporia.

Contra a Quineanismo: uma objeção fenomenológica

Renato Semaniuc Valvassori
Universidade Estadual de Campinas

Willard Van Orman Quine é bastante conhecido, dentre outros feitos, por ter apresentado uma das mais influentes visões contemporâneas acerca da ontologia e de como realizá-la. A metaontologia Quineana, entendida precisamente como a visão de Quine acerca da definição e dos métodos da ontologia, compreende (1) que o papel da ontologia é estabelecer quais objetos existem e (2) prescreve a formalização de nossas melhores teorias científicas seguida da averiguação de quais objetos encontram-se no domínio dos quantificadores usados nessa formalização como sendo o método adequado do filósofo na hora de montar a “móvel do mundo” – isto é, na hora de estabelecer quais termos de nossa linguagem efetivamente possuem referente para, em última instância, responder à questão sobre *o que* realmente existe. Por meio dessa metodologia, diz-se que Quine oferece um critério de comprometimento ontológico naturalista: devemos nos comprometer ontologicamente com tudo e somente com aquilo sobre o qual nossas melhores teorias científicas quantificam. O principal seguidor recente de Quine no que diz respeito à metaontologia é Peter Van Inwagen. Seu artigo *Meta-ontology* (1998) não só ajuda a batizar todo esse ramo de pesquisa voltado para a metodologia da ontologia, como estabelece com maior clareza quais princípios, segundo a visão Quineana, devem ser seguidos na hora de realizarmos ontologia. Podemos, então, chamar a visão de Inwagen acerca da ontologia de “neo-Quineanismo”. Apesar de muito popular entre filósofos e filósofas de tradição analítica, a metaontologia neo-Quineana não é imune a uma série de objeções, sendo rejeitada, por exemplo, por neo-Carnapianos e neo-Meinongianos. A objeção que será o foco desta apresentação, contudo, está relacionada ao papel da fenomenologia na metodologia neo-Quineana: em que etapa da investigação ontológica devemos nos atentar para as evidências perceptuais que recebemos do mundo? Acaso os resultados da aplicação do método

neo-Quineano não são contraditos por nossas experiências fenomenológicas? Se sim, não deveríamos abandonar esse método? Nesta apresentação, iniciaremos expondo as ideias gerais do neo-Quineanismo e em seguida apresentaremos de forma sucinta as principais objeções ao Quineanismo e ao neo-Quineanismo levantadas na literatura recente sobre metaontologia. Num segundo momento, confrontaremos a metaontologia neo-Quineana com a visão Husserliana segundo a qual nossas percepções nos comprometem ontologicamente com seus objetos intencionais. Também mostraremos como a metaontologia neo-Quineana parece conflitar com o chamado Princípio Fenomenológico, de Shimony, o qual estabelece que a ontologia deve se conformar, ou ao menos explicar, a maneira com a qual a realidade aparece para nós (como nós a percebemos e a experienciamos).

Palavras-chave: metaontologia; fenomenologia; Quine.

what kind of response to expect from the traditional question of truth?

Yuri Rodrigues
Universidade Federal do Ceará

We endeavor to elucidate the reasons underlying the resistance of the concept of truth to philosophical clarification. To this end, we assert that the response that can be offered to the traditional question of truth (What is truth?) possesses two distinct characteristics: (1) low informativeness and (2) an implicit nature. In this context, an implicit response is characterized by its absence of presenting a concept through which we may comprehend the notion of truth. Meanwhile, low informativeness pertains to the specific understanding associated with the use of the concept of truth. To attain this objective, we leverage Horwich's (1998) analysis of the scope of application of the concept of truth.

The traditional problem of truth involves defining the scope of truth's application through three classes of propositions: formulated, formulable, and unformulable. Formulated propositions are documented, formulable ones are expressible but not yet expressed, and unformulable ones transcend current expressive abilities. The inquiry into truth's nature extends beyond formulated and formulable propositions, posing a challenge for philosophers seeking to understand truth comprehensively. Unformulable propositions, though enigmatic, play a crucial role in this exploration, as their specific contents remain elusive.

We discuss the impracticality of offering an explicit response to the question of truth due to limitations of conceivability. We introduce the deflationary theory of truth as a way around the problem. This indirect response aims to elucidate truth without attributing a specific property. The deflationary approach allows for understanding when potential unformulable propositions become true, offering a framework for grasping truth within the constraints of our understanding.

The response we arrive at is deflationary in nature, implying that we understand the answer to the traditional question of truth as reduced to instances of the equivalence schema. From our perspective, this approach is partially adequate, as it enables us, albeit implicitly, to grasp individual conditions of truth. In this way the deflationary point of view allows a contextual and ostensive grasp of truth by its everyday usage and within the roles of the truth predicate.

4. INDEX NOMINUM

- Abath, André, 8, 10, 17, 72
Almeida, João Henrique Lima, 106, 118
Alves, Eduardo, 78
Alves, Marco Aurélio Sousa, 215, 232
Alves, Mateus, 9, 107, 130
Andrade, Lucas, 58
Andrade, Thiago, 9, 163, 171
Angelucci, Victor, 174, 202
Antezana, Alan René, 260, 262
Arenhart, Jonas R. Becker, 26, 41, 45, 57
Aragão, Emily Alyson de Souza, 106, 114
Asarnow, Samuel, 215, 240
Augusto, Renata M. P. M., 94
Barreto, Bruno Rolemberg
Dantas, 260, 266
Baumann, Gabriel de
Albuquerque Barbosa, 214, 221
Batinga, Lídia Raquel Forte de Lima, 261, 277
Botti, Ian Salles, 84
Braga, Ed Ney Gonçalves, 144, 145
Bravo, Pedro, 92
Brzozowski, Jerzy A., 173, 186
Bueno, Otávio, 8, 12, 26, 62
Cabral, Marcelo, 88, 261, 280
Caetano, Allix Cardoso, 260, 264
Campano, Bruna de Oliveira, 172, 175
Cardoso, Francisco da Silva, 107, 122
Cardoso, Guilherme Araújo, 4
Carijó, Filipe Herkenhoff, 284, 294
Carneiro, Ana Stela Rossito, 70
Carnielli, Walter, 68.
Carvalho, Lorrany de Paula, 173, 190
Cavalcante, Matheus Vinicius, 215, 238
Ciccarelli, Vincenzo, 108, 142
Coliva, Annalisa, 8, 10, 18
Coniglio, Marcelo E., 59, 68
Corrêa, Rogério Saucedo, 108, 141.
Corti, Luca, 253, 256
Cresto, Eleonora, 8, 11, 21

Cury, João Grau Brigagão, 150, 155
D'Ottaviano, Itala, 8, 11, 22
Delgado, Laura, 173, 188
Diniz, Daniel Alves da Silva
Lopes, 260, 269
Durante, Daniel, 40
Duarte, Alessandro Bandeira, 205, 206
Erices, Gonzalo Núñez, 284, 295
Erickson, Evelyn, 37, 42, 53, 102.
Eugênio, Gabriel Andersen, 214, 219
Falqueiro, Mariana Cabral, 102, 103, 284, 298
Faria, Paulo, 8, 12, 28
Farhat, Faysall Santana, 205, 210
Fernandes, Diego, 260, 271
Fernandes, Mariana Teodoro, 173, 196
Fernandes, Paulo Emmanuel
Dellazari, 108, 136
Ferrari, Francesco Maria, 106, 121
Ferro, Ramon Silva, 173, 200
Fidelis, Mariana, 102
Filho, Sérgio Farias de Souza, 215, 241
Fonseca, Anderson, 214, 217
Fonseca, Matheus Pereira da, 215, 236
França, Marianne Serafim de, 247, 252
Galdino, Leonildo, 144, 147
Giammarco Polli, Marília, 89
Gomes de Luna, José Marcos, 172, 175
Gouveia, Rodrigo, 144, 149
Huffermann, Jeferson Diello, 163, 166
Holanda, Euclícia Queiroz de, 81
Iennaco, Maria Luiza, 163
Jarmuzek, Tomasz, 167
Jourdan, Camila, 32,
Júnior, Wilton Lins, 174, 204
Junior, Fredson Melquiades de Andrade, 163, 164
Kolberg, Martín Cerezer, 215, 231
Lenine, Enzo, 106, 117
Lemos, Italo Lins, 172, 184
Lira, Julianny Thainá Tôrres de, 107, 128
Lopes, Arthur Viana, 106, 110
Lopes, Lucas Pereira, 107, 129
Maia, Matheos S., 215, 234
Maia, Thales, 163, 167

Marques, Beatriz Sorrentino, 100
Marques, Luan, 284, 296
Maruchi, Gabriel de Andrade
Pagnozzi, 284, 292
Masso, João Pedro Blanco, 150,
156
Medeiros, Bismarck Bório de, 75,
Medeiros, Eduardo Vicentini de,
150, 154
Melo, Deiver V. de, 172, 177
Melo, Ederson Safra, 41, 51
Melo, Jéssica Caren da Silva, 43
Melo, Toma Gheorghe Tavares
de, 261, 282,
Mendonça, Bruno Ramos, 205,
207
Merlussi, Pedro, 285, 300
Molina, Jorge Alberto, 107, 126
Molick, Sanderson, 64
Motloch, Martin Adam, 173, 198
Nakano, Anderson Luis, 98
Neiva, André, 74
Neves, Emilly Mirele Duarte, 106,
116
Neto, Albérico Araújo Sial, 247,
248
Neto, Antonio Afonso Ribeiro,
150, 151
Neto, Leovan Morais Rodrigues,
214, 229
Nistor, Iulia, 214, 226
Noguez, Pedro Maggi Rech, 163,
169,
Nunes, Daniel Pires, 150, 152
Oliveira, Marcus César Ferreira,
107, 131
Oliveira, Milena Oliveira Pires, 91
Oliveira, Nauany Tamaio de
Souza, 150, 160
Oliveira, Victória Karoline Ramos
de, 216, 246
Omori, Hitoshi, 45
Ongaratto, Rafael, 261, 281
Ovalhe, Emily de Oliveira, 79
Pennycook, Pedro, 247, 251
Perenha, Vinícius, 35
Picazo, Claudia, 173, 188
Pinheiro, Félix Flores, 82
Plunkett, David, 8, 10, 19
Pontes, André Nascimento, 247,
249
Porto, André, 50
Prata, Tárík de Athayde, 215, 243
Praxedes, Fábio Gabriel Tavares,
172, 181
Queiroz, Ruy, 8, 13, 29

Rasi, João Felipe Santana, 214, 227
Rodrigues, Abílio, 48
Rodrigues, Tiegue V, 96
Rodrigues, Yuri, 285, 204
Rolla, Giovanni, 163, 165
Rojo, Milagros Maribel Barroso, 108, 133
Ruffino, Marco, 173, 193
Ruivo, Leonardo, 86,
Sanguinetti, Federico, 253, 256
Santana, Jefferson Silva de, 107, 123
Santos, Arthur Henrique Soares dos, 284, 288
Santos, César Frederico dos, 38
Santos, Daniel Amaral Cardoso dos, 77
Santos, Diogo, 172, 178
Santos, Luiz Henrique da Silva, 173, 192
Santos, Thiago Ferreira dos, 216, 245.
Sattler, Janyne, 102.
Schmidt, João Vitor, 144, 148.
Segatto, Antonio Ianni, 253, 254.
Serra, Rafael de Araujo, 205, 212.
Silva, Ana Maria Correa Moreira da, 284, 286.
Silva, Ane Caroline Santos, 106, 109.
Silva, Arthur, 260, 265.
Silva, Caio César, 284, 290.
Silva, Cecília Barbosa da, 172, 175, 260, 267.
Silva, Eleonoura Enoque da, 172, 175, 260, 67.
Silva, Gabriel Guedes, 256, 258.
Silva, Ialley Lopes da, 172, 183.
Silva, Mahan Vaz, 261, 278
Silva, Marcos, 9, 61, 247, 251
Sievers, Juliele Maria, 150, 158
Soutif, Ludovic, 8, 11, 24
Souza, Euclides Barbosa Ramos de, 172, 180
Souza, Marcus José de, 33
Souza, Rafael Cavalcanti de, 108, 138
Teixeira, Célia, 106, 112
Teles, Libni Ewerton, 214, 230
Tomasello, Michael, 8, 12, 25
Valvassori, Renato Semaniuc, 285, 302, .
Vasconcelos, Ronaldo Barboza de, 108, 139.
Vaz, Bruno, 205, 208.

Villa, Paola C. F., 108, 135.
Villanova, Jonathas Kilque, 107,
124 .
Vogelmann, Rafael Graebin, 150,
161.
Waddington, Joaquim Torres,
261, 275.

Xavier, Paloma, 9, 31, 34, 102.
Zardini, Elia, 260, 273.



DISSERTATIO
FILOSOFIA